



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria-Geral de Planejamento

ESTUDO SOCIOECONÔMICO 1997-2001 BARRA MANSA





TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria-Geral de Planejamento

**ESTUDO
SOCIOECONÔMICO
1997-2001
BARRA MANSA**

OUTUBRO DE 2002

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORPO DELIBERATIVO

Presidente - Conselheiro JOSÉ GOMES GRACIOSA
Vice-Presidente - Conselheiro MARCO ANTONIO BARBOSA DE ALENCAR
Conselheiro SERGIO F. QUINTELLA
Conselheiro ALUISIO GAMA DE SOUZA
Conselheiro JOSÉ LEITE NADER
Conselheiro JOSÉ MAURÍCIO DE LIMA NOLASCO
Conselheiro JONAS LOPES DE CARVALHO JUNIOR

Ministério Público

3ª Subprocuradoria-Geral de Justiça

3ª Subprocuradora-Geral de Justiça – Vera de Souza Leite
Procurador Júlio Lambertson Rabello
Procurador Horácio Machado Medeiros
Procuradora Delja Marucia Palhares Ruthênio de Paiva
Procurador Carlos Antônio da Silva Navega
Procurador Cezar Romero de Oliveira Soares
Procurador Levi de Azevedo Quaresma
Procurador Renato França

Secretaria-Geral de Planejamento

Secretário-Geral: Horácio de Almeida Amaral

Secretaria-Geral de Controle Externo

Secretária-Geral: Maria Luiza Bulcão Burrowes

Secretaria-Geral de Administração

Secretário-Geral: Carlos César Sally Ferreira

Secretaria-Geral das Sessões

Secretário-Geral: Mauro Henrique da Silva

Instituto Serzedello Corrêa

Diretor-Geral: Hormindo Bicudo Neto

Secretaria-Geral de Planejamento
Praça da República, 70/2º andar
20211-351 - Rio de Janeiro - RJ
Tels.: (21) 3231 5374 / (21) 3231 5377
www.tce.rj.gov.br



APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, dando seguimento à série de Estudos Socioeconômicos dos municípios fluminenses, edita o presente trabalho agregando novos temas e indicadores, e incorporando dados relativos ao exercício de 2001.

Na primeira edição, referente ao período 1997-2000, enfatizamos a necessidade do sistemático planejamento governamental, que se inicia no Plano Plurianual (PPA), prossegue na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que cumpre a função de ligação entre o plano e o orçamento, e consolida-se com a Lei Orçamentária Anual (LOA). Mais que isso, salientamos a necessidade de os objetivos de cada programa serem identificados por descrições claras do propósito a atingir, com datas de início e fim, além de pressupor a disponibilidade de recursos, para que se tenha indicadores que possam mensurar seus impactos, efeitos e resultados. O conteúdo desses instrumentos legais, na maioria dos municípios fluminenses, segue sendo fictício, pois sua execução teve, novamente, suplementações e reduções relevantes de créditos orçamentários, desfigurando totalmente o orçamento original.

Um dos maiores objetivos desse sistema de planejamento se refere ao aumento da responsabilidade pelos resultados do administrador público perante a sociedade, bem como para o crescimento da confiança pública nos serviços prestados.

O mandatário do executivo municipal é, por definição, uma pessoa de ação. O exercício de direção exige um incessante processo de deliberação e decisão. Se não existe um planejamento adequado, as tomadas de decisão começam a ocorrer de forma desordenada, porque não podem mais ser prorrogadas, em função de necessidades emergentes e cobranças da população.

Em grande parte, isso decorre da inexistência de sistemas de monitoramento e de avaliação que permitam decisões seguras e direcionadas para a condução do dia-a-dia do governante. Quando ocorrem resultados aquém do esperado, ou não esperados, determina-se aos subordinados que preparem avaliações das ações sob sua responsabilidade, provocando uma mudança na sua rotina, uma vez que as informações estão desorganizadas, defasadas e pouco confiáveis. O relatório, com a avaliação, enfatizará os aspectos positivos, listará as dificuldades diversas de falta de recursos e de pessoal adequados, e as falhas de outros atores do processo. Tais avaliações não vão alterar as condições operacionais e o ambiente decisório do fato avaliado, tampouco servirão como instrumento de governança e de aperfeiçoamento.

Na realidade, a prefeitura opera com a qualidade permitida por sua estrutura. A cultura organizacional tem influência decisiva sobre a qualidade da gestão que, por sua vez, está relacionada com as práticas de trabalho enraizadas na interação de indivíduos e grupos, na organização e divisão das funções, na delegação de responsabilidades, na relevância dada ao núcleo de planejamento e controle. Como não existe uma organização ideal, ela nunca estará pronta e acabada, mas sim em constante transformação, e a participação das pessoas que nela trabalham será fundamental no constante processo de mudança.

Desde 1995, início da reforma administrativa da União, uma nova agenda foi adotada para a gestão pública: a Administração Gerencial, com novos formatos institucionais, maior agilidade, eficiência e melhoria dos serviços prestados à população. O Estado agora deve ser orientado para o cidadão usuário de seus serviços, com ênfase nos resultados. O planejamento passa a ser um processo permanente, obedecendo a princípios técnicos, com vistas ao desenvolvimento econômico e social e à contínua melhora das condições de vida da população, gerando transformações positivas. Programas passaram a ser a unidade básica de organização do PPA e o módulo de integração do plano com o orçamento. Os programas, por sua vez, devem referir-se à solução de

BARRA MANSA

problemas precisamente identificados, com seus produtos estabelecidos, metas e custos quantificados. Sua execução deve ser monitorada e seus resultados avaliados mediante indicadores especificamente construídos.

A profissionalização dos servidores públicos, portanto, deve substituir a tradicional relação de tutela pela avaliação de desempenho. A capacitação e conscientização continuada do pessoal existente e a contratação de novos quadros deve propiciar as mudanças necessárias à cultura organizacional e poderá, ainda, garantir a continuidade administrativa às alternâncias políticas que ocorrem a cada novo mandato.

Tais mudanças estão ocorrendo desde a União, passando para os estados, alcançando os municípios maiores, e chegando aos menores. É questão de tempo, pois tal avanço é inexorável.

A transparência e a responsabilidade fiscal são, hoje, pauta diária de todos os gestores. Os legisladores criaram mecanismos de controle de receitas, despesas e endividamento, estabeleceram a gestão fiscal pautada no aumento da arrecadação, no controle dos gastos, no uso adequado dos recursos e na prestação de contas feita em linguagem acessível a qualquer cidadão.

O presente estudo foi elaborado pelo Núcleo de Estudos Socioeconômicos ¹ desta Secretaria-Geral de Planejamento, e tem, novamente, como objetivo maior evidenciar a necessidade de se estabelecer um conjunto de indicadores sobre as diversas áreas sociais e de governo, de modo a orientar prioridades, objetivos e programas no PPA, na LDO, na LOA e nas suas alterações posteriores através dos créditos adicionais, com vistas a melhor avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas públicas, ajustando-se os instrumentos de ação para alcançar os resultados junto à população.

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO

Outubro 2002

1 - O núcleo é coordenado pelo Técnico de Controle Externo Marcelo Franca de Faria Mello, e conta com a colaboração dos técnicos Mirian Buarque de Macedo, Rosa Maria Chaise, Ricardo José de Podestá e Paulo César Fulgêncio.



SUMÁRIO

I - Histórico	6
II - Caracterização do Município	6
- Aspectos Turísticos	9
- Índice de Qualidade dos Municípios – Verde	10
III - Indicadores Sociais	12
- Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	12
- Índice de Qualidade dos Municípios – IQM	13
- IQM – Necessidades Habitacionais	14
- IQM – Carências	17
- Dados da Educação	22
- Dados da Saúde	32
IV - Indicadores Econômicos	37
V - Potencialidades do Município	46
VI - Indicadores de Gestão	47
VII - Indicadores Financeiros	56
VIII - Conclusão	74
Bibliografia	78

BARRA MANSA**I - HISTÓRICO ²**

Barra Mansa teve o território desbravado em fins do século XVIII, formando-se o núcleo original às margens dos caminhos das tropas que demandavam o interior do país, passando o povoado a atuar como base de abastecimento dos fluxos migratórios desencadeados pela mineração.

Graças à excelente posição geográfica, o local foi perdendo o caráter de ponto de pousada e passou a expandir as funções comerciais. A conseqüente atração de colonos para suas terras, no início do século XIX, fez com que o café despontasse como principal produto.

Em 1832, o governo decretou a criação do município, com desmembramento de terras de Resende. Em 1857, a vila de Barra Mansa foi elevada à categoria de cidade.

A exaustão dos solos mais férteis e a liberação do braço escravo provocaram o declínio da cafeicultura e o êxodo rural, tendo a cultura do café cedido lugar à pecuária de corte extensiva, evoluindo posteriormente para a produção leiteira.

No final da década de 30, teve início o desenvolvimento industrial do município, com a implantação de setores ligados às indústrias alimentares. O grande marco da expansão industrial no Brasil, deflagrada no pós-guerra, foi representado pela instalação na década de 40 da primeira usina da CSN, em Volta Redonda, na época ainda distrito de Barra Mansa. A indústria metalúrgica e mecânica aí se estabeleceu na década de 50.

A cidade foi formada na margem direita do Rio Paraíba e cresceu longitudinalmente ao longo do mesmo. Na década de 40, surgiram soluções verticais e os bairros residenciais alastraram-se e ocuparam vales próximos e áreas distantes.

Barra Mansa e Volta Redonda, juntos, exercem influência direta sobre grande parte da Região do Médio Paraíba, bem como sobre a porção meridional do Centro-Sul fluminense. Devem tal condição ao fato de abrigarem conurbação, representada pelas duas sedes, cujo crescimento está relacionado à implantação da CSN, que desempenhou papel multiplicador na atividade industrial da região, com conseqüente aumento de serviços.

De acordo com o estudo do Índice de Qualidade dos Municípios desenvolvido pelo CIDE, Barra Mansa é um dos centros regionais dinâmicos que, juntamente com Resende, Petrópolis, Volta Redonda, Macaé, Cabo Frio e Teresópolis, formam um grupo com forte presença em porções específicas do território fluminense.

II - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Barra Mansa pertence à Região do Médio Paraíba, composta pelos municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

2 - Estudos para o Planejamento Municipal, SECPLAN/FIDERJ, 1978.



O município tem uma área ³ total de 548,0km², correspondentes a 8,8% da área da Região do Médio Paraíba.

De acordo com o censo de 2000 ⁴, Barra Mansa tem uma população de 170.593 habitantes, correspondentes a 21,7% do contingente da Região do Médio Paraíba, com uma proporção de 94,7 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica é de 311,3 habitantes por km², contra 126,5 habitantes por km² da região.

O município apresentou ⁵ uma taxa média geométrica de crescimento, no período de 1991 a 2000, de 0,48% ao ano, contra 1,37% na região e 1,28% no Estado. Sua taxa de urbanização corresponde a 96,7% da população, enquanto, na Região do Médio Paraíba, tal taxa corresponde a 93,0%.

Barra Mansa é servida por ferrovias e rodovias que permitem a comunicação não só com outros municípios fluminenses, mas também com São Paulo e Minas Gerais, destacando-se a Rodovia Presidente Dutra e a BR-393, que possibilita a ligação da região com a BR-040, a Rio-Belo Horizonte.

Adicionalmente, a RJ-155, em trecho correspondente à BR-494, acessa Rio Claro e Angra dos Reis, no litoral do Estado.



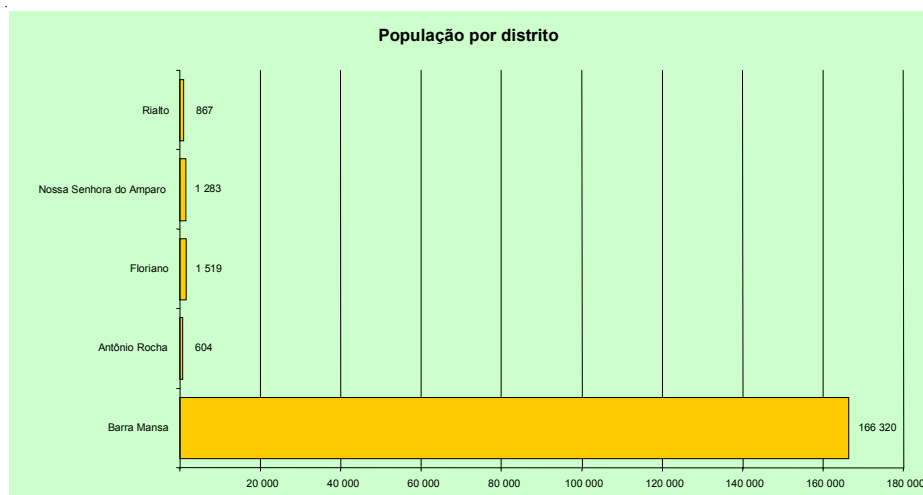
3 - IBGE/CIDE - 2001.

4 - IBGE - Censo Demográfico de 2000, resultados preliminares.

5 - CIDE - com base nos resultados preliminares do Censo 2000.

BARRA MANSA

Barra Mansa tem um contingente de 112.404 eleitores, correspondentes a 66% do total da população. A distribuição da população entre os distritos ⁶ obedece ao gráfico a seguir:



O município tem ⁷ um número total de 56.258 domicílios, com uma taxa de ocupação de 85%. Dos 8.190 domicílios não ocupados, 13% têm uso ocasional.

Barra Mansa possui 6 agências de correios ⁸, 9 agências bancárias ⁹, 20 estabelecimentos hoteleiros ¹⁰ e 4 equipamentos culturais (cinema, teatro, museu e/ou biblioteca) ¹¹, e ainda:

Indicador	Quantitativo no município	Rateio por mil habitantes no município	Rateio por mil habitantes na região
Veículos emplacados ¹²	23.128	135,6	149,4
Telefones ¹³	fixos	23.435	137,4
	públicos	816	4,8
			5,5

Indicador ¹⁴	No município	Na Região do Médio Paraíba
Estabelecimentos comerciais	1.084	4.882
Estabelecimentos de serviços	823	4.110
Indústria extrativa mineral	8	37
Indústria de transformação	173	813
Serviços industriais de utilidade pública ¹⁵	6	29
Indústria de construção civil	86	528
Agropecuária, extrativismo, caça e pesca	128	987

6 - IBGE - Censo Demográfico de 2000, resultados preliminares.

7 - IBGE - sinopse preliminar do Censo Demográfico de 2000.

8 - ECT - 2000.

9 - BACEN - 2000.

10 - MTb - RAIS - 1999.

11 - SEBRAE - 2000.

12 - DETRAN - 2000.

13 - TELEMAR - 2000.

14 - MTb - RAIS - 2000.

15 - Atividades de produção de energia elétrica, abastecimento de água potável, saneamento, limpeza pública e remoção de lixo.

• **Aspectos Turísticos** ¹⁶

O turismo proporciona diversos benefícios para a comunidade, tais como geração de empregos, produção de bens e serviços e melhoria da qualidade de vida da população.

Incentiva, também, a compreensão dos impactos sobre o meio ambiente. Assegura uma distribuição equilibrada de custos e benefícios, estimulando a diversificação da economia local. Traz melhoria nos sistemas de transporte, nas comunicações e em outros aspectos infra-estruturais.

Ajuda, ainda, a custear a preservação dos sítios arqueológicos, dos bairros e edifícios históricos, melhorando a auto-estima da comunidade local e trazendo maior compreensão das pessoas de diversas origens.

As principais atrações turísticas de Barra Mansa são:

- Sítio da Lagoinha.
- Cachoeiras do Chalet e do Turvo.
- Parque Centenário Igreja Matriz.

Em seu calendário de eventos, destacam-se:

- Festa do Padroeiro São Sebastião: 20 de janeiro.
- Festa de aniversário do município: 3 de outubro.

Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT

Programa desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR, mediante a adoção da metodologia da Organização Mundial do Turismo adaptada à realidade brasileira, com o propósito de implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os Estados e municípios, de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa.

Como instrumento de mobilização, sensibilização e capacitação, o PNMT apóia as funções gerenciais de planejamento, tomada de decisão e controle operacional.

Objetivos do PNMT

- Fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política.
- Conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural.

16 - Para maiores informações, consulte www.ivt-rj.net.

BARRA MANSA

- Descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do município a participar da formulação e da gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Municipal.
- Disponibilizar, aos municípios brasileiros com potencial turístico, condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o desenvolvimento da atividade turística.
- Estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do poder público com a iniciativa privada, visando ao estabelecimento de parcerias para discutir os problemas e buscar soluções em benefício da comunidade.

Dinâmica do PNMT

- 1ª Fase - Conscientização: capacitação dos agentes multiplicadores nacionais, estaduais e dos monitores municipais, para a mobilização, sensibilização e conscientização da comunidade.
- 2ª Fase - Capacitação: qualificação dos agentes multiplicadores nacionais, estaduais e dos monitores municipais, para a orientação dos diversos segmentos da comunidade com vistas à constituição do Conselho Municipal do Turismo e do Fundo Municipal do Turismo.
- 3ª Fase - Planejamento: capacitação dos agentes multiplicadores nacionais, estaduais e dos monitores municipais, como facilitadores na metodologia simplificada de elaboração da estratégia municipal de desenvolvimento sustentável do turismo.

Coordenação do PNMT

- **Nacional** - Compete à Coordenação Geral do PNMT, exercida pela EMBRATUR e pelas instituições parceiras, planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as ações do programa em nível nacional.
- **Estadual** - Compete ao Comitê Estadual do PNMT, formado por representantes da unidade gestora da política de turismo e das instituições parceiras estaduais, planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as ações do programa no Estado.
- **Municipal** - Compete ao Conselho Municipal de Turismo, criado de acordo com a filosofia do PNMT, iniciar e coordenar o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, por meio de metodologia simplificada de planejamento, com enfoque participativo.

Estágio de Barra Mansa no PNMT: 2ª fase.**• Índice de Qualidade dos Municípios – Verde**

Em julho de 2001, a Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE publicou o **IQM – Verde**, estudo que compara as áreas cobertas pelos remanescentes da cobertura vegetal com as ocupadas pelos diversos usos do solo, criando, desta forma, o Índice de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal (**IQUS**), identificando ainda Corredores Prioritários para a Interligação de Fragmentos Florestais (**CPIF**) para escolha de áreas de reflorestamento. Seu principal objetivo é a construção de indicadores capazes de permitir o monitoramento de remanescentes vegetais, dos diferentes ambientes fitoecológicos, que possam, fundamentalmente, servir de guias para o estabelecimento de políticas públicas confiáveis. As informações do mapeamento digital têm base em dados coletados em 1994.

No Estado do Rio de Janeiro, o mapeamento de uso do solo e cobertura vegetal é o seguinte:



BARRA MANSA

Uso do solo	Área em km ²	Percentual
Pastagens	19.556	44,5
Florestas ombrófilas densas	7.291	16,6
Capoeiras (vegetação secundária)	6.814	15,5
Área agrícola	4.135	15,5
Restingas, manguezais, praias e várzeas (formações pioneiras)	1.900	4,3
Área urbana	1.846	4,2
Corpos d'água	995	2,3
Não sensoriado	586	1,3
Área degradada	506	1,2
Afloramento rochoso e campos de altitude	241	0,5
Outros	39	0,1
Total	43.910	100,0

Os municípios do Estado do Rio de Janeiro foram classificados segundo os Índices de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal – IQUS abaixo:

Índice	Área do Estado	Características
Rodeio	36%	Maior percentual de pastagens; presença de pequenas manchas urbanas; pequena influência de formações originais e de áreas agrícolas
Rural	26%	Maior percentual de formações originais e de áreas agrícolas; presença de áreas urbanas, degradadas e de vegetação secundária; quase nenhuma influência de pastagens
Nativo	18%	Maiores áreas de formações originais e de pastagens; presença de vegetação secundária e áreas agrícolas; muito pouca influência das áreas urbanas e degradadas
Verde	13%	Grandes áreas de formações originais e/ou de vegetação secundária; menores valores percentuais de áreas urbanas, agrícolas, de pastagem ou degradadas
Metrópole	7%	Maior percentual de áreas urbanas

Barra Mansa, em 1994, tinha sua área distribuída da seguinte maneira: 11% de vegetação secundária, 4% de área urbana e 84% de pastagens.

O município se encaixa no *cluster A - RODEIO*, agrupamento com grande percentual de pastagens, seguido por uma razoável cobertura de vegetação secundária. Dentre os municípios do *cluster* citado, constam: da Região Metropolitana, Seropédica; a Região Noroeste inteira, Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai; da Região Norte, Cardoso Moreira e São Fidélis; da Região Serrana, Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco e São Sebastião do Alto; da Região das Baixadas Litorâneas, Araruama, Rio das Ostras e São Pedro da Aldeia; da Região do Médio Paraíba, Barra do Piraí, Barra Mansa, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Rio das Flores e Valença; e da Região Centro-Sul, Comendador Levy Gasparian, Mendes, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Três Rios e Vassouras.

Devido às atividades do homem, a tendência dos ecossistemas florestais contínuos, como as florestas da costa atlântica brasileira, é de fragmentação. O processo de fragmentação florestal rompe com os mecanismos naturais de auto-regulação de abundância e raridade de espécies e leva à insularização de populações de plantas e animais. Num ambiente ilhado, ocorre maior pressão

BARRA MANSA

sobre os recursos existentes, afetando a capacidade de suporte dos ambientes impactados, aumentando-se o risco de extinção de espécimes da flora e da fauna.

A reversão da fragmentação apóia-se, fundamentalmente, no reflorestamento dos segmentos que unam as bordas dos fragmentos florestais. Estes eixos conectores são denominados corredores. Além de viabilizar a troca genética entre populações, eles possibilitam a integração dos fragmentos numa mancha contínua, alavancando a capacidade de suporte da biodiversidade regional.

O modelo de geração de Corredores Prioritários para a Interligação de Fragmentos Florestais – CPIF possibilitou a formação de 21.271 corredores em todo o Estado, totalizando 3.286km², cerca de 7,5% do território fluminense, estando disponíveis no CD-ROM do CIDE os mapas dos municípios com as localizações dos CPIF.

Barra Mansa necessitaria reflorestar 93,2km², o que representa 17,0% da área total do município.

III - INDICADORES SOCIAIS

Em todo o mundo o setor público passa por profundas mudanças, buscando responder aos desafios de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, de fazer o melhor uso dos recursos disponíveis e de prestar contas de suas ações.

O novo tipo de gestão pública deve ser menos hierárquico e mais participativo, tem por obrigação rever processos para ocupar-se dos resultados e revisar procedimentos para simplificá-los, gerenciando seus custos e avaliando os resultados, tudo com o objetivo de elevar o desempenho governamental. Faz-se necessária uma avaliação dos programas desenvolvidos pelos órgãos do governo municipal através da utilização de indicadores sociais. Coletar, tratar e disponibilizar informações é um imperativo da administração pública, no sentido de aumentar a efetividade de seus programas sociais e do conjunto de suas políticas públicas.

Em virtude de os resultados mais completos e detalhados do Censo 2000, segundo informação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, estarem programados para divulgação em dezembro de 2002, alguns dos indicadores apresentados neste capítulo ainda não contemplarão um retrato mais atual das condições sociais abordadas.

• Índice de Desenvolvimento Humano – IDH ¹⁷

Índice criado pela ONU no início da década de 90 que trouxe uma inovação ao introduzir, em sua concepção, além da variável econômica (renda), tradicionalmente utilizada nas comparações do grau de desenvolvimento entre países, variáveis que visam captar outros aspectos das condições de vida da população. Ainda que tenham ocorrido algumas alterações em sua metodologia de cálculo, o IDH tem mantido a sua concepção básica ao longo dos anos, sendo composto de três índices, aos quais são atribuídos pesos iguais: longevidade (esperança de vida ao nascer), educação (número médio de anos de estudo e taxa de analfabetismo) e renda (renda familiar *per capita* média ajustada).

O IDH varia entre 0 e 1, e classifica os países segundo três níveis de desenvolvimento humano: países com baixo desenvolvimento humano (IDH até 0,5); países com médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8) e países com alto desenvolvimento humano (IDH acima de 0,8).

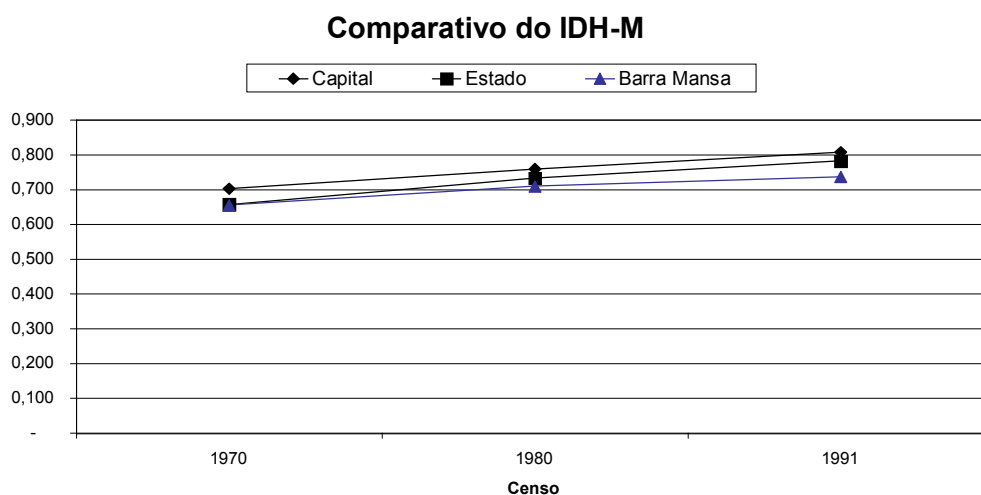
17 - IPEA/FJP/IBGE/PNUD e Relatório das Contas de Gestão do Governador - Exercício 1999 - TCE-RJ.

O **IDH-M** é, assim como o IDH, um índice que mede o desenvolvimento urbano por unidade geográfica. Como o IDH foi concebido para ser aplicado no nível de países e grandes regiões, sua aplicação no nível municipal tornou necessárias algumas adaptações metodológicas e conceituais.

No último censo disponível, Niterói ocupava o primeiro lugar no *ranking* estadual. A capital ocupava o segundo lugar, e o Estado ficou em quinto lugar, em amostra que inclui a capital, o próprio Estado e exclui vinte e um municípios novos.

Barra Mansa apresentou a seguinte evolução no IDH-M, de acordo com os censos de 1970, 1980 e 1991, respectivamente: 0,655 / 0,709 / 0,736.

O município em análise ocupava a 15ª posição em 1991, e sua evolução comparada é apresentada no gráfico a seguir.



• Índice de Qualidade dos Municípios – IQM ¹⁸

Em novembro/98, o CIDE lançou o **IQM**, cuja finalidade era avaliar as condições dos municípios para atrair investimentos, bem como sua capacidade de multiplicar os benefícios advindos. O IQM apresenta uma classificação geral de todos os municípios, a partir de sete grupos de indicadores, com pesos diferentes, abordando aspectos das condições básicas consideradas necessárias ao eventual investimento. São eles:

1. Centralidade e vantagem locacional – representa a capacidade do município para estabelecer vínculos com os mercados vizinhos.
2. Qualificação de mão-de-obra – representa o padrão de formação educacional da população, do ponto de vista da especialização e profissionalização.
3. Riqueza e potencial de consumo – demonstra a riqueza existente no município, representada pela sua produção e pelo nível de rendimento de seus habitantes.
4. Facilidades para negócios – demonstra as facilidades existentes para a operação das empresas e de seus funcionários.
5. Infra-estrutura para grandes empreendimentos – demonstra a presença, no município, de condições favoráveis à implantação e operação de empresas de grande porte.

¹⁸ - Índice de Qualidade dos Municípios - CIDE - 1998.

BARRA MANSA

6. Dinamismo – demonstra o dinamismo da economia local, representada pela existência de alguns serviços especializados e pelo nível de suas atividades.

7. Cidadania – representa as condições de atendimento às necessidades básicas da população do município (saúde, educação, segurança, justiça e lazer).

De acordo com o estudo, a capital do Estado recebeu o índice 1,0000, estando em primeiro lugar nos indicadores 1, 3, 4 e 6, a saber: centralidade e vantagem locacional, riqueza e potencial de consumo, facilidades para negócios e dinamismo.

O segundo município no *ranking* estadual, Niterói, tem índice 0,6940 e está em primeiro lugar no indicador 2 – qualificação da mão-de-obra.

O terceiro colocado, Resende, tem índice 0,5701 e está em primeiro lugar no indicador 5 – infra-estrutura para grandes empreendimentos.

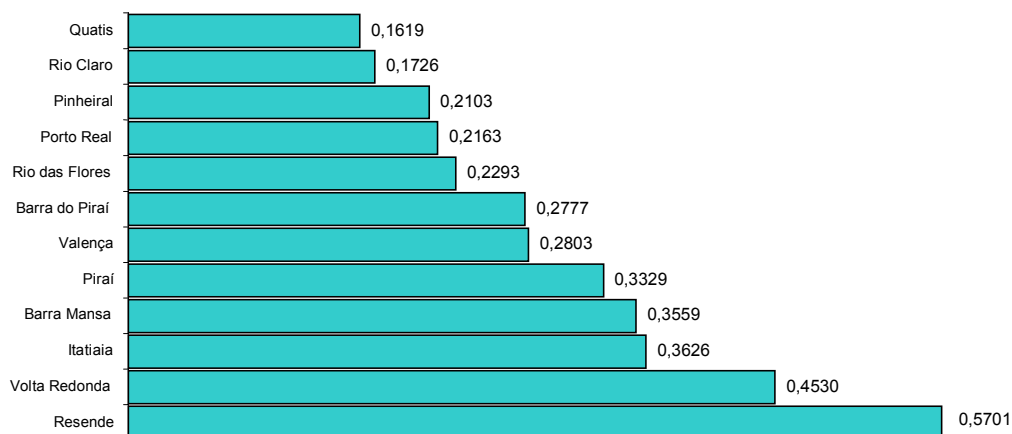
O vigésimo segundo colocado, Bom Jesus do Itabapoana, tem índice 0,3035 e está em primeiro lugar no indicador 7 – cidadania.

O último colocado recebeu índice zero.

Barra Mansa encontra-se com o IQM 0,3559, décimo terceiro colocado. Destaques na Região do Médio Paraíba, à qual Barra Mansa pertence, vão para Resende (0,5701), Volta Redonda (0,4530), Itatiaia (0,3626) e Pirai (0,3329), respectivamente, terceiro, quinto, décimo primeiro e décimo oitavo no *ranking* estadual.

Apresentamos, a seguir, gráfico com os Índices de Qualidade Municipal da Região do Médio Paraíba:

IQM - Região do Médio Paraíba



• **IQM – Necessidades Habitacionais**

Também em julho de 2001, a Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE publicou o **IQM – Necessidades Habitacionais**, fruto de convênio firmado entre aquela Fundação e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, da UFRJ. Trata-se de um diagnóstico realizado como parte integrante de uma pesquisa de avaliação de experiências recentes de municipalização de políticas de habitação, implementada a partir das mudanças introduzidas pela Constituição de 1988, realizada pelo IPPUR, com base nos dados do censo do IBGE de 1991. Inicialmente programada para a Região Metropolitana, foi expandida para todo o território do Estado.

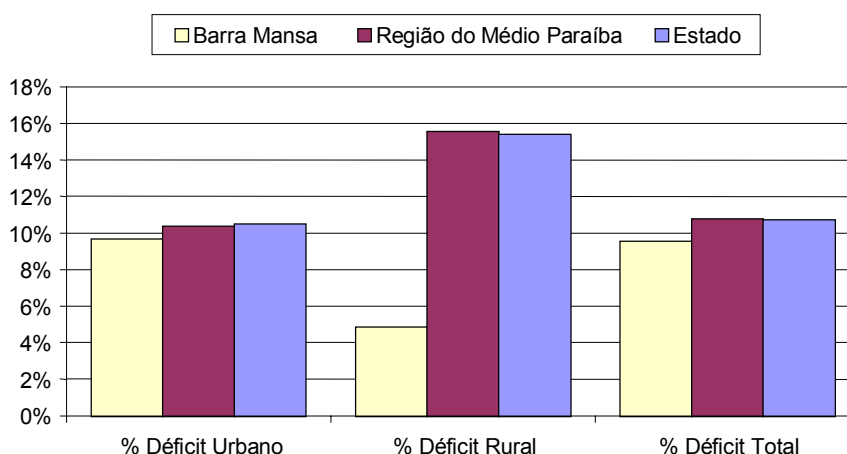
O conceito de necessidades habitacionais inclui três dimensões:

- a) o déficit habitacional, correspondendo à necessidade de reposição de unidades precárias e ao atendimento à demanda;
- b) a demanda demográfica, compreendendo a necessidade de construção de novas unidades para atender ao crescimento demográfico;
- c) a inadequação, que aponta para a necessidade de melhoria das unidades habitacionais, com determinados tipos de carência ou deficiência.

A composição do déficit habitacional se dá por domicílios improvisados ou rústicos totalmente inadequados para se viver, por coabitação familiar, e, ainda, por famílias pobres com aluguel excessivo (acima de 30% da renda familiar).

Abordemos, inicialmente, o quadro de Barra Mansa, município que possuía 40.034 domicílios em 1991, dos quais 39.004 urbanos e 1.030 rurais. De acordo com o estudo, o déficit habitacional total representa 3.826 domicílios, distribuídos conforme gráfico comparativo com a região e o Estado:

Déficit Habitacional Relativo



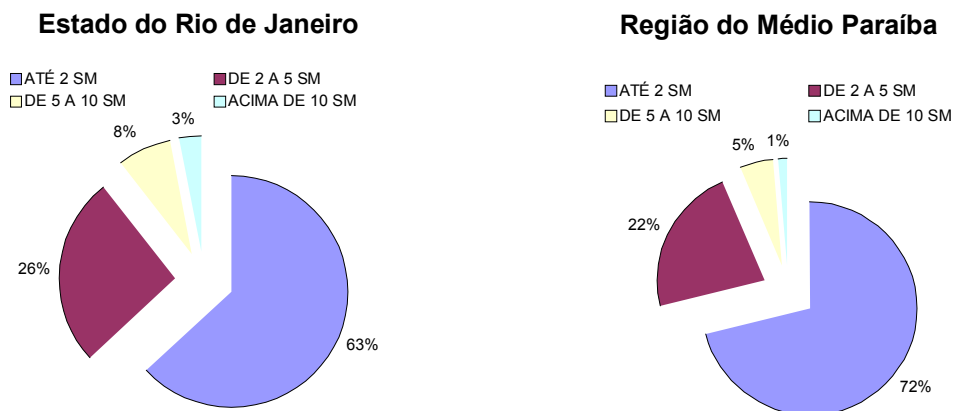
Nota: Por déficit habitacional relativo, entenda-se o total da demanda em relação ao total de domicílios existentes.

Como veremos mais adiante, no capítulo VII – INDICADORES FINANCEIROS, o município vem aplicando os recursos na função Habitação e Urbanismo conforme tabela abaixo, sendo o percentual relativo à participação da despesa na função em relação ao total das despesas:

12,2Ano	Gasto na função (R\$ milhões)	Participação no total das despesas
1997	6,3	12%
1998	8,4	15%
1999	7,7	11%
2000	11,8	13%
2001	12,2	14%

É fato que as camadas mais pobres da população são aquelas mais afetadas pelo déficit habitacional, o que pode ser confirmado nos gráficos que apresentam os déficits habitacionais por faixa de renda familiar a seguir:

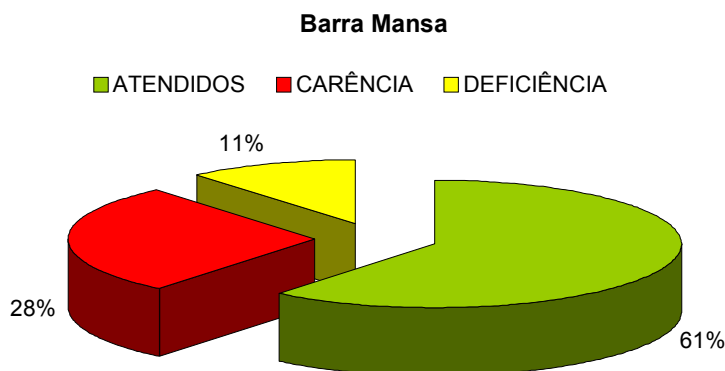
BARRA MANSA



As moradias classificadas como inadequadas podem ter problemas relacionados ao adensamento excessivo ou à falta de acesso a infra-estrutura, com variáveis referentes a iluminação, abastecimento de água, instalação sanitária e destino do lixo. A inadequação por carência de infra-estrutura ocorre quando o domicílio não dispõe de condições mínimas aceitáveis de acesso aos quatro serviços básicos citados. Já a inadequação por deficiência de infra-estrutura sobrevém quando o domicílio dispõe destes serviços, mas não da maneira mais adequada.

Os dados sobre inadequação de moradia são trabalhados dentro do universo dos domicílios particulares permanentes, o que exclui os domicílios rústicos e improvisados, abrangidos no indicador de déficit habitacional.

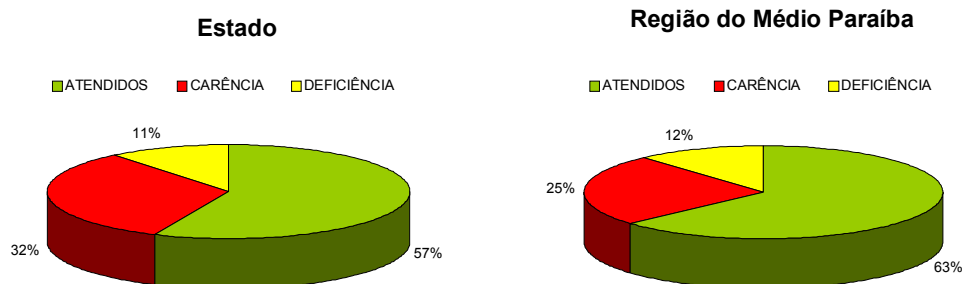
Barra Mansa apresentava, de acordo com o estudo, 11.252 domicílios com carência de infra-estrutura e outros 4.481 com deficiência da mesma, totalizando 39,3% do estoque com inadequação habitacional, conforme ilustra o gráfico a seguir:



O detalhamento de inadequabilidade na região está apresentado na tabela adiante:

Carência de infra-estrutura				Deficiência de infra-estrutura			
Iluminação	Abastecimento de água	Instalação sanitária	Destino do lixo	Iluminação	Abastecimento de água	Instalação sanitária	Destino do lixo
2%	2%	15%	17%	4%	1%	2%	6%

Graficamente, a situação de atendimento ao IQM – Necessidades Habitacionais e de inadequação no Estado e na região é a seguinte:



Finalmente, cabe citar que a inadequação por adensamento excessivo, categoria computada apenas na situação urbana, foi quantificada em 3.722 domicílios, representando 10% do estoque urbano de Barra Mansa.

• IQM – Carências ¹⁹

O **IQM – Carências**, desenvolvido pela Fundação CIDE, foi construído como um indicador sintético, com o objetivo de retratar a distância entre a realidade existente em cada um dos municípios fluminenses e aquela de uma sociedade ideal, na qual se vivencie um elevado grau de equidade e cidadania plena. A carência apontada neste índice não representa pobreza ou miséria, mas a graduação da qualidade de vida em educação; saúde; habitação e saneamento; mercado de trabalho; comércio; segurança; transportes; comunicações; esporte, cultura e lazer; participação comunitária; e descentralização administrativa.

O resultado geral partiu do cruzamento de 42 variáveis, selecionadas a partir dessas 11 áreas temáticas, abordadas através de três diferentes níveis de exigência. Para definição destas áreas e dos parâmetros adotados nos respectivos indicadores, elegeu-se, como marco teórico, a Constituição de 1988, tanto no que diz respeito aos direitos sociais estabelecidos para toda a população quanto na definição de um novo arcabouço jurídico-institucional de governança, que aponta para o município como o *locus* privilegiado de exercício da cidadania. A seleção das variáveis também procurou captar alternadamente indicadores que reflitam a atuação do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada, tendo como referência positiva uma sociedade em que os diferentes atores ajam em regime de co-responsabilidade.

O foco do estudo centrou-se na avaliação e mensuração do *quantum* de cidadania já foi alcançado pela sociedade fluminense, investigando-se também as condições potenciais para a manutenção ou para a melhora futura deste patamar, de acordo com as condições de vida e de oferta de bens e serviços presentes nos respectivos municípios.

A pirâmide que serviu de base para o cálculo do índice de carências está dividida em três níveis, que se diferenciam pelo grau de progresso intelectual, cultural e material. Os níveis estão definidos conforme descrição a seguir:

- Nível 1 - representa as necessidades básicas: corresponde à base da pirâmide. Aí estão os indicadores de necessidades cuja satisfação garante a sobrevivência com dignidade. Trata-se, porém, das necessidades básicas ampliadas, isto é, aquelas decorrentes das novas possibilidades e exigências da vida moderna.
- Nível 2 - representa o aumento de oportunidades de ascensão social: é o nível intermediário,

19 - Índice de Qualidade dos Municípios – Carências - CIDE - 2001.

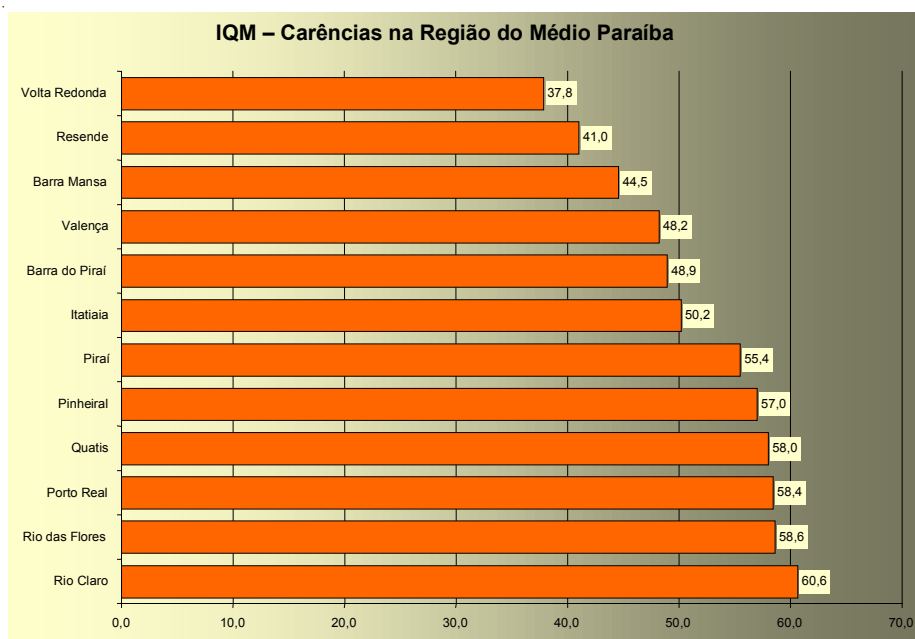
BARRA MANSA

em que estão incluídos indicadores demonstrativos de um maior progresso. Retrata a possibilidade de acesso a serviços e bens que permitem não só resolver as necessidades básicas mas ir além, isto é, obter oportunidades concretas (referentes a alguns diferenciais no desenvolvimento humano) que colocam o indivíduo no caminho de algumas realizações pessoais.

- Nível 3 - representa o autodesenvolvimento e a auto-satisfação: é o topo da pirâmide ao qual todos deveriam chegar, dentro de um espírito de equidade e justiça e no qual os indivíduos têm condições de aproveitar todo o seu potencial e de obter conquistas e auto-satisfação.

O índice total oscilou entre 32,4% (Rio de Janeiro) e 64,0% (Japeri). Quanto mais alto o percentual apurado no índice, maior o seu nível de carência, nos conceitos expostos anteriormente. Já com relação ao *ranking* dos municípios abordados (incluída a capital e excluído Mesquita), quanto mais alta sua colocação, mais baixo é seu índice de carências.

O município de Barra Mansa encontra-se em 84º lugar entre os noventa e um municípios analisados, com um índice total de 44,5%. O gráfico a seguir apresenta o comparativo entre os municípios da Região do Médio Paraíba.



Com relação ao 1º nível da pirâmide do IQM – Carências, Barra Mansa está em 83º lugar no Estado, com a marca de 39%.

Já com relação ao 2º nível da pirâmide do IQM – Carências, o município está em 83º lugar no Estado, com a marca de 51,3%.

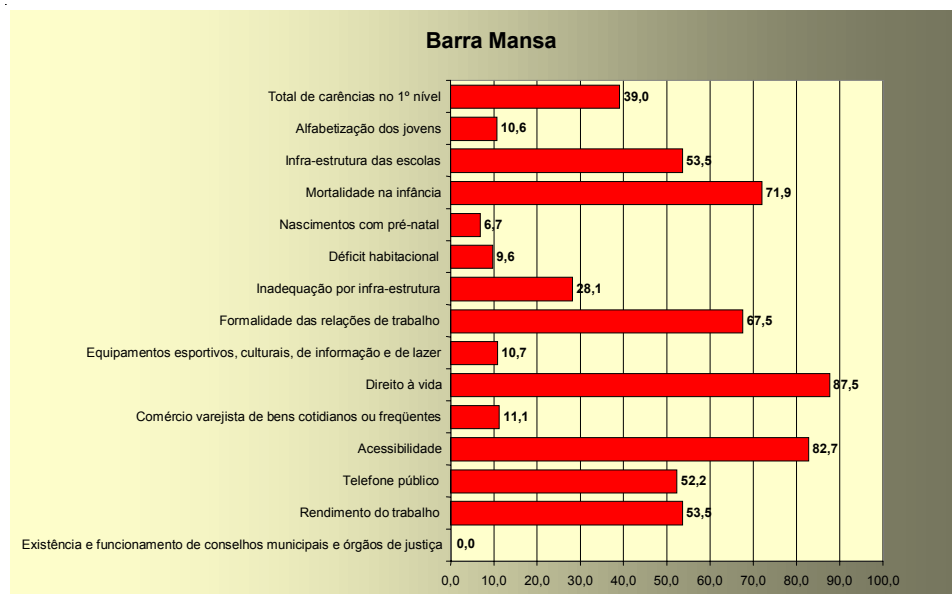
Finalmente, com relação ao 3º nível da pirâmide do IQM – Carências, Barra Mansa está em 79º lugar no Estado, com a marca de 51,9%.

As tabelas e gráficos a seguir demonstram em detalhe as características e índices alcançados de carência em cada nível da pirâmide do indicador. Por se tratar de um complexo conjunto de variáveis, suas leituras demandam um momento de reflexão. Nesse sentido, há mérito incontestável na concepção deste indicador pelos técnicos da Fundação CIDE.



Indicadores do 1º Nível – Necessidades básicas – Peso de 55,6% no índice total

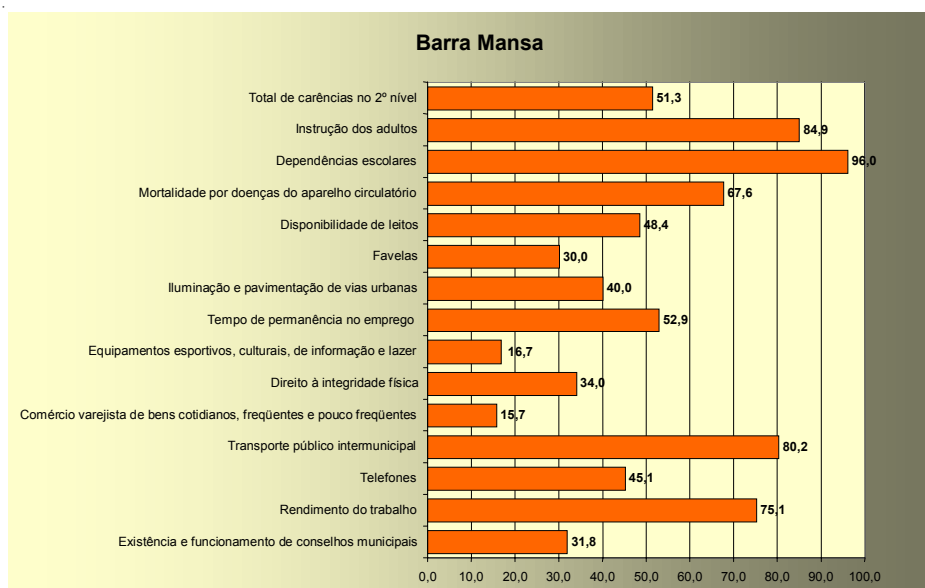
Nome	Descrição	Fonte/Ano
Alfabetização dos jovens	Pessoas de 15 a 24 anos com, pelo menos, 4 anos de estudo/total de pessoas de 15 a 24 anos*100	IBGE, 96
Infra-estrutura das escolas	Escolas com energia elétrica, água, esgoto e biblioteca/total de escolas*100	SEE, 99
Mortalidade na infância	Óbitos de pessoas de 0 a 4 anos por doenças infecciosas e parasitárias, doenças respiratórias ou afecções originadas no período perinatal/total de óbitos de pessoas de 0 a 4 anos*100	SES, 97/99
Nascimentos com pré-natal	Nascimentos com número adequado de consultas pré-natal/total de nascimentos*100	SES, 99
Déficit habitacional	Cálculo no IQM – Necessidades Habitacionais	CIDE, 91
Inadequação por infra-estrutura	Cálculo no IQM – Necessidades Habitacionais	CIDE, 91
Formalidade das relações de trabalho	Empregos formais/população ocupada*100	RAIS, 98
Equipamentos esportivos, culturais, de informação e lazer	(Redes de TV sintonizadas/7, existência de estádio ou ginásio poliesportivo, estação de rádio, biblioteca pública)/4*100	IBGE, 99
Direito à vida	Número de homicídios/população*100.000	I.Cano, 98
Comércio varejista de bens cotidianos ou freqüentes	Número de setores presentes/total de setores*100	SEF, 99
Acessibilidade	Extensão da rede de estradas pavimentadas/área do município	DER/CIDE, 00
Telefone público	Número de telefones públicos/número adequado de telefones públicos*100	TELEMAR, 00
Rendimento de trabalho	Empregados com rendimento superior a 3 salários mínimos/total de empregados*100	RAIS, 98
Existência e funcionamento de conselhos municipais e órgãos de justiça	(4 conselhos municipais principais regulamentados e instalados + existência de Juizado de Pequenas Causas, Defesa do Consumidor e Conselho Tutelar)/7*100	IBGE, 99



BARRA MANSA

Indicadores do 2º Nível – Aumento de Oportunidades de Ascensão Social – Peso de 33,3%

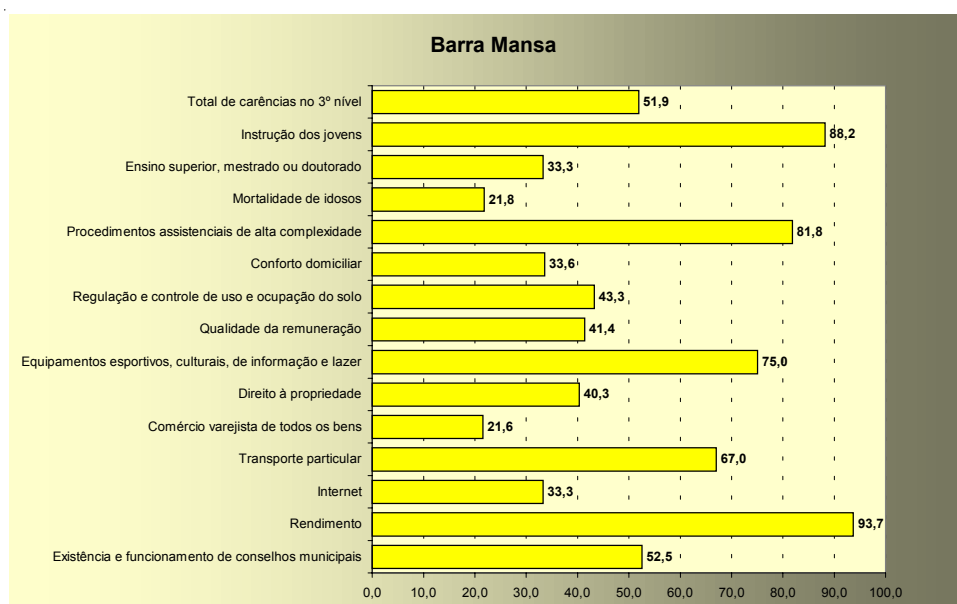
Nome	Descrição	Fonte/Ano
Instrução dos adultos	Pessoas de 20 a 29 anos com 11 anos ou mais de estudo/total de pessoas de 20 a 29 anos*100	IBGE, 96
Dependências escolares	Escolas com sala de TV e vídeo, quadra de esportes, laboratório de informática e laboratório de ciências/total de escolas*100	SEE, 99
Mortalidade por doenças do aparelho circulatório	Óbitos de pessoas de 40 a 59 anos por doenças do aparelho circulatório/população de 40 a 59 anos*100.000	SES, 97/99
Disponibilidade de leitos	Leitos nas clínicas básicas/população*1.000	IBGE, 99
Favelas	(Existência de favelas e cadastro, loteamentos irregulares e cadastro, legislação de interesse especial, programa de regularização fundiária e programa de urbanização de assentamentos)/5*100	IBGE, 99
Iluminação e pavimentação das vias urbanas	min {percentual de vias iluminadas e percentual de vias pavimentadas}	IBGE, 99
Tempo de permanência no emprego	Desligamentos com tempo superior a 12 meses/total de empregos*100	RAIS, 99
Equipamentos esportivos, culturais, de informação e lazer	(Existência de videolocadora, loja de discos, fita e CD, teatro ou casa de espetáculos, livraria e jornais diários)/5*100	IBGE, 99
Direito à integridade física	Lesões corporais dolosas e culposas/população*100.000	SSP, 99
Comércio varejista de bens cotidianos, freqüentes e pouco freqüentes	Número de setores presentes/total de setores*100	SEF, 99
Transporte público intermunicipal	Municípios com linhas de ônibus/total de municípios*100	DETRO, 01
Telefones	Número de telefones instalados/número adequado de telefones instalados*100	TELEMAR, 00
Rendimento de trabalho	Empregados com rendimento inferior a 5 salários mínimos/total de empregados*100	RAIS, 99
Existência e funcionamento de conselhos municipais	(4 conselhos municipais principais regulamentados e instalados, paritários, deliberativos e administrando fundos e os 6 restantes regulamentados e instalados)/22*100	IBGE, 99





Indicadores do 3º Nível – Autodesenvolvimento e Auto-Satisfação – Peso de 11,1%

Nome	Descrição	Fonte/Ano
Instrução dos jovens	Pessoas de 18 e 19 anos com 11 anos ou mais de estudo/total de pessoas de 18 e 19 anos*100	IBGE, 96
Ensino superior, mestrado ou doutorado	Número de áreas com cursos/total de áreas*100	MEC
Mortalidade de idosos	Óbitos de pessoas de 70 anos ou mais/pessoas de 70 anos ou mais*100	SES, 99
Procedimentos assistenciais de alta complexidade	Número de procedimentos disponíveis/total de procedimentos*100	DATASUS, 00
Conforto domiciliar	Domicílios com até 2 habitantes por dormitório/total de domicílios*100	IBGE, 91
Regulação e controle de uso e ocupação do solo	(Emissão de licença para construção, cadastro territorial atualizado, arrecadação de IPTU e lei de zoneamento)/4*100	IBGE, 99
Qualidade da remuneração	Empregados com 2º grau completo com rendimento superior a 3 salários mínimos/total de empregados*100	RAIS, 99
Equipamentos esportivos, culturais, de informação e lazer	(Existência de sintonia de 7 redes de TV, emissora de TV geradora de imagem, <i>shopping center</i> , número adequado de cinemas e museu)/5*100	IBGE, 99
Direito à propriedade	Número de roubos e furtos/população*100.000	SSP, 99
Comércio varejista de todos os bens	Número de setores presentes/total de setores*100	SEF, 99
Transporte particular	Número de automóveis particulares licenciados/população	DETRAN, 00
Internet	Número de provedores de internet/número de provedores de internet necessários*100	CIDE, 00 IBGE, 99
Rendimento	Empregados com rendimento superior a 10 salários mínimos/total de empregados*100	RAIS, 99
Existência e funcionamento de conselhos municipais	(Todos os 10 conselhos municipais regulamentados e instalados, paritários, deliberativos e administrando fundos)/40*100	IBGE, 99



BARRA MANSA

• **Dados da Educação**

A educação aparece, desde o final do século XX, como um fator fundamental para o crescimento econômico e para a competitividade nos mercados globalizados. Nos atuais cenários, a qualidade em conhecimentos da população de um país constitui, sem dúvida, um elemento diferenciador estratégico.

A possibilidade de ter uma educação de boa qualidade surge como um pré-requisito para uma inserção produtiva estável. Análises recentes indicam correlações entre as sociedades, os graus de educação e o tipo de inserção no mercado de trabalho. Contar com pessoas melhor qualificadas abre caminho, por exemplo, para a incorporação de processos tecnológicos, permitindo inovações e mudanças, gerando transformações. O nível de educação das pessoas terá forte repercussão, tanto no seu rendimento individual, como no rendimento coletivo das organizações a que pertencem. É sabido que os trabalhadores qualificados têm uma incidência técnica positiva sobre o seu grupo de trabalho e aceleram a produtividade coletiva.

Por essas e outras razões, a educação é considerada um dos investimentos de mais alto retorno. Pode-se indicá-la como uma das melhores iniciativas para diminuir as desigualdades, ao trazer oportunidades de melhor qualificação do conjunto da população. A redução das desigualdades cria condições favoráveis para um aumento significativo do investimento no capital humano. Como já visto na apresentação do IQM – Carências, os menos favorecidos apresentam carências em dimensões essenciais de seu desenvolvimento humano, que os impedem de ter melhores condições de equidade social. Em recente análise, Amartya Sen, um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), observou que as chamadas condições básicas mínimas, que poderão definir a possibilidade de oportunidades que cada um terá, não se restringem apenas à questão da renda e suas conseqüências econômicas. Mas, também, nas capacidades necessárias para se alcançar os estados nutricionais adequados, um bom padrão de saúde, o direito a moradia e a possibilidade de acesso e permanência na escola.

Independentemente das particularidades regionais, como já dito anteriormente, uma das condições indispensáveis para que o poder público exerça de forma eficaz o padrão moderno de gestão é a existência de um conjunto de informações confiáveis e organizadas, que se tornem instrumentos efetivos para tomada de decisão, pois a qualificação da população, como demonstrado, está correlacionada a diversas políticas públicas. Em se tratando de educação, Estado e municípios responderam, em 2001, por 48% dos alunos matriculados no ensino infantil (creche, pré-escola e classe de alfabetização), por 81% dos alunos do ensino fundamental e por 77% dos matriculados no ensino médio, em um universo de 3,7 milhões de estudantes cariocas e fluminenses até esse último nível de ensino. O estabelecimento de uma relação de cooperação entre Estado e municípios, na aquisição e organização dessas informações, propiciará melhor reflexão acerca dos indicadores levantados e, certamente, criará reflexos nas administrações municipais.

O que a sociedade espera da educação é que ela responda às necessidades de um novo perfil de qualificação, no qual não só a aquisição do conhecimento seja importante, mas também a sua melhor utilização, já que ela deve, ainda, instrumentalizar todos a lidar com os novos parâmetros de difusão de informações gerados pela informática e pelos meios de comunicação de massa. A educação, portanto, deve contribuir para recuperar/construir a dimensão social e ética do desenvolvimento econômico e capacitar para o exercício da cidadania.

Proporcionar uma educação cidadã é levar a todos a possibilidade de aquisição contínua de conhecimentos, a formação de hábitos de convivência num mundo plural, a compreensão de idéias e valores, e a conscientização dos seus direitos e deveres na sociedade em que vivem.

Vale lembrar, ainda, que a educação significa, também, maior conquista da liberdade interior, adquirida à medida que o indivíduo vai desenvolvendo sua capacidade de discernir, avaliar e decidir.

Contrariamente à idéia de que o homem precisa ser educado para se transformar num meio de produção, pronto para enfrentar o mercado, está o conceito de que a educação deve prepará-lo para ser ele mesmo, para ser livre e seu maior recurso. Como dizia Einstein:

“Não basta ensinar ao homem uma especialidade, porque se tornará assim uma máquina utilizável, mas não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto. A não ser assim, ele se assemelhará, com seus conhecimentos profissionais, mais a um cão ensinado, do que a uma criatura harmoniosamente desenvolvida. Deve aprender a compreender as motivações dos homens, suas angústias, para determinar com exatidão seu lugar preciso, em relação a seus próximos e a sua comunidade”.

Em um breve resumo sobre a situação da estrutura educacional ²⁰ no Estado do Rio de Janeiro, pode-se dizer que houve crescimento no número de estabelecimentos escolares em relação a anos anteriores, chegando em 2001 a um total de 9.900 unidades, onde são oferecidas diversas modalidades de ensino.

Com referência ao ano de 2001, verifica-se que a quase totalidade encontra-se em área urbana, e ainda:

1) Com relação ao quantitativo de escolas:

– dos 5.930 estabelecimentos da pré-escola, a rede pública é responsável por cerca de 47% deles. A Classe de Alfabetização, que soma 2.841 estabelecimentos, entretanto, conta com menos de 1% de rede pública;

– o ensino fundamental é disponibilizado em 8.074 escolas, das quais, aproximadamente, 65% são públicas;

– a rede pública é responsável por cerca de 53% das 1.735 escolas do ensino médio no Estado;

– a educação de jovens e adultos é encontrada em 1.133 escolas, sendo que 74% delas são públicas;

– na educação especial, o Estado dispõe de 599 escolas, das quais 82% são públicas.

2) Quanto à função docente, o Estado dispõe de 218.746 professores ²¹ em todas as redes.

3) No que diz respeito ao número de matrículas iniciais:

– a educação infantil disponibilizou 477 mil matrículas, pertencendo à rede pública 44% dos alunos da creche, 58% da pré-escola e 2% da classe de alfabetização;

– No ensino fundamental, o total de matrículas foi de 2,46 milhões, das quais 55% referem-se ao segmento da 1ª a 4ª séries e 45% da 5ª a 8ª. Deste total de matrículas, 82% são de responsabilidade da rede pública;

– no ensino médio, o total de matrículas foi de 707 mil, cerca de 79% feitas na rede pública;

– na educação de jovens e adultos, o total de matrículas foi de 218 mil, novamente 79% na rede pública;

– a educação especial teve cerca de 21 mil matrículas, 57% na rede pública.

20 - MEC/INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

21 - Observação: o mesmo docente pode atuar em mais de um nível e modalidade de ensino.

BARRA MANSA

Em relação a dados de 1999, é importante observar:

- O crescimento verificado nas taxas de escolarização por nível de ensino no Estado. A faixa etária de 7 a 14 anos tem um percentual de 98% de atendimento. Na faixa etária seguinte, de 15 a 17 anos, também se verifica crescimento, em relação a dados anteriores, atingindo, hoje, um atendimento de 87%.

- Com relação às taxas de rendimento escolar no ensino fundamental, através dos dados disponíveis, constata-se que na 5ª série há um aumento da taxa de reprovação e de evasão escolar, que atinge o seu maior percentual na 8ª série.

- No ensino médio, verifica-se que na 1ª série a taxa de aprovação é de cerca de 64% e que o restante ou foi reprovado ou excluído da escola. É a série que possui o maior percentual de repetência no 2º grau.

Embora os avanços na obrigatoriedade legal da educação básica e o aumento, significativo, do número de matrículas representem progresso muito positivo, o problema ainda está na qualidade da educação oferecida que, na sua forma mais perversa, ocasiona grandes índices de repetência e reforça os níveis de desigualdade entre os indivíduos.

Apresentamos, a seguir, alguns indicadores que pudemos apurar com as informações disponíveis ²².

Barra Mansa dispõe da seguinte rede de ensino, entre unidades federais, estaduais, municipais e particulares:

Estabelecimentos de ensino	Ano	Nº de unidades	% do município	Nº de salas em uso	Número de matrículas *
	1998	109	56%	751	38.912
1999	101	54%	805	41.178	
2000	101	54%	822	41.592	
2001	100	55%	837	40.527	

* Obs: Número de matrículas somente nos ensinos infantil, fundamental e médio.

Houve crescimento de 4% no número de matrículas, com incremento de 11% no número de salas entre 1998 e 2001, o que propiciou baixar a média de 51,81 alunos por sala de aula em 1998 para 48,42 em 2001.

Em um maior nível de detalhamento, apresentamos abaixo o quadro sobre todos os estabelecimentos de **ensino infantil**, que engloba creche, pré-escola e classe de alfabetização (CA):

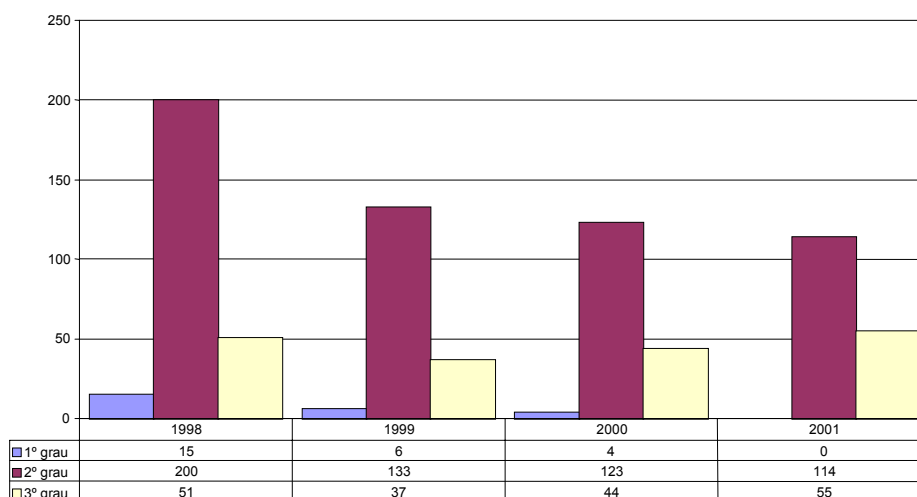
Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor na região
98	75	266	5.368	20,2	17,3
99	52	176	2.914	16,6	17,1
00	55	171	3.101	18,1	17,6
01	56	169	3.053	18,1	16,9

22 - Fundação CIDE/SEE - 1998 a 2001. De acordo com a versão anterior, os dados de 1997 não apresentavam consistência e foram suprimidos nesta edição.

Quanto às matrículas iniciais, verificamos redução de 43% no período de 1998 a 2001, acompanhada por redução do quadro do corpo docente, com melhora do rateio aluno/professor, superior ao apresentado na região.

Não há dados disponíveis sobre o desempenho desse nível de ensino. Mas, com relação à qualificação do corpo docente do ensino infantil, o gráfico abaixo ilustra a evolução de 1998 para 2001 ²³:

Educação Infantil - Número de Professores por Formação



Este indicador comparativo do ensino infantil aponta predominância de professores com formação no segundo grau.

Especificamente da rede municipal, responsável por 40% das matrículas do ensino infantil em 2001, o quadro que se apresenta é o seguinte:

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/professor no município	Rateio aluno/professor na região
98	53	158	3.527	22,3	18,8
99	29	49	899	18,3	19,2
00	32	58	1.143	19,7	19,8
01	33	62	1.210	19,5	19,4

Pode-se verificar que houve uma significativa redução em toda rede de ensino do município. Os índices referentes ao rateio aluno/professor, no município, apresentaram melhora, equiparando-se aos índices da região.

Barra Mansa apresenta o panorama abaixo para o **ensino fundamental**:

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/professor no município	Rateio aluno/professor na região
98	91	1.362	28.092	20,6	18,3
99	85	1.428	32.064	22,5	19,4
00	85	1.540	31.474	20,4	17,9
01	86	1.581	30.495	19,3	17,8

23 - SEE – Ensino fundamental incompleto/completo; ensino médio com magistério ou outra formação completa; ensino superior com ou sem licenciatura.

BARRA MANSA

Observa-se, no período, aumento de 9% no número de alunos do ensino fundamental, acompanhado por maior incremento no quadro de docentes, com melhora do rateio de alunos por professor, superior ao observado na região.

Especificamente em relação à rede estadual, que teve 32% dos alunos matriculados de 2001, o quadro que se apresenta é o seguinte:

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor na rede estadual da região
98	25	479	9.831	20,5	19,0
99	24	424	10.405	24,5	20,9
00	24	452	10.106	22,4	18,3
01	25	498	9.640	19,4	17,1

Observa-se, no período, redução de 2% no número de alunos na rede estadual do ensino fundamental, acompanhado por maior incremento no quadro de docentes, com melhora do rateio de alunos por professor, superior ao observado na região.

Já na rede municipal, predominante no volume de matrículas, com 61% do total em 2001, os dados seguem na tabela:

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor na rede municipal da região
98	55	710	15.757	22,2	19,6
99	50	853	19.418	22,8	20,5
00	50	932	19.171	20,6	19,1
01	50	917	18.668	20,4	19,7

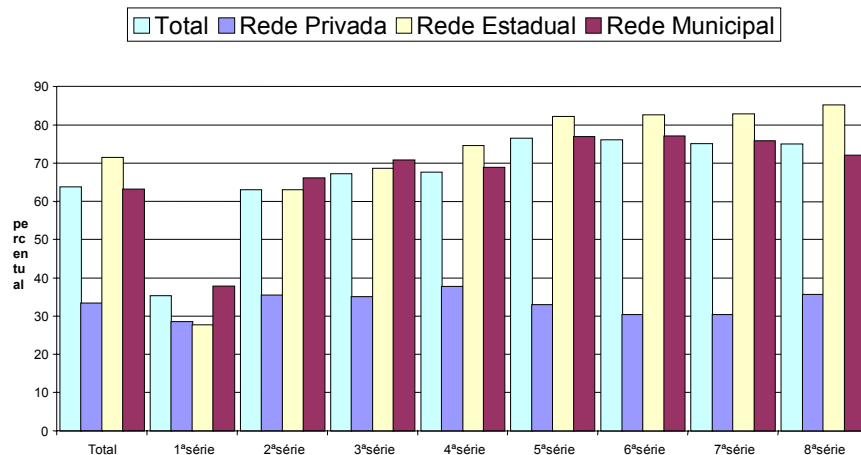
Observa-se, no período, aumento de 18% no número de alunos na rede municipal do ensino fundamental, acompanhado por maior incremento no quadro de docentes, com melhora do rateio de alunos por professor, superior ao observado na região.

O indicador de distorção de série por idade foi implementado há três anos pelo Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE e permite verificar o percentual de estudantes com idade acima da adequada para a série em estudo, obedecendo à seguinte tabela:

Série	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Idade	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos

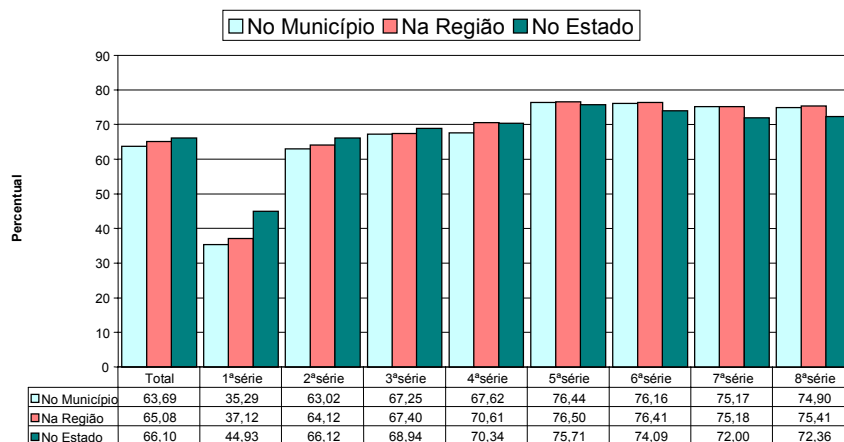
Os gráficos a seguir apresentam o nível de distorção por rede de ensino e a comparação com a região do município e com a média do Estado:

Taxas de Distorção Série-Idade do Ensino Fundamental no Município em 2001



Pode-se observar que a rede privada tem taxas inferiores às redes públicas, que se alternam nas maiores taxas no seqüencial das séries.

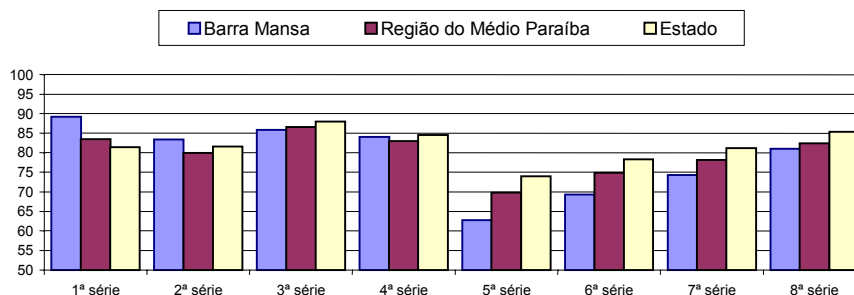
Comparativo da Taxa de Distorção Série-Idade Fundamental em 2001 no Ensino



Os indicadores de aprovação e de repetentes serão os mesmos apresentados na edição anterior, em virtude de não termos obtido dados mais recentes.

O gráfico a seguir apresenta comparação do percentual de aprovados no município com os da região e do Estado, ao final do ano de 1999:

Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental - 1999

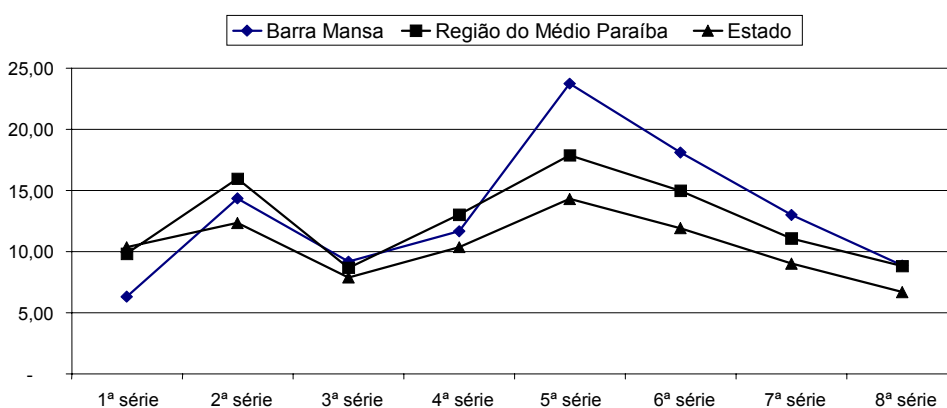


BARRA MANSA

Em 1999, Barra Mansa teve percentual de alunos repetentes no ensino fundamental na média de 15,0%, enquanto a média na Região do Médio Paraíba foi de 13,9%. Já em 2000, as mesmas taxas foram de 12,8% e 12,5%, respectivamente.

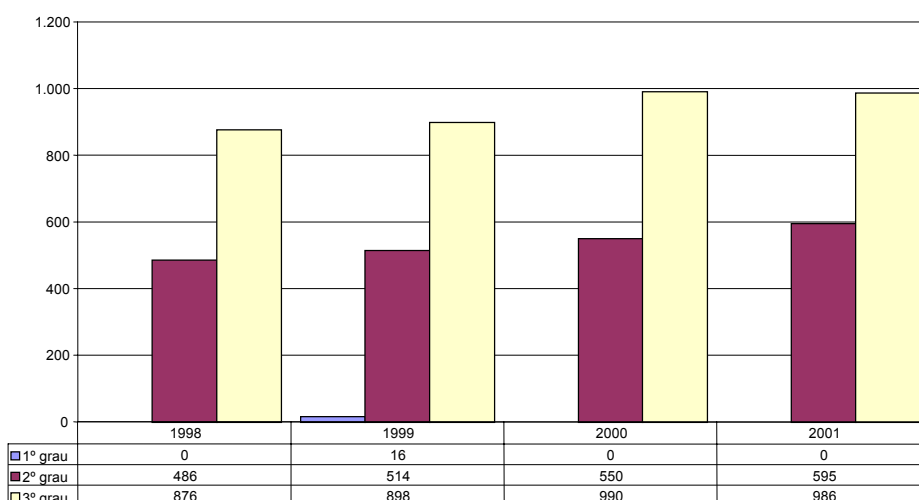
O curso fundamental apresenta percentuais de alunos repetentes inferiores ou equivalentes às médias da região e do Estado até a 4ª série, quando por três séries seguidas podem ser observadas taxas mais elevadas. O gráfico a seguir apresenta um comparativo, por série do ensino fundamental, da taxa de repetentes em 2000:

Percentual de Alunos Repetentes no Ensino Fundamental



Com relação à qualificação do corpo docente do ensino fundamental, o gráfico a seguir ilustra a evolução de 1998 para 2001:

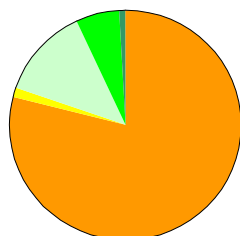
Educação Fundamental - Número de Professores por Formação



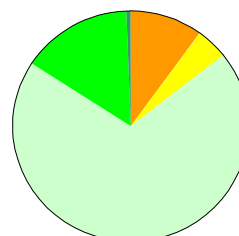
No caso do ensino fundamental, este indicador comparativo aponta predominância de professores com formação no ensino superior, com expressiva participação daqueles com formação no segundo grau.

Os gráficos a seguir mostram a formação dos professores das redes públicas no ano de 2001:

Rede Estadual - 1ª a 4ª séries

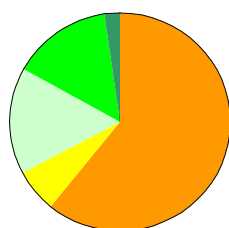


Rede Estadual - 5ª a 8ª séries

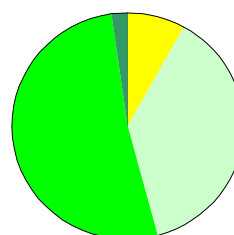


No caso dos professores estaduais no ensino fundamental, observa-se predominância de professores com formação no segundo grau para a primeira fase do curso (antigo primário) e de docentes com terceiro grau na segunda fase (antigo ginásio), o mesmo ocorrendo no quadro de professores municipais, com diferente distribuição.

Rede Municipal - 1ª a 4ª séries



Rede Municipal - 5ª a 8ª séries



Com relação ao ensino médio:

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor na região
98	15	318	5.452	17,1	16,3
99	16	394	6.200	15,7	16,4
00	19	476	7.017	14,7	14,8
01	19	537	6.979	13,0	13,7

O aumento de 28% no número de matrículas foi acompanhado por maior incremento no quadro de docentes, propiciando melhora do rateio de alunos por professor, culminando com rateios equivalentes aos da região no ano 2001.

Especificamente da rede estadual, predominante no volume de matrículas, com 81% do total de 2001, o quadro que se apresenta é o seguinte:

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor na rede estadual da região
98	11	208	3.993	19,2	18,8
99	12	244	4.588	18,8	19,4
00	14	304	5.536	18,2	16,5
01	15	384	5.671	14,8	14,9

BARRA MANSA

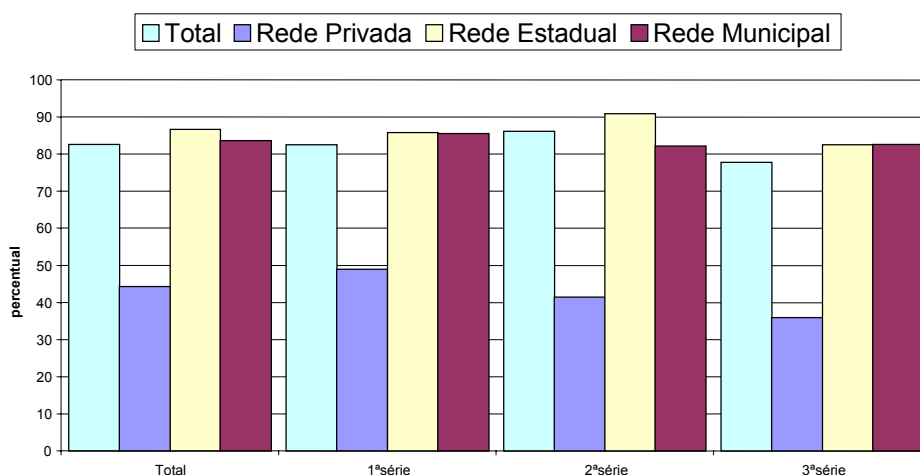
Observa-se, no período, aumento de 42% no número de alunos do ensino médio em escolas do Estado, acompanhado por maior incremento no quadro de docentes, com melhora do rateio de alunos por professor, equivalentes ao observado na região.

Da mesma forma como apresentamos dados sobre o indicador de distorção de série por idade do ensino fundamental, o ensino médio obedece à seguinte tabela relativa à idade adequada para a série em estudo:

Série	1 ^a	2 ^a	3 ^a
Idade	15 anos	16 anos	17 anos

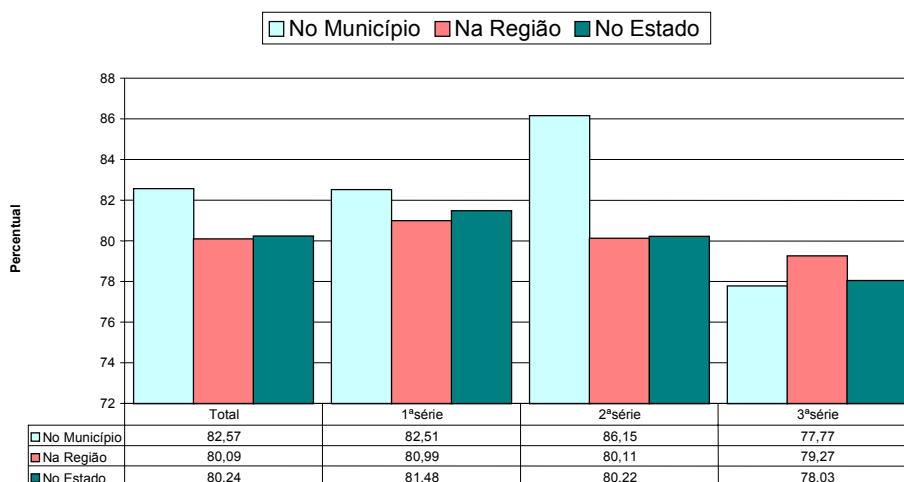
O município apresentou a seguinte série comparativa com a região e o Estado, no ano 2000, para o ensino médio:

Taxas de Distorção Série-Idade do Ensino Médio no Município em 2001



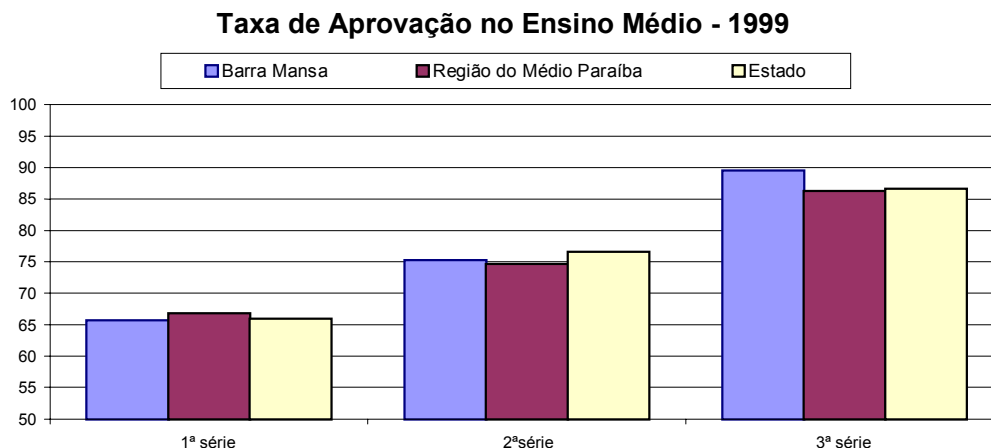
Pode -se observar que a rede privada tem taxas inferiores à da rede pública.

Comparativo da Taxa de Distorção Série-Idade no Ensino em 2001



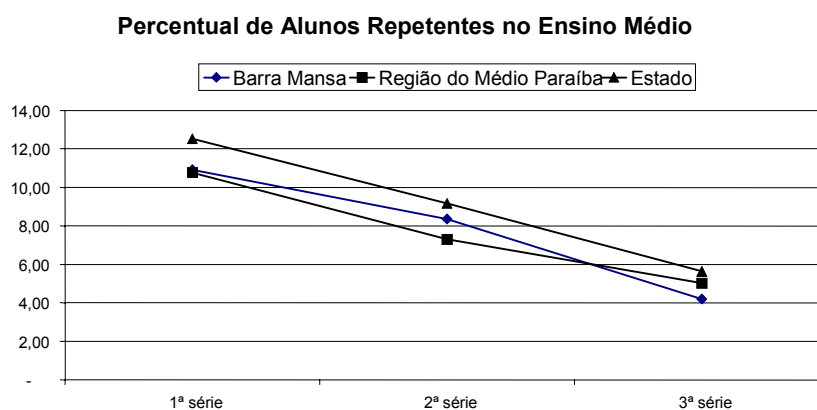
Como já citado anteriormente, os indicadores de aprovação e de repetentes serão os mesmos apresentados na edição anterior.

O gráfico a seguir apresenta comparação do percentual de aprovados no município com os da região e do Estado, ao final do ano de 1999:



Em 1999, Barra Mansa teve percentual de alunos repetentes no ensino médio na faixa de 9,6%, enquanto a média na Região do Médio Paraíba foi de 9,2%. Já no ano de 2000, as mesmas taxas foram de 8,4% e 8,0%, respectivamente.

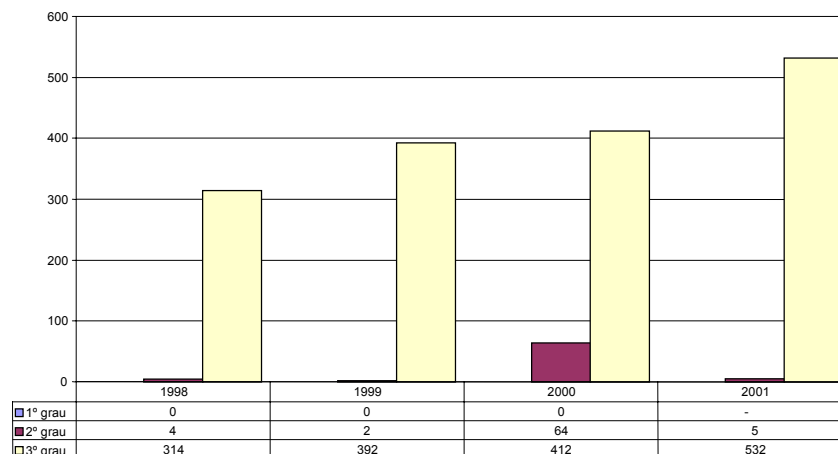
Os percentuais de repetentes no ensino médio acompanham a curva da região, sendo inferiores aos das médias estaduais. O gráfico abaixo apresenta um comparativo, por série do ensino médio, da taxa de repetentes em 2000:



Com relação à qualificação do corpo docente do ensino médio, o gráfico a seguir ilustra a evolução de 1998 a 2001:

BARRA MANSA

Ensino Médio - Número de Professores por Formação



No caso do ensino médio, este indicador comparativo aponta predominância absoluta de professores com formação no ensino superior.

Quanto ao ensino especial, o município dispõe de oito estabelecimentos, com 409 alunos matriculados em 2001, contra 422 alunos em 2000, 285 em 99 e 266 em 98.

No ensino de jovens e adultos, o município tem um total de 1.124 matrículas, com prioridade para o segmento de 5ª a 8ª série, que corresponde a 73% do total.

O município de Barra Mansa oferece um estabelecimento de ensino superior, com 5.062 alunos matriculados no ano de 2000 ²⁴.

Como veremos mais adiante, no capítulo VII – INDICADORES FINANCEIROS, o município vem aplicando recursos na função Educação e Cultura conforme tabela abaixo. Os valores aqui explicitados (função) são calculados por uma metodologia diferente daquela utilizada para fins de verificação dos limites constitucionais (impostos), uma vez que os valores expressos refletem as despesas incorridas na função reportadas pelo município e os percentuais apresentados referem-se à participação dos mesmos no total das despesas:

Ano	Gasto na função (R\$ mil)	Participação no total da despesa
1997	17.981	35%
1998	16.002	28%
1999	24.587	35%
2000	25.549	29%
2001	28.465	33%

• Dados da Saúde

A Constituição de 1988 assegurou o acesso universal e equânime a serviços e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Destacam-se na viabilização plena desse direito as chamadas Leis Orgânicas da Saúde, de número 8.080/90 e 8.142/90, e as Normas Operacionais Básicas – NOB.

24 - MEC – SEEC - 2000.



BARRA MANSA

O Sistema Único de Saúde – SUS opera tanto a nível federal, quanto nas esferas estadual e municipal. A NOB-SUS 1/96, publicada no DOU em 6.11.96, tem por finalidade promover o pleno exercício, por parte do poder público municipal, da função de gestor da atenção à saúde dos seus municípios. A norma está estruturada em 17 capítulos, que podem ser agrupados em cinco blocos:

- o primeiro aborda a finalidade; os campos de atenção à saúde; características do sistema municipal de saúde; as relações entre os sistemas municipais; o papel dos gestores estadual e federal; e os propósitos e bases para um novo modelo de atenção à saúde;
- o segundo aborda o financiamento das ações e serviços de saúde e a participação de cada esfera de governo no mesmo; a programação pactuada e integrada; e o controle, avaliação e auditoria;
- o terceiro versa sobre o custeio de assistência ambulatorial e hospitalar, vigilância sanitária, e ações de epidemiologia e controle de doenças;
- o quarto, sobre as condições de gestão dos Estados e municípios, detalha as responsabilidades, requisitos e prerrogativas de cada condição de gestão;
- o quinto traz as disposições gerais e transitórias.

Um município pode estar habilitado à condição de Gestão Plena da Atenção Básica ou de Gestão Plena do Sistema Municipal. Na primeira forma, resumidamente, o município é responsável por:

- gestão e execução da assistência ambulatorial básica, das ações básicas de vigilância sanitária, de epidemiologia e controle de doenças;
- gerência de todas as unidades ambulatoriais estatais (municipal/estadual/federal) ou privadas;
- autorização de internações hospitalares e procedimentos ambulatoriais especializados;
- operação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS;
- controle e avaliação da assistência básica.

Já na Gestão Plena do Sistema Municipal, objetivamente, o município é responsável por:

- gestão e execução de todas as ações e serviços de saúde no município;
- gerência de todas as unidades ambulatoriais, hospitalares e de serviços de saúde estatais ou privadas;
- administração da oferta de procedimentos de alto custo e complexidade;
- execução das ações básicas, de média e de alta complexidade de vigilância sanitária, de epidemiologia e de controle de doenças;
- controle, avaliação e auditoria dos serviços no município;
- operação do Sistema de Informações Hospitalares e do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS.

No Estado do Rio de Janeiro, o único ente ainda não habilitado ao sistema SUS é o recém-criado município de Mesquita ²⁵.

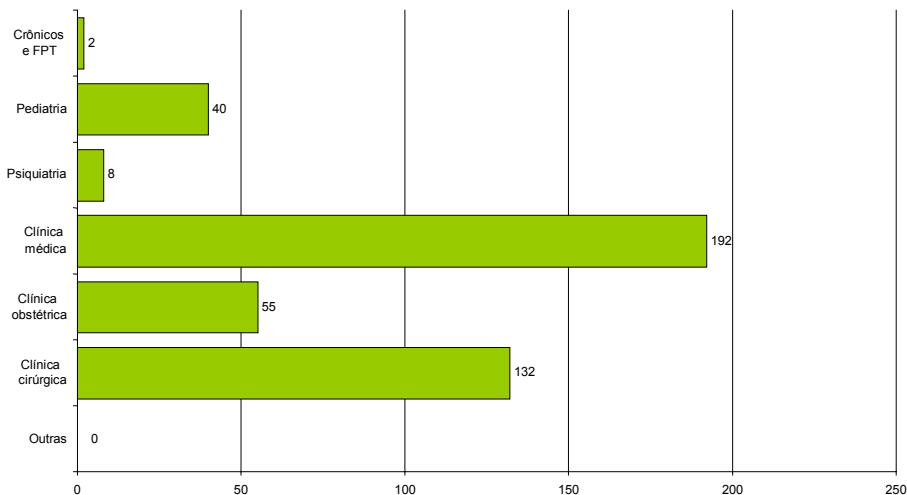
Barra Mansa tem Gestão Plena do Sistema Municipal, dispondo de dois hospitais conveniados ao SUS, um filantrópico e outro contratado, respectivamente com 267 e 162 leitos, e 85 unidades ambulatoriais. Oferece 2,50 leitos por mil habitantes, enquanto a média na Região do Médio Paraíba é de 3,55 por mil e, no Estado, de 3,41 leitos por mil habitantes. Os gráficos a seguir ²⁶ apresentam o quadro da estrutura da saúde pública no município e sua utilização no ano de 2001.

²⁵ - Site www.datasus.gov.br – 31.7.02.

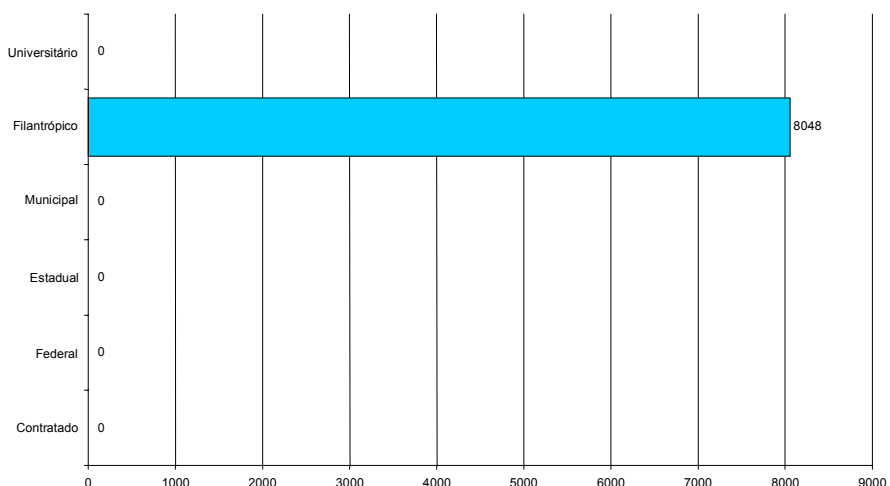
²⁶ - Fundação CIDE – MS – DATASUS – SIH/SUS - 2001.

BARRA MANSA

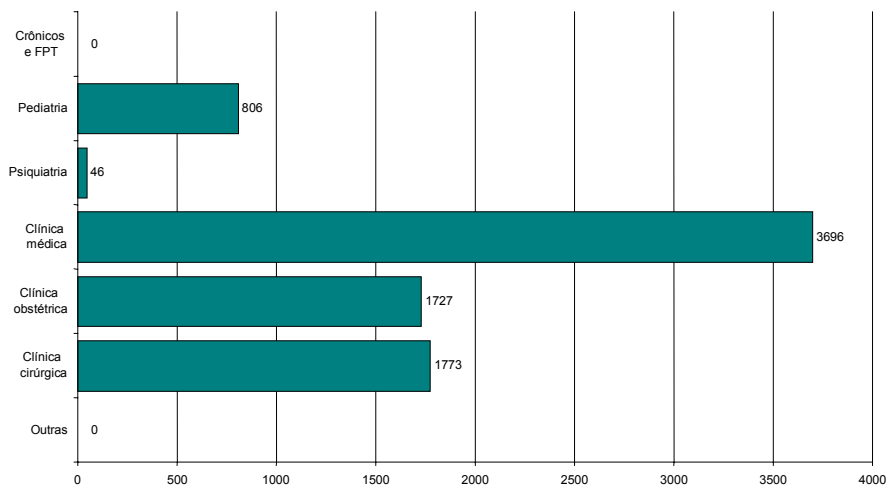
Leitos Contratados por Especialidade



Internações por Natureza

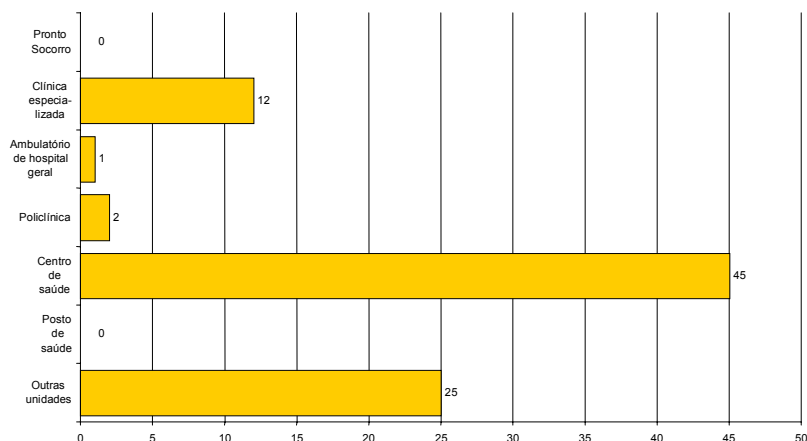


Internações por Especialidade



Não pudemos apurar a inconsistência da informação referente ao hospital contratado, de 162 leitos, com nenhuma internação computada.

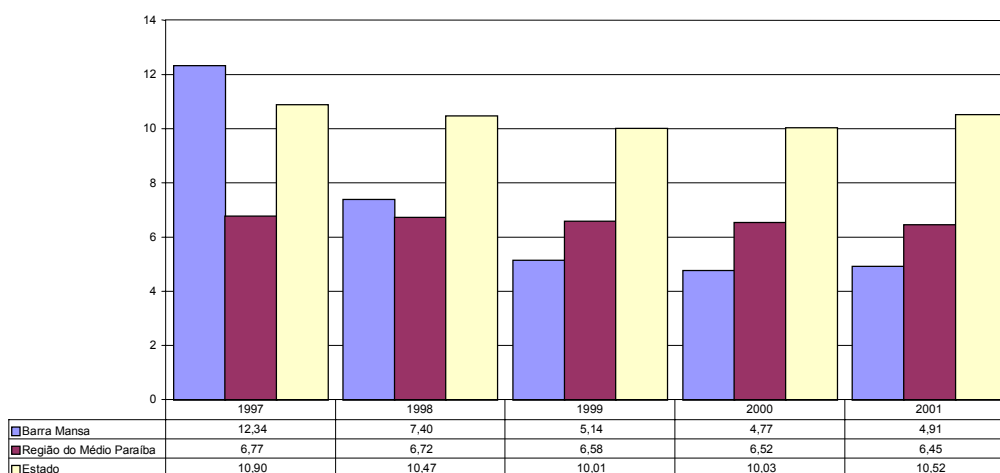
Unidades Ambulatoriais, por Tipo



Através do sistema Caderno de Informações de Saúde gerado pelo *site* da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (www.datasus.gov.br), pode-se obter uma série de informações relativas a estrutura e assistência ambulatorial e hospitalar, morbidade hospitalar, nascimentos, mortalidade, imunizações; dados do Programa de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde; orçamentos, transferências e pagamentos dos procedimentos de atenção básica e daqueles de média e alta complexidade. Ocorre que os dados, ao serem consultados em julho de 2002, referiam-se primordialmente ao ano de 1999.

Alguns indicadores podem apontar o nível de eficácia do sistema de saúde local, como os apresentados adiante ²⁷, mas não refletem as demais ações de vigilância epidemiológica, sanitária, de controle de vetores e de educação em saúde.

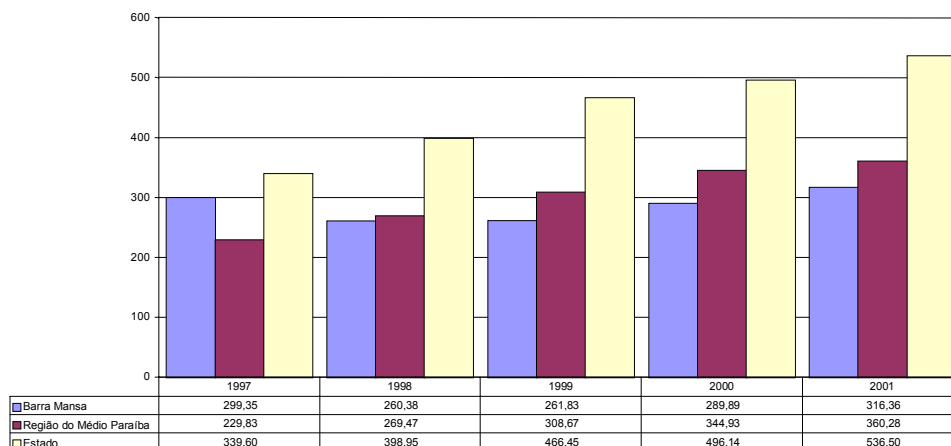
Tempo Médio de Internação (dias)



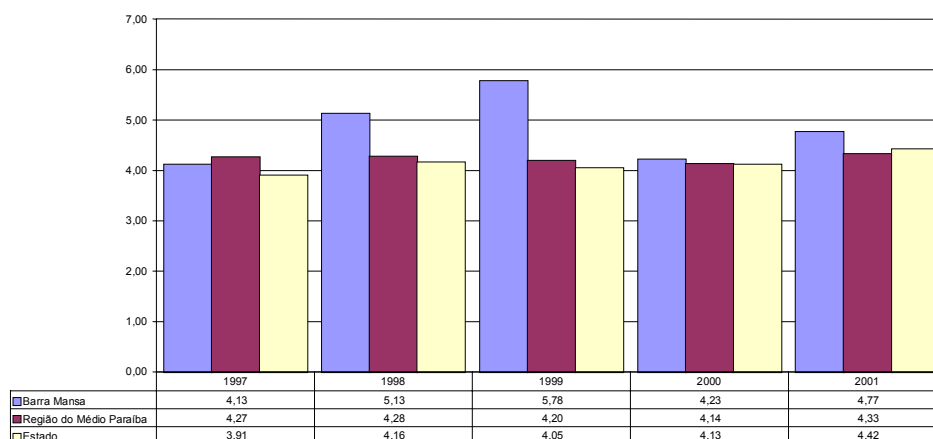
27 - Fundação CIDE – MS – DATASUS – SIH/SUS - 1997 a 2001.

BARRA MANSA

Valor Médio de Internação (R\$)



Taxa de Mortalidade (por 100 internações)



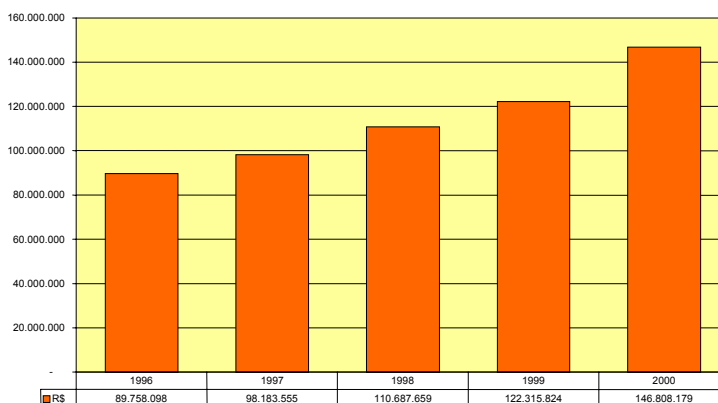
Como veremos mais adiante, no capítulo VII – INDICADORES FINANCEIROS, o município vem aplicando recursos na função Saúde e Saneamento conforme tabela abaixo. Os valores aqui explicitados (função) são calculados por uma metodologia diferente daquela utilizada para fins de verificação dos limites constitucionais (impostos), uma vez que os valores expressos refletem as despesas incorridas na função reportadas pelo município e os percentuais apresentados referem-se à participação dos mesmos no total das despesas:

Ano	Gastos na função (R\$ milhões)	Participação no total da despesa
1997	4,3	8%
1998	9,9	17%
1999	13,1	19%
2000	18,0	20%
2001	15,5	18%

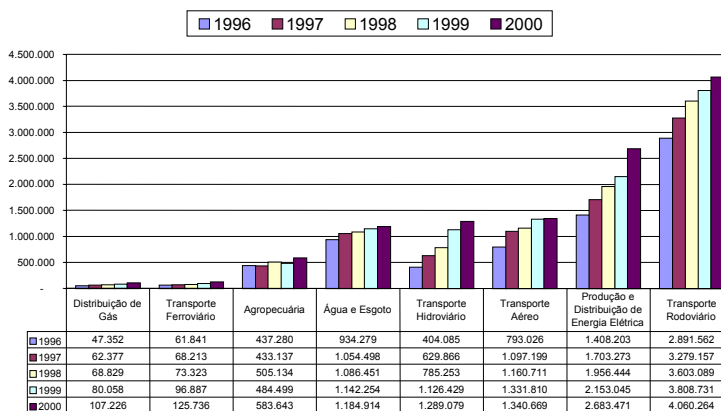
IV - INDICADORES ECONÔMICOS

O PIB do Estado, a preços básicos, em 2000, foi de R\$ 147 bilhões ²⁸, dos quais a capital participou com 54%. Houve um crescimento de 64% no período de 1996 a 2000. Os gráficos a seguir apresentam as evoluções dos setores da economia em todo o Estado.

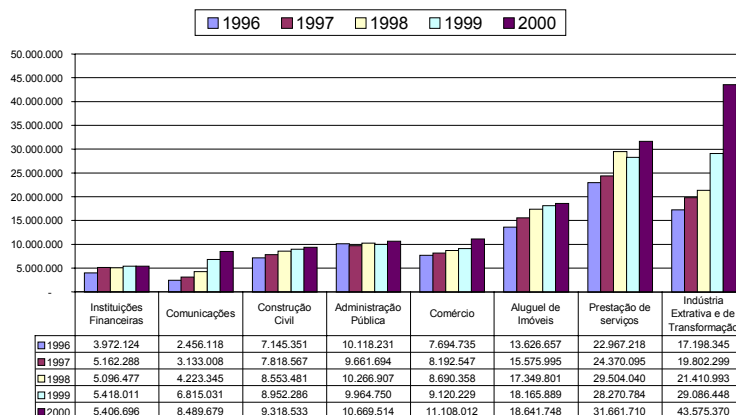
PIB a Preços Básicos - Evolução de 1996 a 2000



Evolução do PIB Estadual a Preços Básicos por Setor (R\$ mil)



Evolução do PIB Estadual a Preços Básicos por Setor (R\$ mil)

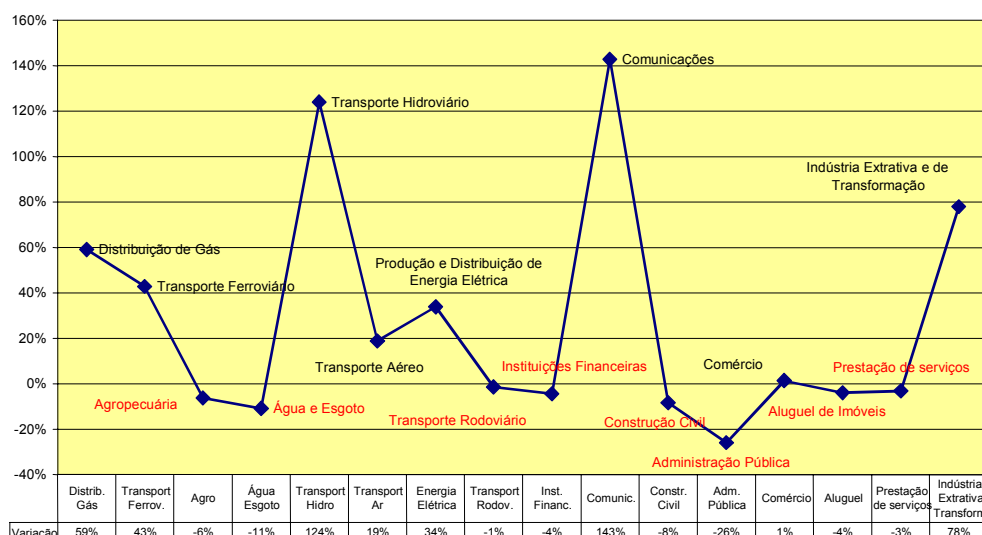


28 - Dados de PIB gerados pela Fundação CIDE.

BARRA MANSA

Todos os números apresentados nos gráficos anteriores estão em valores correntes. Se atualizarmos as cifras do ano 1996 pelo IGP-DI ²⁹, a *performance* do crescimento dos setores, de 1996 para 2000, terá sido conforme gráfico a seguir:

Variação Real do PIB de 1996 para 2000



Verifica-se crescimento em alguns setores. Ocorre que, de todos os que tiveram aumento real no período, os únicos que têm relevância econômica na composição do PIB são comunicações, comércio e indústria extrativa e de transformação.

O aumento vertiginoso de 143% no setor de comunicações deveu-se à privatização das antigas Telerj e Embratel, e à implantação de empresas de telefonia móvel celular. Há uma tendência de redução no ritmo de crescimento no segmento, em virtude do nível de cobertura já atingido pelas empresas envolvidas.

O nível de crescimento real do comércio foi de apenas 1% entre 1996 e 2000, bem abaixo dos 4% de aumento da população fluminense.

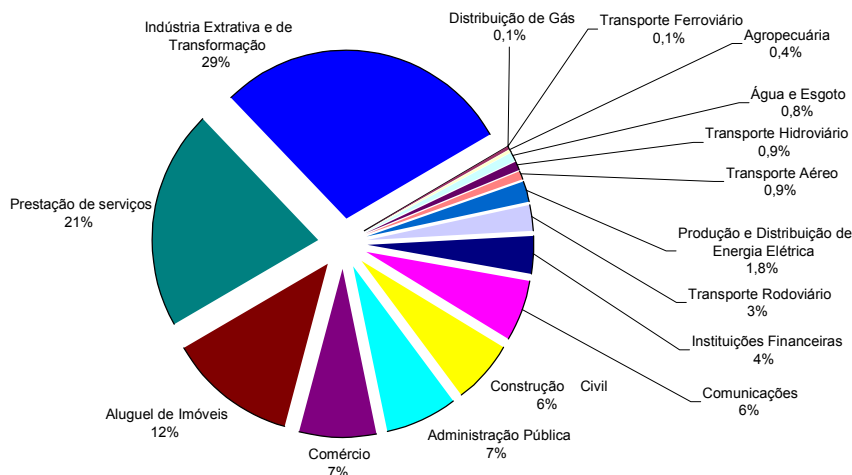
A indústria extrativa e de transformação obteve, no período, um crescimento recorde de 442% na produção de petróleo, o que elevou sobremaneira o produto do setor. Se não computarmos tal produção nos anos de referência, o nível de crescimento cairia, dos 78% apurados, para um resultado negativo de -2%.

Em resumo, o PIB a preços básicos teve um aumento real de 14,5% entre 1996 e 2000. Se não for considerada a produção de petróleo na Plataforma Continental, o Estado teve um crescimento negativo de -0,4% no mesmo período.

Apresentamos a seguir, a título de ilustração, a composição dos setores na formação do Produto Interno Bruto do Estado do Rio de Janeiro, ano 2000.

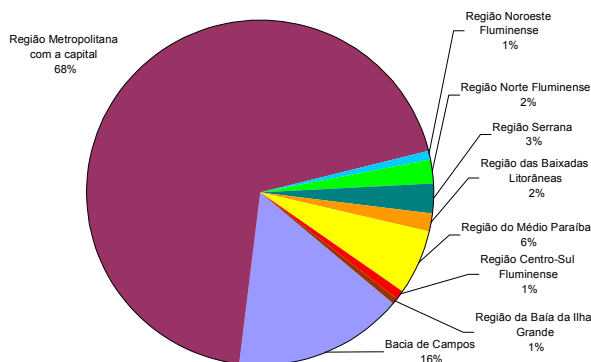
29 - De acordo com a Fundação CIDE, o IGP-DI de 1996 para 2000 foi de 42,44%.

Participação dos Setores no PIB 2000



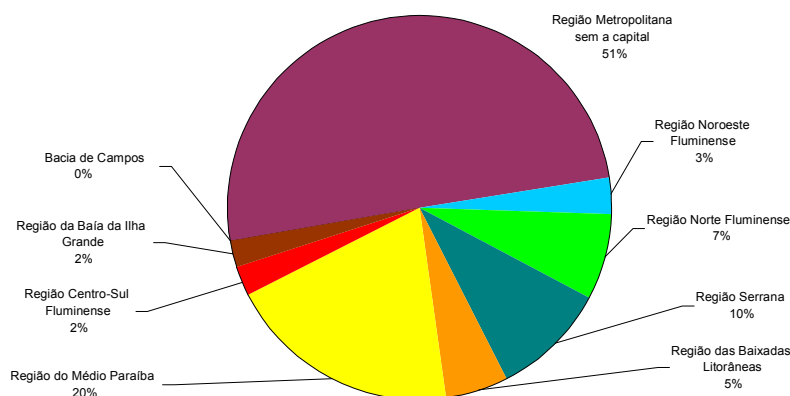
Como demonstra o gráfico a seguir, a capital e a produção de petróleo na Plataforma Continental têm uma participação relevante no PIB, chegando a 70% do mesmo em 2000.

Participação das Regiões no PIB 2000 com a Capital e a Plataforma Continental - R\$ 147 bilhões



Para uma melhor visualização da participação das regiões na economia estadual, depuramos no gráfico a seguir as participações da capital e da Bacia de Campos, reduzindo-se o PIB para aquilo que foi produzido apenas nos demais municípios.

Participação das Regiões no PIB 2000 excluídas a Capital e a Plataforma Continental - R\$ 45 bilhões



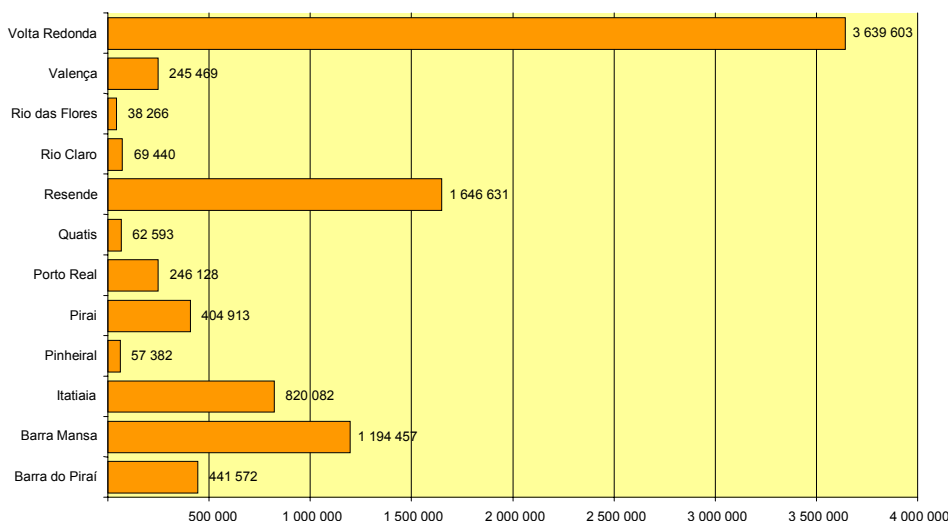
BARRA MANSA

Dos 13 municípios com PIB acima de R\$ 1 bilhão em 2000, sete pertencem à Região Metropolitana (Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo, São João de Meriti, Belford Roxo e capital); dois, à Região Norte (Macaé e Campos); Petrópolis representa a Região Serrana, e a Região do Médio Paraíba traz três municípios (Volta Redonda, Resende e Barra Mansa).

Naquele mesmo ano, nove municípios tiveram PIB entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 bilhão, sendo quatro da Região Metropolitana (Itaboraí, Magé, Nilópolis e Queimados); Nova Friburgo e Teresópolis representam a Região Serrana; Itatiaia, o Médio Paraíba; Cabo Frio, a Região das Baixadas Litorâneas, e Angras dos Reis, a da Baía da Ilha Grande.

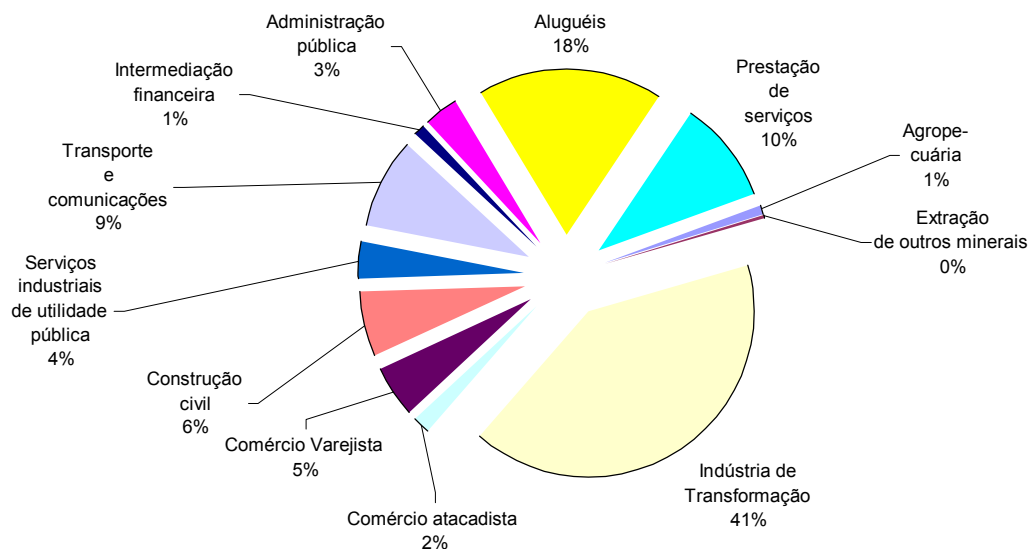
Barra Mansa representa 13,5% do PIB da Região do Médio Paraíba.

PIB a Preços Básicos - Região do Médio Paraíba - 2000 (R\$ mil)

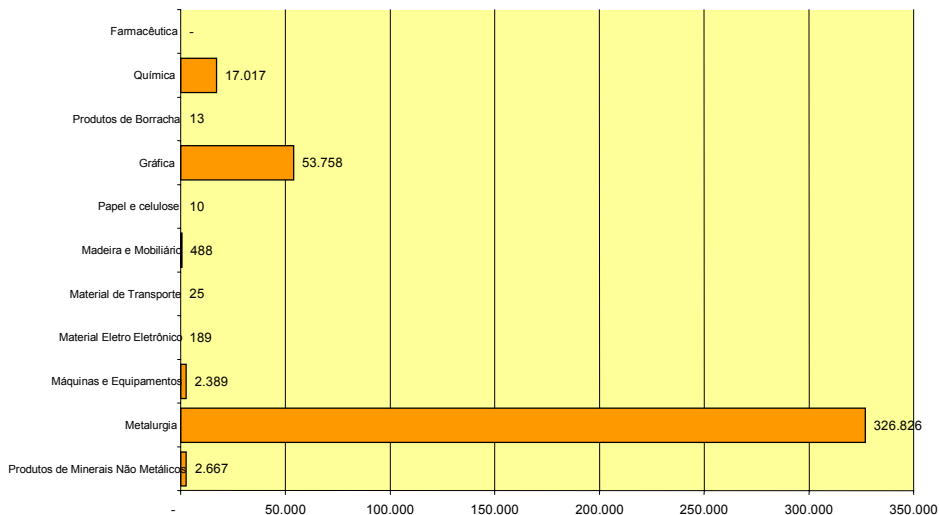


A composição do PIB do município, em 2000, obedeceu aos gráficos a seguir:

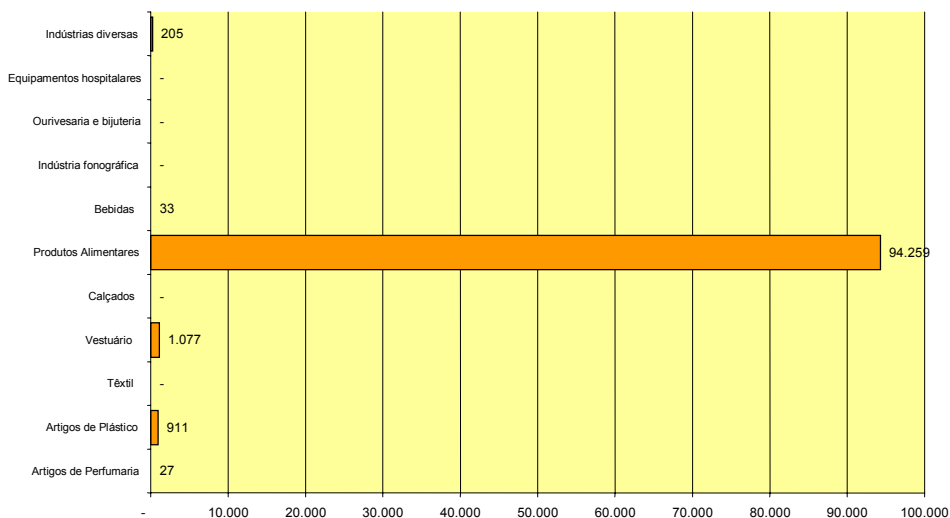
Barra Mansa



Composição do PIB da Indústria de Transformação - 2000 - R\$ mil



Composição do PIB da Indústria de Transformação - 2000 - R\$ mil



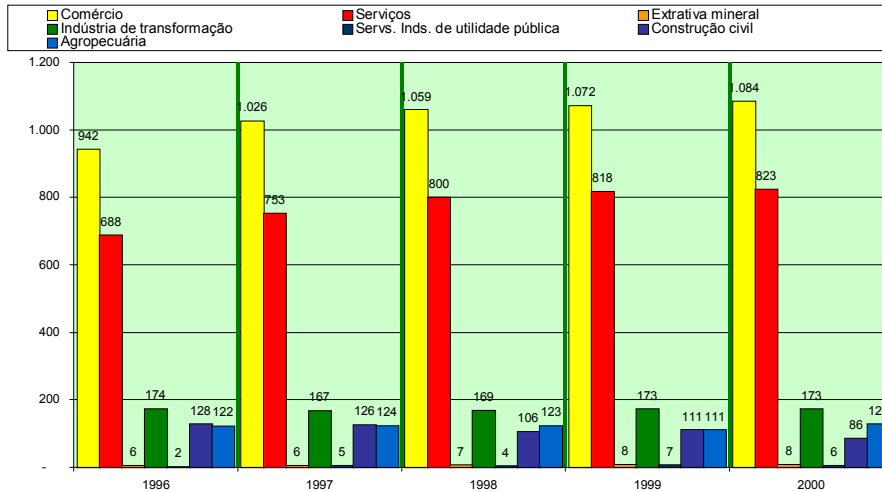
De acordo com o Cadastro Industrial do Estado do Rio de Janeiro 2000/2001, editado pela FIRJAN, seguem listadas as principais indústrias instaladas no município:

Empresa	Nº empregados	Produtos
Cilbrás (grupo Praxair)	200	cilindros
Construtora Andrade Araujo	86	prestação de serviços
Coop.Agropecuária de Barra Mansa	150	laticínios
Griffin do Brasil	145	agrotóxicos
Inal Aços Laminados	200	bobinas e folhas de flandres
M. Di Fazio Engenharia	100	prestação de serviços
Metalúrgica Matarazzo	355	embalagens metálicas
Nestlé Brasil	331	laticínios
Saint Gobain (antiga Metalúrgica Barbará)	1731	tubos de ferro fundido, conexões, válvulas etc
Siderúrgica Barra Mansa - Votoraço	1180	laminados planos de aço
Tuvibra	110	construção civil

BARRA MANSA

Os estabelecimentos dos diversos segmentos da economia local ³⁰ tiveram a seguinte evolução:

Evolução do Número de Estabelecimentos

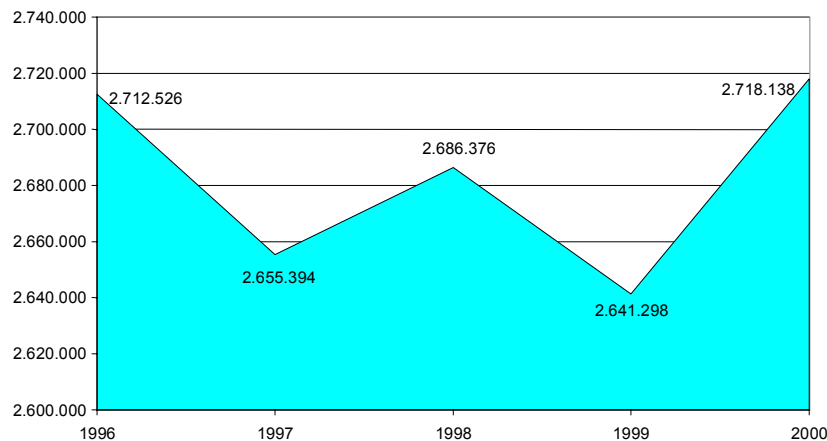


Observa-se crescimento continuado do comércio e dos serviços; aumento das indústrias de extração mineral; estabilidade na indústria de transformação; crescimento dos serviços industriais de utilidade pública; redução da construção civil; redução e posterior recuperação da agropecuária.

No que se refere ao emprego formal ³¹, o Estado apresentou crescimento de apenas 0,2% entre 1996 e 2000, na faixa dos 2,7 milhões de trabalhadores com carteira assinada, tendo ocorrido declínio nos anos intermediários e recuperação somente no ano 2000. Na realidade, houve crescimento do mercado de trabalho em todas as regiões do Estado, com exceção da Região Metropolitana.

Com a queda de 5,4% dos empregos na cidade do Rio de Janeiro, 98 mil pessoas, dentre as 1,8 milhão empregadas na capital em 1996, ficaram sem trabalho. Em contrapartida, os demais municípios da Região Metropolitana ofereceram mais 49 mil empregos e as demais regiões outros 55 mil postos de trabalho, compensando o agravamento do mercado na cidade do Rio de Janeiro.

Número de Empregos Formais de 1996 a 2000

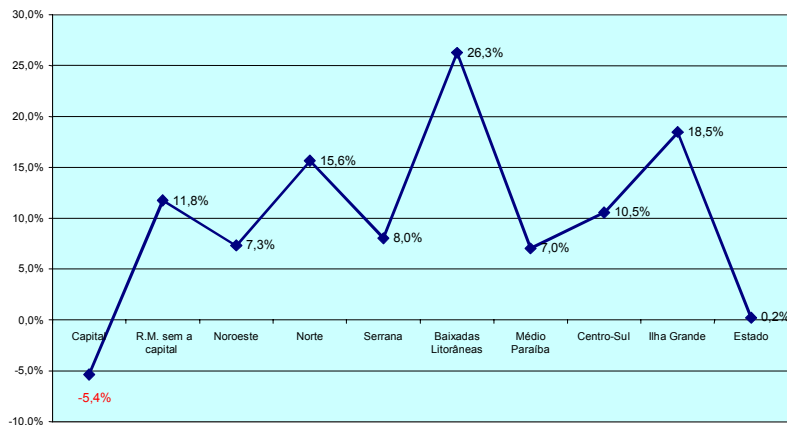


O gráfico a seguir apresenta as taxas de crescimento no período por região do Estado:

30 - Número de estabelecimentos gerados pelo MTE – RAIS de 31.12.1996 a 31.12.2000.

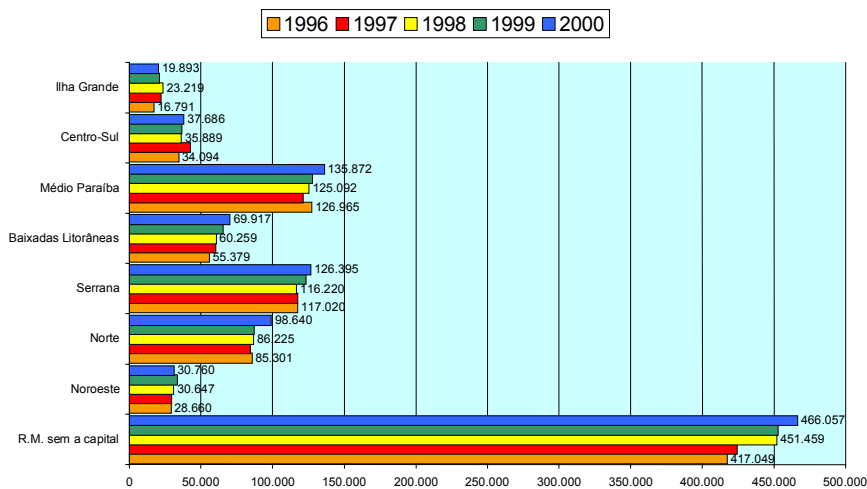
31 - Número de empregos gerados pelo MTE – RAIS de 31.12.1996 a 31.12.2000.

Evolução do Emprego Formal no Estado - de 1996 a 2000



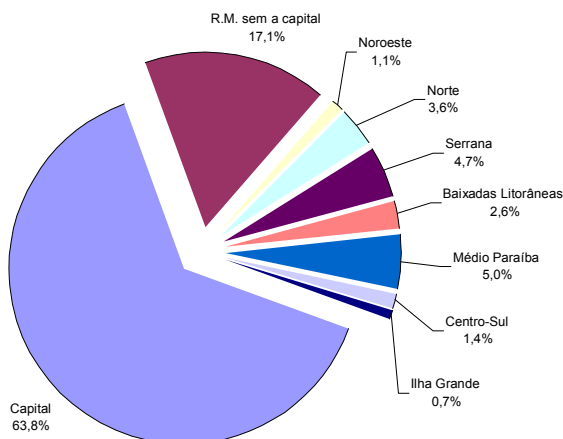
Na realidade, as únicas regiões que apresentaram crescimento continuado no nível de emprego foram a Metropolitana (sem a capital) e a das Baixadas Litorâneas. Todas as demais apresentaram inconstância no período, como ilustra o gráfico a seguir.

Quantitativo dos Empregos Formais por Região



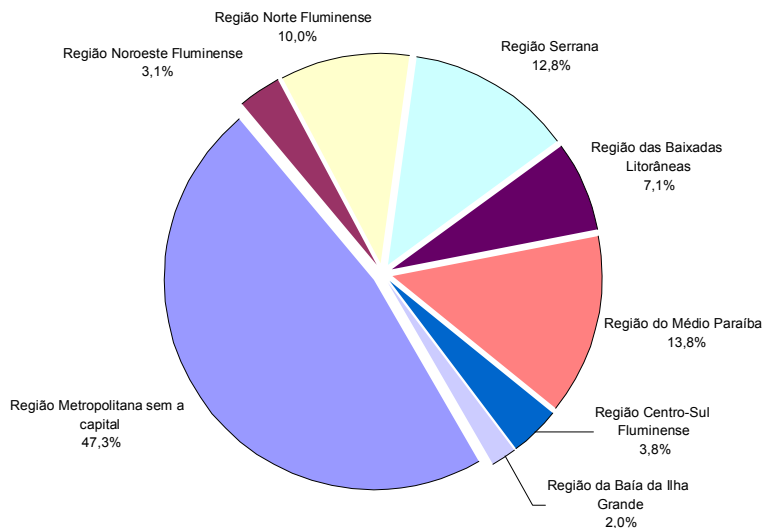
Os gráficos a seguir apresentam a participação das regiões no nível de emprego do Estado.

Emprego Formal por Região em 2000 - 2,7 milhões de pessoas



BARRA MANSA

Emprego Formal por Região, sem a Capital, em 2000 - 985 mil pessoas

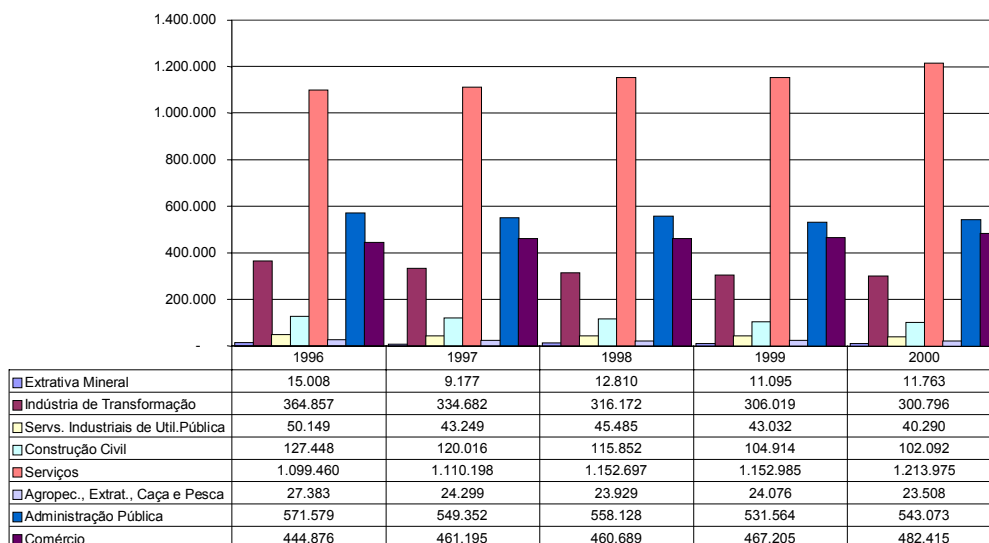


Os setores que apresentaram crescimento no nível de emprego foram os de serviços e de comércio, respectivamente com aumentos de 10% e 8%, compensando queda de 13% nos demais setores.

Especificamente, houve redução de 22% na indústria extrativa mineral; de 18% na indústria de transformação; de 20% nos serviços industriais de utilidade pública; também de 20% na construção civil; de 14% na agropecuária, extrativismo, caça e pesca; e de 5% na administração pública.

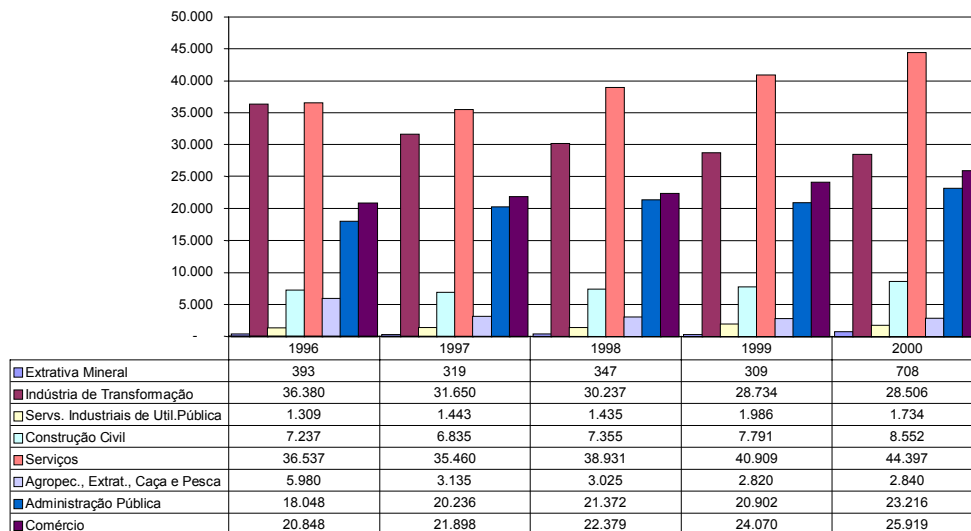
O gráfico seguinte nos permite visualizar a evolução de cada setor no período:

Evolução dos Empregos Formais no Estado



Para melhor analisarmos a região do município em estudo, apresentamos a seguir o gráfico referente à evolução dos empregos por setor:

Evolução dos Empregos Formais na Região do Médio Paraíba



Verifica-se um aumento geral de 7,0% no emprego formal na Região do Médio Paraíba.

Houve significativo crescimento no número de postos de trabalho em serviços (22%); no comércio (24%); na administração pública (29%); na construção civil (18%); em serviços industriais de utilidade pública (33%); e na indústria extrativa mineral (80%).

Em contrapartida, ocorreu queda no nível de emprego na indústria de transformação (-22%) e em agropecuária, extrativismo, caça e pesca (-53%).

Em seguida, apresentamos o gráfico referente à evolução dos empregos por setor do município em estudo:

Evolução dos Empregos Formais no Município



Houve um crescimento de 7,7% no nível de emprego no município, com destaque para serviços, administração pública e comércio. A queda de 10% na indústria de transformação resultou na perda de aproximadamente 500 postos de trabalho no setor.

BARRA MANSA

V - POTENCIALIDADES DO MUNICÍPIO

De acordo com o estudo do índice de Qualidade dos municípios – IQM desenvolvido pelo CIDE, Barra Mansa é um dos centros regionais dinâmicos que, juntamente com Volta Redonda, Resende, Petrópolis, Macaé, Cabo Frio e Teresópolis, formam um grupo com forte presença em porções específicas do território fluminense.

Barra Mansa e Volta Redonda, juntos, exercem influência direta sobre grande parte da Região do Médio Paraíba, bem como sobre a porção meridional do Centro-Sul fluminense. Devem tal condição ao fato de abrigarem conurbação, representada pelas duas sedes, cujo crescimento está relacionado à implantação da CSN, que desempenhou papel multiplicador na atividade industrial da região, com conseqüente aumento de serviços. Volta Redonda está entre os 20 primeiros classificados em todos os grupos de indicadores considerados no IQM. Estes centros são beneficiados por rodovias que permitem a comunicação não só com outros municípios fluminenses, mas também com São Paulo e Minas Gerais, destacando-se a Rodovia Presidente Dutra e a BR-393, que possibilita a ligação da região com a BR-040, a Rio–Belo Horizonte.

O estudo *Potencialidades Econômicas e Competitividade das Regiões do Estado do Rio de Janeiro*³² foi desenvolvido pelo IBRE – Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, tendo como objetivo mapear um conjunto de atividades com potencial para serem desenvolvidas e discutir fatores condicionantes da competitividade das mesmas. O mesmo serviu-nos como referência para os comentários sobre os setores da economia municipal a seguir descritos. É importante que se destaque que não há nenhum estudo mais recente realizado por aquele instituto, podendo ocorrer que determinadas informações estejam defasadas.

Setor Primário

Barra Mansa apresenta condições favoráveis à olericultura, sendo aconselhável que sejam tomadas as medidas necessárias para a revitalização do “cinturão verde”, que tradicionalmente abastecia as cidades próximas.

Com a recuperação dos preços internacionais do café, o cultivo vem sendo novamente estimulado, sendo este um dos municípios que apresentam melhores condições para a retomada desta atividade.

A implementação do Programa Rio Café pelo Estado busca estabelecer melhores condições para a compra da produção cafeeira estadual e seu processamento no Estado.

A avicultura é bem desenvolvida no município, que apresenta tradição e condições favoráveis para a pecuária extensiva, principalmente de leite.

Setor Secundário

Entre os municípios da bacia leiteira da região, Barra Mansa está entre os que apresentam as melhores condições para a industrialização do leite e a fabricação de seus derivados.

Observação: o Governo Estadual tem programas de incentivo à produção de leite. Além de incentivos à atividade, fomenta a modernização da cadeia produtiva do leite através do Programa Leite Rio e o Programa do Leite B para a merenda escolar.

Barra Mansa apresenta tradição e condições favoráveis para a fabricação industrial de alimentos, aproveitando a disponibilidade de insumos da região.

32 - *Potencialidades Econômicas e Competitividade das Regiões do Estado do Rio de Janeiro*, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – abril/maio de 1998.

O Programa Moeda Verde – Prosperar Agroindústria foi instituído pela necessidade de agilização das linhas de financiamento, para diversas agroindústrias artesanais existentes.

O município de Volta Redonda já possui diversas indústrias de mobiliário que poderão expandir-se para outros municípios, até por razões de disponibilidade de espaço físico. Barra Mansa é um dos que apresentam melhores condições para este tipo de atividade.

Com grande vocação para o crescimento da siderurgia e metalurgia dos metais não ferrosos, aproveitando-se as sinergias com as indústrias de veículos recém-instaladas, a consolidação do pólo metal-mecânico do Rio de Janeiro passa pelo município.

A disponibilidade de insumos metalúrgicos favorece o desenvolvimento da fabricação de artefatos de ferro, aço e não ferrosos na região, incluindo Barra Mansa.

Em função da expansão das indústrias de veículos na região, existe um grande potencial para o desenvolvimento da indústria de peças e acessórios para veículos, especialmente em Barra Mansa, na medida da disponibilidade de espaço físico adequado para este tipo de indústria.

O município possui tradição e condições favoráveis para o desenvolvimento de indústrias químicas (exclusive petroquímica e química fina) e de perfumaria, sabões e velas.

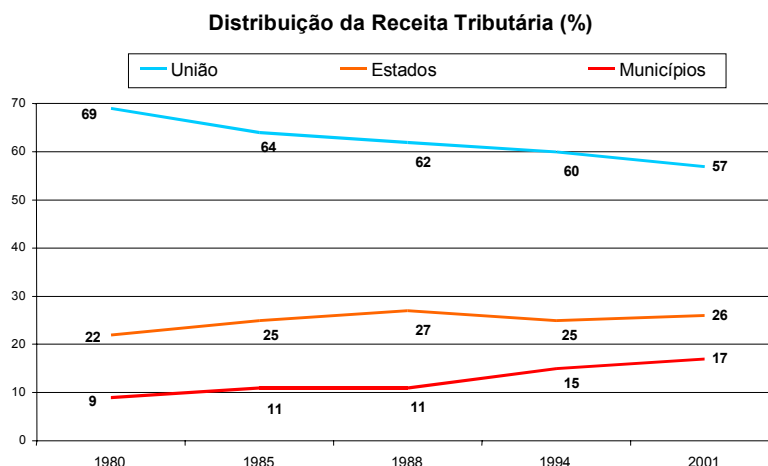
VI - INDICADORES DE GESTÃO

Uma consequência da descentralização política e do federalismo municipal tem sido o crescimento dos recursos fiscais tornados disponíveis para os municípios, especialmente em relação aos recursos dos Estados e da União.

A carga tributária global ³³ no país cresceu para pouco mais de R\$ 400 bilhões entre 1997 e 2001, de 29,6% para 34,1% do PIB.

A União respondeu por 67,3% dos tributos coletados no país em 2001, contra 27,9% dos Estados e 4,8% dos municípios. Após a contabilização das transferências intergovernamentais, os municípios passam a participar em 16,9% do total das receitas tributárias, os Estados em 26,3% e a União, em 56,8%.

A redistribuição da riqueza tributária em favor dos municípios é um processo histórico, que vem desde o início da década de 80 e pode ser ilustrada pelo gráfico a seguir ³⁴.



33 - Para maiores informações, ver "Carga Tributária Global: Estimativa para 2001", de Afonso, Silveira e Araujo, disponível no site www.federativo.bndes.gov.br – Informe-se 40 – maio/2002.

34 - Os dados de 1980 a 1994 vêm do Estudo "As Finanças Municipais na Década de 90: O Caso da Cidade do Rio de Janeiro – Retrospecto 1993/1996 e Simulações para 1997/2000", de Além e Giambiagi – dezembro 1996 – disponível no site <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp14.html>.

BARRA MANSA

Os municípios menores, por sua vez, dispõem de mais recursos financeiros *per capita* do que outros maiores. Essa situação não ocorre em virtude da melhor arrecadação desses municípios, nem pelas transferências de impostos estaduais, que têm correlação compensatória, mas, principalmente, pelos recursos federais repassados via Fundo de Participação dos Municípios – FPM, que tem um coeficiente mínimo para cada município, de acordo com sua faixa de população.

Assim, numa redistribuição hipotética ³⁵, um município com até 5 mil habitantes teria uma transferência de FPM *per capita* quase cinco vezes maior que um outro município com mais de 150 mil habitantes.

Nos anos mais recentes, houve ainda um aumento substancial de transferências para todos os municípios a fim de financiar ações locais de educação fundamental e saúde, através de recursos do FUNDEF e do SUS.

Outro aspecto que tem mudado radicalmente o perfil das receitas de alguns municípios fluminenses, desde 1999, tem sido os crescentes *royalties* e participações especiais pela exploração de petróleo. Os critérios de rateio de recursos pagos diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN vão desde o confronto da Plataforma Continental com os municípios e suas áreas geoeconômicas limítrofes, passando pelas zonas de produção principal e secundária, considerando-se nessa participação fatores populacionais do município e dos distritos, além do fato de que neles se localizam instalações de embarque ou desembarque de petróleo ou gás natural. Deve-se adicionar, para cômputo do total de *royalties* recebidos, a parcela que o Estado repassa aos municípios sobre a participação que também lhe cabe nos 5% de *royalties*, a qual observa os mesmos critérios de redistribuição do ICMS.

Quissamã, por exemplo, recebeu da STN recursos diretos *per capita* cinco vezes maiores que Campos dos Goytacazes, município mais beneficiado com tais receitas diretas, que superaram a cifra dos R\$ 200 milhões em 2001 ³⁶.

Ocorre, entretanto, grande dispersão entre as receitas tributárias de municípios com nível de renda e faixa populacional semelhantes. Há um potencial tributário a explorar, melhor desenvolvido naqueles municípios que investem mais em racionalização e modernização de procedimentos administrativos, em informatização e treinamento e no cadastramento de contribuintes.

Desenvolvimento local integrado e sustentável é a capacidade do município em empreender esforços para geração de receitas públicas, emprego e renda através de seus recursos naturais (humano e ambiental), da melhoria da infra-estrutura de serviços públicos e das condições socioeconômicas, para atração de investimentos, com a participação ativa da comunidade local.

O Governo Federal, através do Programa Avança Brasil ³⁷, identificou os programas necessários para o desenvolvimento sustentável do país. A Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República – SEDU é o órgão responsável pela formulação e coordenação das políticas nacionais de desenvolvimento urbano, promovendo, com as diversas esferas de governo, com o setor privado e organizações não governamentais, ações e programas de urbanização, de habitação, de saneamento básico e transporte urbano, de acordo com as seguintes diretrizes:

✓ Promoção do desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida das cidades, através da integração setorial e da articulação institucional entre as políticas e ações das três esferas de governo, dos diferentes ministérios e dos organismos federais que atuam, direta ou indiretamente, na gestão e no financiamento das questões urbanas.

35 - Para maiores informações, ver "Receita Municipal: A Importância das Transferências do FPM e do SUS", de Araujo e Oliveira, disponível no site www.federativo.bndes.gov.br – Informe-se 28 – junho/2001.

36 - Site da Agência Nacional de Petróleo - www.anp.gov.br/PartGov.html.

37 - O Plano Plurianual 2000-2003 encontra-se no site www.abrasil.gov.br.



✓ Ampliação das oportunidades de acesso à moradia, à infra-estrutura e aos serviços urbanos essenciais, através do estímulo ao financiamento com recursos retornáveis para o atendimento das camadas de populações capazes de sustentar economicamente a prestação do serviço e, por outro lado, através de subsídios claros para beneficiar famílias de baixa renda que habitam áreas insalubres e que não oferecem sustentação econômica à prestação do serviço.

✓ Aumento da competitividade das cidades, através da promoção do aprimoramento do sistema fiscal e tributário dos municípios, visando assegurar a governabilidade e o financiamento da gestão urbana, implicando o estímulo para a implantação de um sistema de planejamento integrado para maior eficácia na captação de recursos federais e a conseqüente melhoria de padrões e de indicadores de produtividade e de qualidade da gestão.

Em termos operacionais, a atuação da SEDU interage e articula-se com os agentes fomentadores do desenvolvimento urbano, a exemplo da Caixa Econômica Federal – CEF e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, cujos principais programas para os setores público e privado são os seguintes:

Caixa Econômica Federal – CEF ³⁸

Estados e municípios contam com a consultoria especializada da Caixa na estruturação dos regimes próprios de previdência social.

A Caixa oferece um conjunto de programas de financiamento para as áreas de saneamento, habitação e infra-estrutura urbana e rural, além de desenvolvimento institucional, entre outros. Destacam-se as seguintes linhas de atuação da CEF:

· Desenvolvimento Urbano

- Pró-Saneamento – ações de saneamento integradas e articuladas com outras políticas setoriais.
- PROPAR – Programa de Assistência Técnica à Parceria Público-Privado.
- Morar Melhor – programa que engloba os antigos programas Habitar-Brasil e PASS – Programa de Ação Social em Saneamento, e cria ações novas.
- Pró-Infra – ações de melhoria da infra-estrutura de transporte coletivo urbano e de aumento da segurança viária.
- PAR – Programa de Arrendamento Residencial.
- Pró-Moradia – criação de alternativas habitacionais para as populações de baixa renda.

· Desenvolvimento Institucional

- PNAFM – Programa de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros.

· Educação e Cultura

- Bolsa-Escola.
- Cartão do Cidadão.
- PRSH – Programa de Revitalização de Sítios Históricos.

³⁸ - Para maiores informações, consulte o site www1.caixa.gov.br/cidade/.

BARRA MANSA

- PNAC – Programa Nacional de Artes Cênicas.

- **Saúde**

- Caixa-Hospitais.
- Programa de Reestruturação das Santas Casas.
- Bolsa-Alimentação.

- **Turismo e Esporte**

- Infra-Estrutura Desportiva e Turística.

- **Indústria, Comércio e Agricultura**

- PRODESA – financiamento de projetos de apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário.
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- Programa de Infra-Estrutura e Serviços em Assentamentos Rurais.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES³⁹

O apoio do BNDES ao desenvolvimento social e urbano se dá por meio de financiamentos a projetos de investimento que tenham impacto direto nas condições de vida da população, envolvendo expansão e melhoria da qualidade da infra-estrutura urbana e dos serviços sociais básicos; manutenção e criação de oportunidades de trabalho e geração de renda; modernização da gestão pública; e fomento do investimento social das empresas.

- **Programas Sociais**

- PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos.

- Programa de Fortalecimento e Modernização das Entidades Filantrópicas de Saúde Integrantes do Sistema Único de Saúde.

- PCPP – Programa de Crédito Produtivo Popular.
- Projetos de Autogestão e Co-Gestão.
- DL – Programa de Desenvolvimento Local.
- Projeto Multissetorial Integrado.
- Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco.

- **Programas de Financiamento**

- Programa de Fruticultura para as Regiões Norte-Noroeste Fluminense.
- Programa Especial de Financiamento Agrícola.
- Programa de Financiamento para Aquisição e Manutenção de Implementos Agrícolas; Recuperação de Máquinas, Tratores e Equipamentos Agrícolas.

39 - Para maiores informações, consulte o site www.bndes.gov.br/desenvolvimento/.

- Programa de Apoio Financeiro a Investimentos Prioritários no Setor Elétrico.
- Programa de Turismo.
- Programa de Financiamento para o Desenvolvimento de *Software*.
- Programa de Apoio a Investimento em Telecomunicações.
- Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos – PROSOLO.
- Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite – PROLEITE.

Cabe, ainda, destacar o papel do **Banco do Brasil**⁴⁰, principal agente na execução de políticas públicas no país. Seu papel transcende o de mero intermediador financeiro para se estender por uma variada atuação, comprometida com o desenvolvimento brasileiro, sem perder de vista a eficiência e qualidade exigida pelo mercado bancário, cada vez mais competitivo.

Finalmente, cumpre lembrar o papel das instituições patronais **SENAI** e **SENAC**, centros de estudos e de prestação de serviços, como o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – **IBAM** e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – **SEBRAE**⁴¹, na criação de oportunidades de desenvolvimento econômico e social, com potencial de geração de emprego e renda.

O Programa Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS, promovido pelo **SEBRAE-RJ**, é uma via possível para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a conquista de modos de vida mais sustentáveis. São projetos de artesanato, de turismo e de cultura que cobrem municípios em todas as regiões do Estado; o de fruticultura, na Região Norte; o de maricultura, ao longo da costa; o de cachaça, tradicional em várias partes do Rio de Janeiro; o de olericultura; e o de meio ambiente, com ênfase na gestão de resíduos sólidos.

No que diz respeito à saúde⁴², o **REFORSUS** – Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde – é o maior projeto de investimento do Ministério da Saúde e integra o Programa Avança Brasil.

Instituído no final de 1996, por meio de um acordo de empréstimo celebrado entre o governo brasileiro, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD), no valor de US\$ 650 milhões, ele investe na recuperação da rede física de saúde do país, que presta serviços ao SUS, mediante a compra de equipamentos médico-hospitalares e unidades móveis, execução de obras de reforma, ampliação e conclusão de estabelecimentos de saúde e, também, em projetos para a melhoria da gestão do sistema de saúde nacional.

A distribuição dos recursos buscou maior equidade entre os Estados: 70% foram distribuídos proporcionalmente ao número de habitantes, de acordo com os dados do IBGE em 1995, e os 30% restantes, inversamente proporcionais ao gasto *per capita* de custeio do Ministério da Saúde – AIH e SIA –, no mesmo período. Assim, embora os Estados mais populosos, eventualmente mais ricos, tenham recebido maiores recursos em termos nominais, os mais pobres receberam um investimento, por habitante, maior.

O Estado do Rio de Janeiro e os municípios fluminenses, no entanto, ingressaram com cinquenta e seis projetos, num valor total de R\$ 58 milhões, pedindo R\$ 47 milhões de recursos do REFORSUS, contra mais de mil e duzentos projetos no país, que totalizam R\$ 1,1 bilhão, sendo R\$ 950 milhões do REFORSUS⁴³.

40 - Para maiores informações, consulte o site www.bb.com.br/appbb/portal/HomeGoverno.jsp

41 - Para maiores informações, consulte o site <http://200.252.248.103/sites/udl/>.

42 - Para maiores informações, consulte o site <http://portalweb01.saude.gov.br/saude/> —>gestor da saúde.

43 - Informação do site <http://portalweb01.saude.gov.br/saude/> —>gestor da saúde de 6.6.02.

BARRA MANSA

Além dos recursos oriundos da União, os municípios fluminenses serão beneficiados por recursos provenientes da aplicação da Lei Estadual 3.370, de 17.1.00, que dispõe sobre o **Plano Plurianual 2000-2003 do Estado do Rio de Janeiro**, do qual se destacam as seguintes diretrizes:

- No âmbito da antiga Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo, consta a viabilização do Pólo Gás-Químico e do Pólo Rioplast, a promoção do apoio institucional ao setor produtivo e o desenvolvimento turístico.

- À antiga SECPLAN coube dar seqüência ao Programa Baixada Viva, incrementar as atividades do Porto de Sepetiba e promover a implantação de consórcios regionais de desenvolvimento.

- Já no escopo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a implantação da política estadual de recursos hídricos.

- À Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, através da CEDAE, coube dar continuidade ao Programa de Despoluição da Baía de Guanabara; implantar, ampliar e melhorar os sistemas de esgotamento sanitário da Região Metropolitana; implantar saneamento para comunidades de baixa renda, bem como em localidades do interior.

- À Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, expandir a educação profissional via FAETEC, consolidar a UENF, melhorar e manter a UERJ, construir e implementar a Universidade do Estado da Baixada Fluminense.

- À Secretaria Executiva do Gabinete do Governador, implantar Agências de Desenvolvimento Regional; realizar obras e reformas de prédios públicos, a cargo da EMOP; dar seqüência ao Projeto Viva São Gonçalo; implantação, pavimentação e conservação de rodovias, mais construção de obras de arte por todo o Estado, através do DER-RJ; implantar obras de infraestrutura, de construção de unidades e melhoria em áreas habitacionais, com reassentamento de população residente em áreas de risco, via CEHAB. O Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura ficou de prestar assessoria às prefeituras na área de qualidade, com vistas a aumentar a durabilidade e eficiência de obras públicas.

- À Secretaria de Estado de Transportes, expandir e consolidar as linhas 1 e 2 do metrô do Rio de Janeiro; recuperar o sistema de trens da Região Metropolitana; implantar e manter aeroportos, heliportos e terminais rodoviários.

- À Secretaria de Segurança Pública, construir e reformar delegacias, modernizar e reaparelhar os órgãos afins.

- À Secretaria de Estado de Educação, em seu programa de acesso e permanência no sistema educacional, coube reduzir o índice de reprovação e evasão na educação básica e no ensino médio; atualizar e capacitar professores; gerir o programa Bolsa-Escola; promover a democratização da gestão no sistema e implantar o Sistema de Descentralização de Recursos; executar obras de construção, reforma e ampliação das unidades escolares; ampliar a escolaridade de jovens e adultos; e revitalizar os CIEPs.

- À Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente, executar a política de proteção à criança e ao adolescente.

- À Secretaria de Estado de Saúde, prestar assistência hospitalar e ambulatorial; suprir as necessidades de medicamentos não contemplados pelo Ministério da Saúde, reestruturando e expandindo a assistência farmacêutica; reduzir a morbi-mortalidade materna e infantil; construir, reformar e reequipar unidades de saúde; expandir e interiorizar a rede de hemoterapia; descentralizar unidades com perfil municipal e apoiar a implantação de consórcios intermunicipais de saúde; reorientar as ações de promoção e vigilância em saúde.

- À Secretaria de Estado de Trabalho, promover ações para melhorar o nível de qualificação e de empregabilidade dos trabalhadores.

A Emenda Constitucional 19, publicada em 5 de junho de 1998, deu nova redação ao artigo 241, no qual ficou estabelecido que “a União, os Estados e os municípios disciplinarão por meio de lei os **consórcios públicos** e os **convênios de cooperação** entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos referidos serviços.”

Os **consórcios intermunicipais** ⁴⁴ têm sido apontados como um instrumento que permite ganhos de escala nas políticas sociais e viabiliza a gestão regional de políticas públicas. A cooperação entre municípios pode ocorrer em projetos de interesse comum com duração determinada, ou em ações permanentes, como é o caso do planejamento do desenvolvimento regional, da gestão das águas de uma mesma bacia hidrográfica, da prestação de serviços de saúde, de educação e de assistência social, do saneamento e da destinação final de resíduos sólidos, da agricultura, do turismo, da conservação de estradas vicinais e de outras obras etc.

Quatro em cada cinco brasileiros hoje moram em cidades e a Constituição de 1988 dedicou um capítulo específico à política urbana que, em essência, elege o Plano Diretor como paradigma do controle da função social da propriedade urbana e da garantia de atendimento de suas funções sociais. O principal instrumento para sua execução é a Lei Federal 10.257/01, conhecida como o “Estatuto da Cidade”. Essa lei dota o poder público de base legal para as ações dos governos locais.

Para a efetivação das diretrizes gerais da política urbana, traz os seguintes instrumentos:

- Gestão Democrática, por meio da ação de órgãos colegiados de política urbana; de debates, audiências e consultas públicas; da iniciativa popular de leis, planos e projetos; do referendo e do plebiscito.

- Plano Diretor, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes e para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico e para aquelas influenciadas por empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental.

- Regularização de áreas privadas, ocupadas ilegalmente; utilização ou edificação compulsória; IPTU progressivo no tempo; desapropriação com títulos da dívida pública para imóveis não utilizados ou subutilizados, além de outras figuras jurídicas.

Ao lado da lei, serão importantes a conduta política e a qualificação dos gestores municipais, para saber dirigi-la no sentido da socialização de seus benefícios para enfrentar problemas relativos à precariedade dos sistemas de transportes, dos serviços de saneamento e de energia, ao crescimento dos índices de violência, à escassez de moradias, ao desemprego e a outros fatores de desqualificação da vida urbana.

A legislação em vigor no Brasil preconiza, desde 1996, que, para o recebimento de recursos destinados às áreas sociais, os municípios devem criar seus **Conselhos Gestores Municipais** ⁴⁵. A lei os incluiu como parte do processo de gestão descentralizada e participativa, e os constituiu como novos atores deliberativos, consultivos e fiscalizadores, apesar de tê-los vinculado ao Poder Executivo do município, como órgãos auxiliares da gestão pública. A socialização das práticas e decisões da gestão local é fundamental para formar uma população consciente de sua cidadania, que desempenhe papel ativo perante a agenda pública. Os conselhos municipais trazem a esfera pública não estatal à realidade local.

44 - Para maiores informações, ver “Consórcio: Uma Forma de Cooperação Intermunicipal”, da Fundação Prefeito Faria Lima, disponível no site www.cepam.sp.gov.br —> Produtos e Serviços.

45 - Consulte o informativo “Conselhos Municipais nas Áreas Sociais” da Fundação Prefeito Faria Lima, disponível no site www.cepam.sp.gov.br —> Produtos e Serviços.

BARRA MANSA

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE ⁴⁶, de 1999, os conselhos de saúde estão em 98,5% dos municípios do país, os de assistência e ação social em 91,5%, os de educação em 91,0%, os de direitos da criança e do adolescente em 71,7%, os de emprego e trabalho em 30,3%, os de meio ambiente em 21,4%, os de turismo em 15,6%, os de habitação em 8,0%, os de transportes em 4,1%, e os de política urbana em 3,4%.

As teses sobre administração pública trazem ênfase, no nível da administração pública federal, na gestão empreendedora com foco nos resultados e na auto-avaliação da gestão. No âmbito municipal, além dos demais tópicos abordados anteriormente, a administração pública gerencial é tema central e os estudos concentram-se no aumento da receita própria dos municípios; nos contratos de gestão com metas relacionadas a indicadores objetivos; na importância do terceiro setor e das organizações sociais; e na figura do gestor municipal: profissional qualificado para auxiliar na administração pública eficaz, nos fundos municipais de saúde e nos sistemas de previdência próprios.

Em complementação aos vários aspectos já abordados nas esferas nacional, estadual e local, devemos levar em consideração, ainda, os fatores externos que interferem na gestão pública, citando Hélvio Nicolau Moisés ⁴⁷:

“O município participa de processos mais gerais, cuja dinâmica lhe escapa do controle direto:

- Processo de urbanização acelerada; pressão social sobre a oferta de infra-estrutura e serviços públicos e sobre espaços adequados à ocupação e uso; demanda por emprego e renda.

...

- Acirramento da competição entre diferentes lugares, para a recepção de investimentos privados e públicos.

...

- Globalização econômico-produtiva: revolução tecnológica e gerencial; aumento da interdependência econômica e da complexidade do sistema mundial; enfraquecimento da capacidade regulatória dos Estados Nacionais; desemprego estrutural; exigência de maior qualificação da mão-de-obra; intensificação da exclusão econômica e social;

...

- Abertura econômica; Plano Real; queda da inflação; desequilíbrio das contas públicas; enfraquecimento do potencial de investimento público nas três esferas de governo; privatizações; ataques especulativos à moeda; reformas previdenciária, administrativa, fiscal e política.

Esse quadro geral coloca tantos desafios quanto oportunidades, que se expressam nos diversos municípios de forma muito peculiar. Depende de seu tamanho e porte populacional, sua situação geográfica, geopolítica e ambiental, seu perfil de atividades produtivas. Depende da cultura de sua gente, da qualidade política e capacidade administrativa de seus líderes, do grau de organização da sociedade civil.”

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística publicou, em 2001, o *Perfil dos Municípios Brasileiros*, resultado de uma pesquisa que foi a campo a partir de 1º de junho de 1999, sendo esse o ano de referência de todos os quesitos, à exceção das informações sobre cadastro imobiliário, que se referem a 1998. Os dados foram obtidos diretamente das prefeituras.

De acordo com essa pesquisa, Barra Mansa tem 2.820 servidores ativos, sendo 2.646 estatutários e 174 celetistas. Do total, 2.620 têm nível auxiliar/médio e 200 têm nível superior. Há um contingente de 728 funcionários inativos, que representam 10% das despesas, enquanto os ativos participam em 51% das mesmas.

46 - Para maiores informações, ver “Os Conselhos Municipais existentes no Brasil”, de Bremaeker – nos Estudos Especiais 23, do IBAM, de maio/2001.

47 - Artigo “Município-Rede: Planejamento, Desenvolvimento Político e Sustentabilidade”, do livro *O Município no Século XXI: Cenários e Perspectivas*, disponível no site www.cepam.sp.gov.br.



O município possui entidades na administração indireta, com 1.072 funcionários, dos quais 971 são estatutários, 40 são celetistas e 61 têm outro tipo de contrato de trabalho. Daqueles que trabalham nessas entidades, 247 têm nível auxiliar/médio e 511 têm nível superior.

A Constituição de 1988 tornou obrigatórios alguns instrumentos básicos de planejamento, como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Embora não sejam de implementação compulsória, o Plano de Governo e o Plano Estratégico são desejáveis, no sentido de propiciarem um melhor desempenho governamental. O objetivo do Plano de Governo é apresentar as propostas da administração. Quanto ao planejamento estratégico, este deve ser entendido como um processo continuado no qual o ambiente da organização é observado e analisado, ações são planejadas, executadas, os seus impactos são avaliados e o ciclo começa outra vez. Barra Mansa não tem ambos.

Com relação aos instrumentos de gestão urbana, o município tem Plano Diretor e Lei de Perímetro Urbano, ambos de 1992, importante instrumento para delimitação das áreas de cobrança do IPTU municipal e do ITR federal.

Barra Mansa tem Lei de Parcelamento do Solo, de 1992, dispositivo que deve estabelecer os padrões urbanísticos mínimos para implantação de loteamento urbano, tais como sistema viário, equipamentos urbanos e comunitários, áreas públicas, bem como as responsabilidades dos agentes privados e do poder público, tipificando os crimes urbanísticos. O município tem Lei de Zoneamento, de 1992, legislação sobre áreas de interesse especial e instrumento legal sobre áreas de interesse social.

Finalmente, ainda no aspecto da gestão urbana, Barra Mansa tem Código de Obras, de 1992, Código de Posturas, datado de 1977, e outros instrumentos de ordenamento, não especificados.

Barra Mansa tem cadastro imobiliário, cuja última atualização ocorreu em 1999. A Planta de Valores teve sua última revisão em 1997. No que se refere às unidades territoriais, o cadastro foi atualizado pela última vez em 1998.

A informatização é um passo importante para agilização de todos os procedimentos de governo. O cadastro de saúde, a contabilidade, o controle do orçamento, a folha de pagamento, o cadastro imobiliário e o cadastro do ISS são informatizados. O cadastro de educação não usa recursos da informática. O patrimônio e o cadastro de alvarás não são informatizados.

Barra Mansa tem Conselho de Educação, regulamentado e instalado, não paritário, de caráter deliberativo, que não administra o Fundo Municipal; tem Conselhos de Saúde e Direitos das Crianças e dos Adolescentes, regulamentados e instalados, paritários, de caráter deliberativo, que administram o Fundo Municipal; tem Conselhos de Assistência e Ação Social e de Emprego e Trabalho, regulamentados e instalados, paritários, de caráter deliberativo, que não administram o Fundo Municipal; tem Conselho de Transportes, regulamentado e instalado, paritário, deliberativo, que não administra o Fundo Municipal.

O município não tem Conselho de Turismo, Habitação, Política Urbana e de Meio Ambiente.

Barra Mansa tem Guarda Municipal, com um efetivo de 172 pessoas. O município tem Comissão de Defesa do Consumidor, Defesa Civil e Juizado Especial. Não possui Núcleo ou Delegacia de Mulheres.

No que diz respeito aos instrumentos regionais de co-gestão, o município participa de consórcio para serviços de abastecimento d'água. Não participa de consórcios para atendimento nas áreas da saúde; educação; habitação; aquisição de máquinas e equipamentos; serviços de esgotamento sanitário e serviços de limpeza e coleta de lixo.

O município teria esgotado todas as possibilidades de obter recursos de fontes de financiamento e de convênios com órgãos da União e do Estado para transferências voluntárias, realização de obras, serviços, melhorias e assessorias?

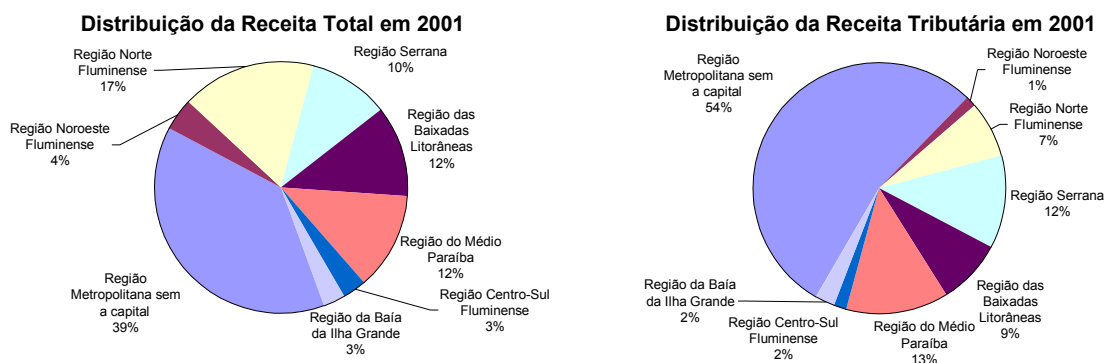
BARRA MANSA

VII - INDICADORES FINANCEIROS ⁴⁸

O presente capítulo atém-se tão-somente à análise do desempenho econômico-financeiro da administração direta do município, com base em números fornecidos diretamente ou através das prestações de contas de administração financeira encaminhadas ao Tribunal de Contas, com vistas à emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

Os municípios do Estado do Rio de Janeiro tiveram uma receita total de R\$ 10,2 bilhões ⁴⁹ em 2001, dos quais pouco mais da metade ficou para a capital. Já em receita tributária, o total alcançou R\$ 2,5 bilhões, sendo 71% arrecadados na cidade do Rio de Janeiro.

Os gráficos a seguir apresentam a participação das regiões no montante arrecadado em 2001, excluindo o município da capital.



Pode-se observar que a Região Metropolitana sem a capital teve uma receita de R\$ 1,8 bilhão, representando 39% do total. Sua receita tributária, entretanto, no montante de R\$ 388 milhões, contribuiu com 54% do total.

A Região Noroeste arrecadou R\$ 194 milhões, tomando a fatia de 4% da receita total, contra R\$ 10 milhões de receita tributária, apenas 1% do total.

A Região Norte recebeu R\$ 826 milhões, 17% da receita total, contra 7% da arrecadação tributária, no valor de R\$ 51 milhões.

A Região Serrana ficou com R\$ 483 milhões, 10% da receita total, tendo sua receita tributária, de R\$ 85 milhões, participado em 12% do total.

A Região das Baixadas Litorâneas obteve R\$ 555 milhões, 12% da receita total, arrecadando R\$ 62 milhões em tributos, 9% do total.

A Região do Médio Paraíba teve R\$ 592 milhões de receita total, 12% das regiões, arrecadando em tributos R\$ 94 milhões, 13% do total.

A Região Centro-Sul ficou com R\$ 145 milhões, 3% da receita total, contra R\$ 12 milhões em arrecadação tributária, 1,7% do total.

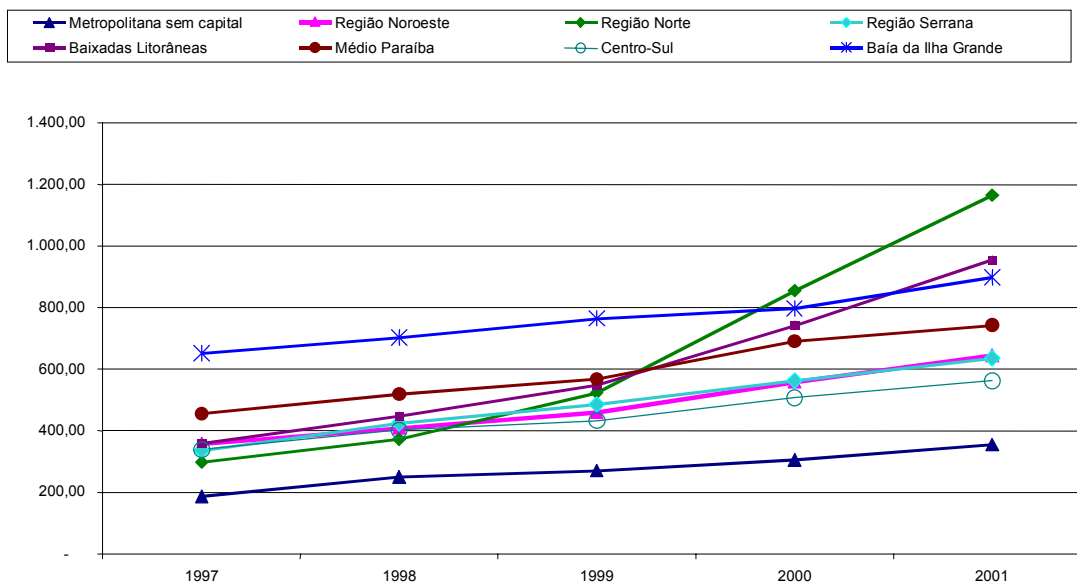
A Região da Baía da Ilha Grande, com apenas dois municípios, arrecadou R\$ 138 milhões, 3% da receita total, com uma receita tributária de R\$ 18 milhões, 2,5% do total.

48 - Prestações de contas e relatórios de análise de contas do TCE-RJ de 1997 a 2000; Informe da Prefeitura 2001 Ofício 1074/2002/GP de 15.7.02; Anuários CIDE 1997, 1998, 1999-2000, 2001; Fundação CIDE: ICMS arrecadado em 2001 e nova projeção de população 1997 a 2001.
49 - Dados de execução orçamentária da capital obtidos no site do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

BARRA MANSA

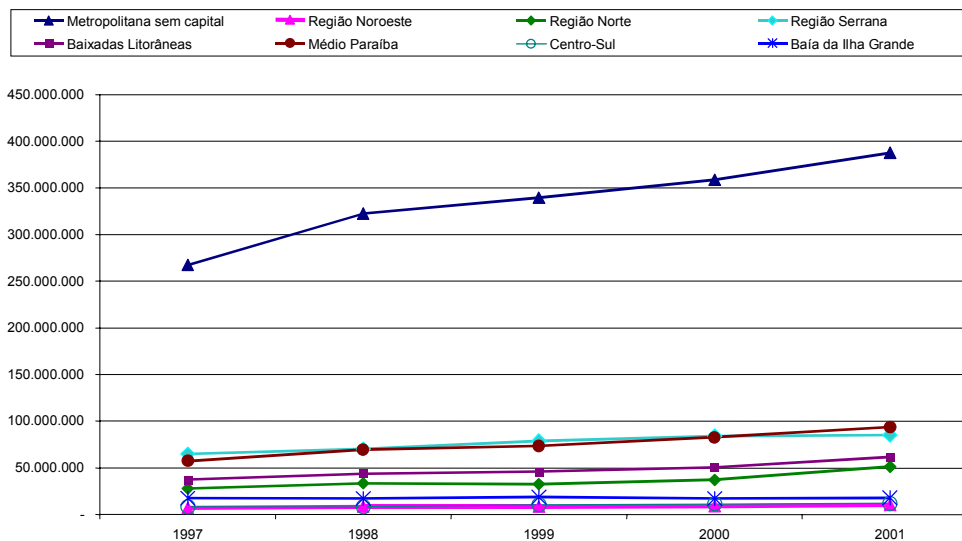
O destaque na receita total *per capita* vai para a Região Norte, seguida das Baixadas Litorâneas, Baía da Ilha Grande, Médio Paraíba, Serrana com Noroeste, Centro-Sul e Metropolitana sem a capital, como demonstra o gráfico.

Receita Total *per capita*



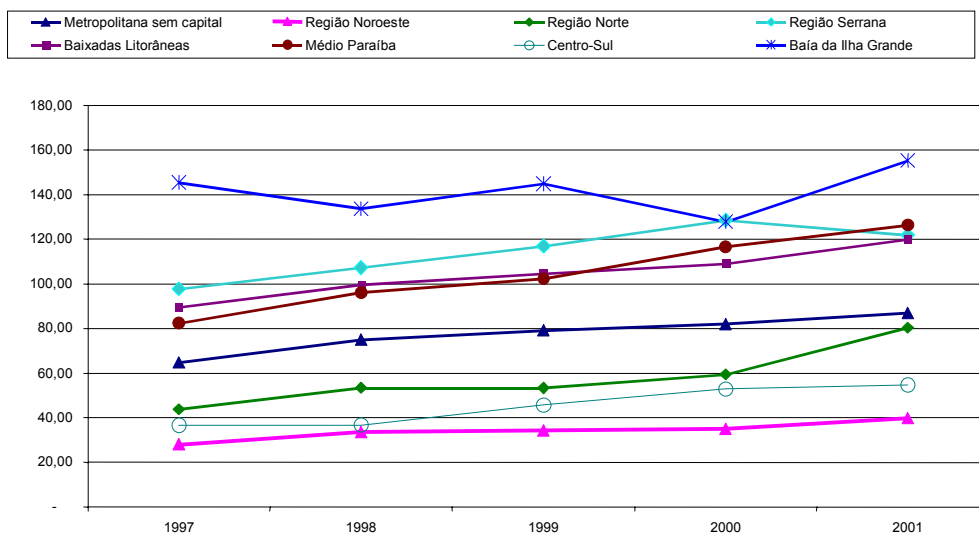
Já a receita tributária apresentou a seguinte evolução:

Evolução das Receitas Tributárias



A arrecadação de tributos cresceu, de 1997 para 2001, 45% na Região Metropolitana sem a capital; 44% na Noroeste; 83% na Norte; 32% na Serrana; 65% na das Baixadas Litorâneas; 63% na do Médio Paraíba; 48% na Centro-Sul; e 2% na Baía da Ilha Grande. O gráfico apresenta a evolução da carga tributária *per capita* (tributos mais cobrança da dívida ativa por habitante):

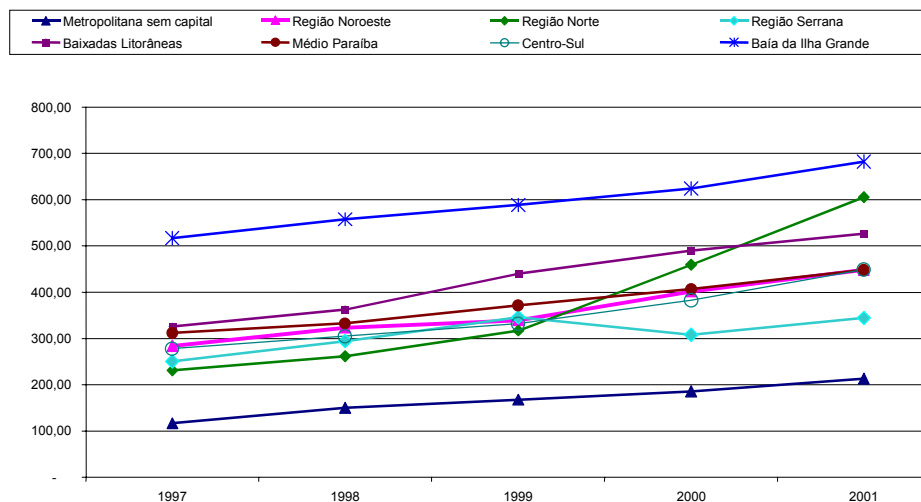
Carga Tributária *per capita*



Paradoxalmente, é a Região da Baía da Ilha Grande que apresenta melhor índice, alcançando R\$ 155/habitante em 2001. Seguem-se as Regiões do Médio Paraíba, Serrana e das Baixadas Litorâneas, num bloco na faixa dos R\$ 120/habitante. Na faixa dos R\$ 80, vêm as Regiões Metropolitana sem a capital e a Norte Fluminense. O Centro-Sul apresenta R\$ 55 de receita tributária por habitante, seguido da Região Noroeste, próxima dos R\$ 40/habitante.

Como indica o gráfico seguinte, o custeio da máquina administrativa também é maior na Baía da Ilha Grande, seguido das Regiões Norte, das Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba com Centro-Sul, Serrana e Metropolitana sem a capital.

Custeio *per capita*

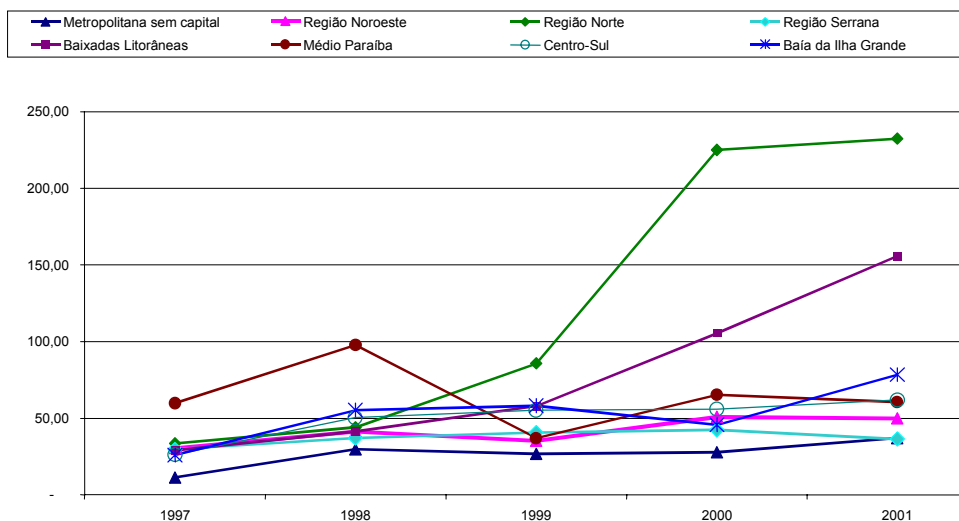


O gráfico a seguir apresenta um comparativo dos investimentos *per capita*, no qual se percebe nitidamente o benefício que os *royalties* trouxeram às Regiões Norte e das Baixadas Litorâneas, a primeira com R\$ 232 investidos por habitante em 2001 e a segunda com R\$ 156. A Região da Baía

BARRA MANSA

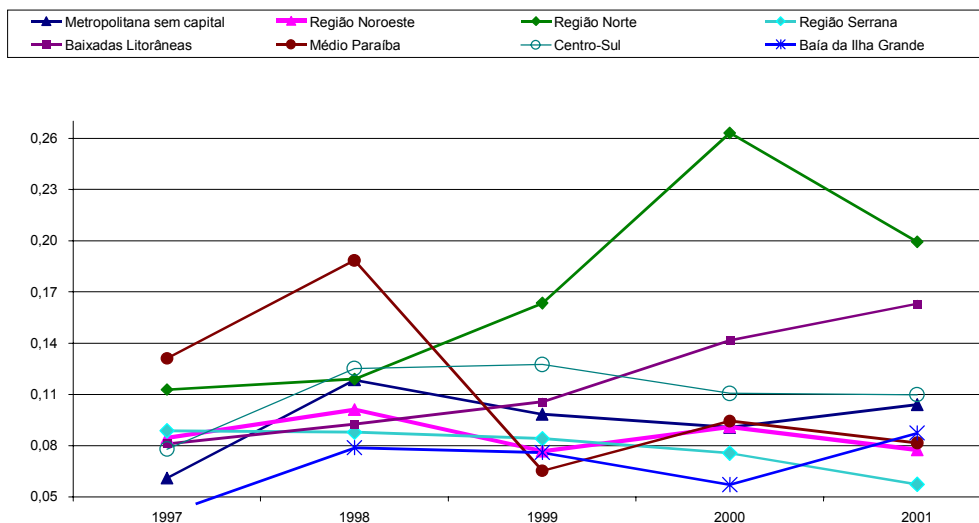
da Ilha Grande alcança R\$ 79/habitante, seguida do Médio Paraíba com Centro-Sul na faixa dos R\$ 60/habitante. A Região Noroeste subiu para R\$ 50/habitante, e as Regiões Serrana e Metropolitana sem a capital ficaram próximas dos R\$ 40/habitante.

Investimentos per capita



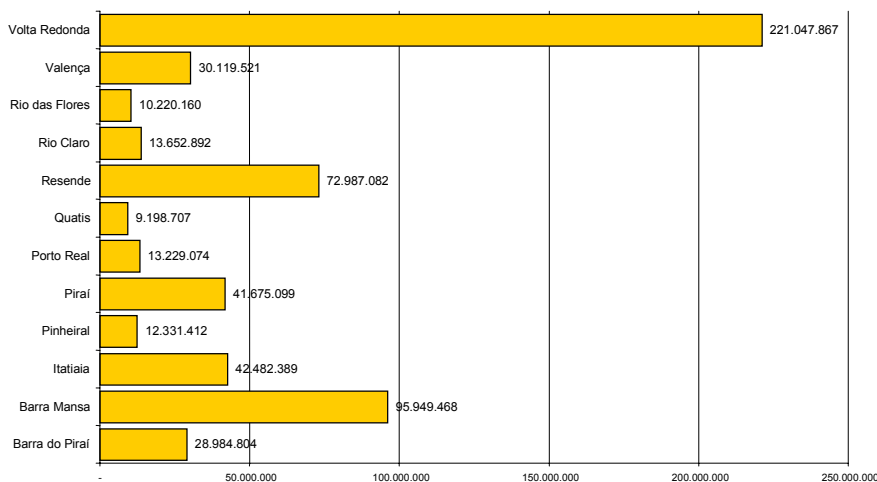
Ocorre uma inversão relevante quando analisamos o indicador de grau de investimento, que mostra a razão entre o valor investido e a receita total da região. A Metropolitana sem a capital pula de sétimo para quarto lugar no ranking, como demonstra o gráfico a seguir.

Grau de Investimento

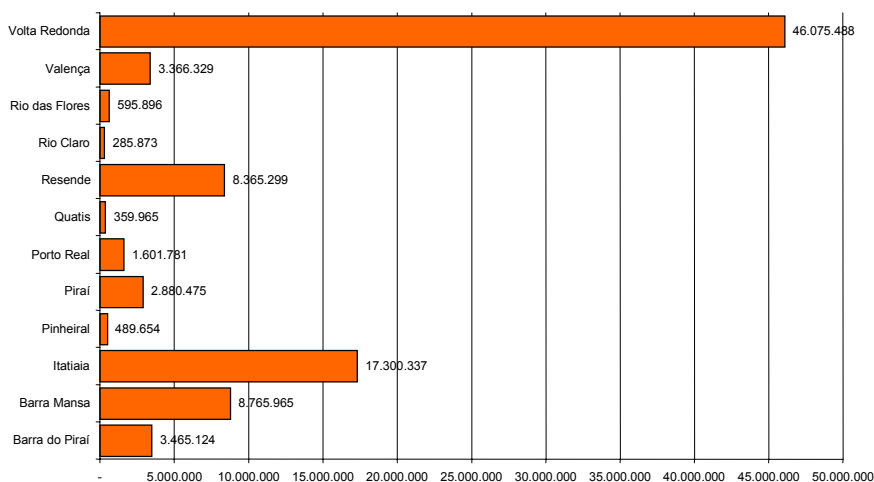


A participação do município em análise em sua região é apresentada nos gráficos a seguir:

Receitas Totais da Região do Médio Paraíba (R\$) - Ano 2001

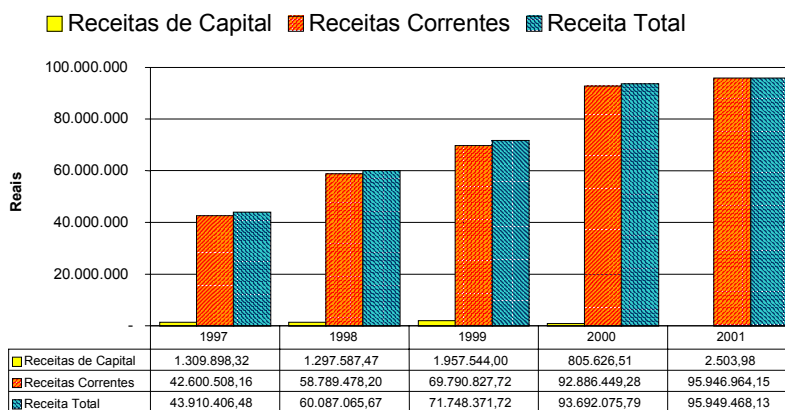


Receitas Tributárias da Região do Médio Paraíba (R\$) - Ano 2001



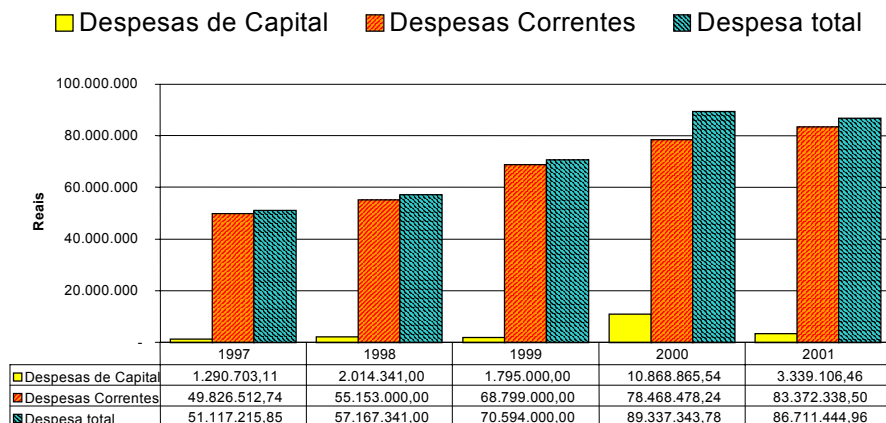
A evolução e a composição das receitas e despesas de Barra Mansa no período de 1997 a 2001 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que os valores apresentados neste capítulo são correntes.

Evolução da Receita Realizada



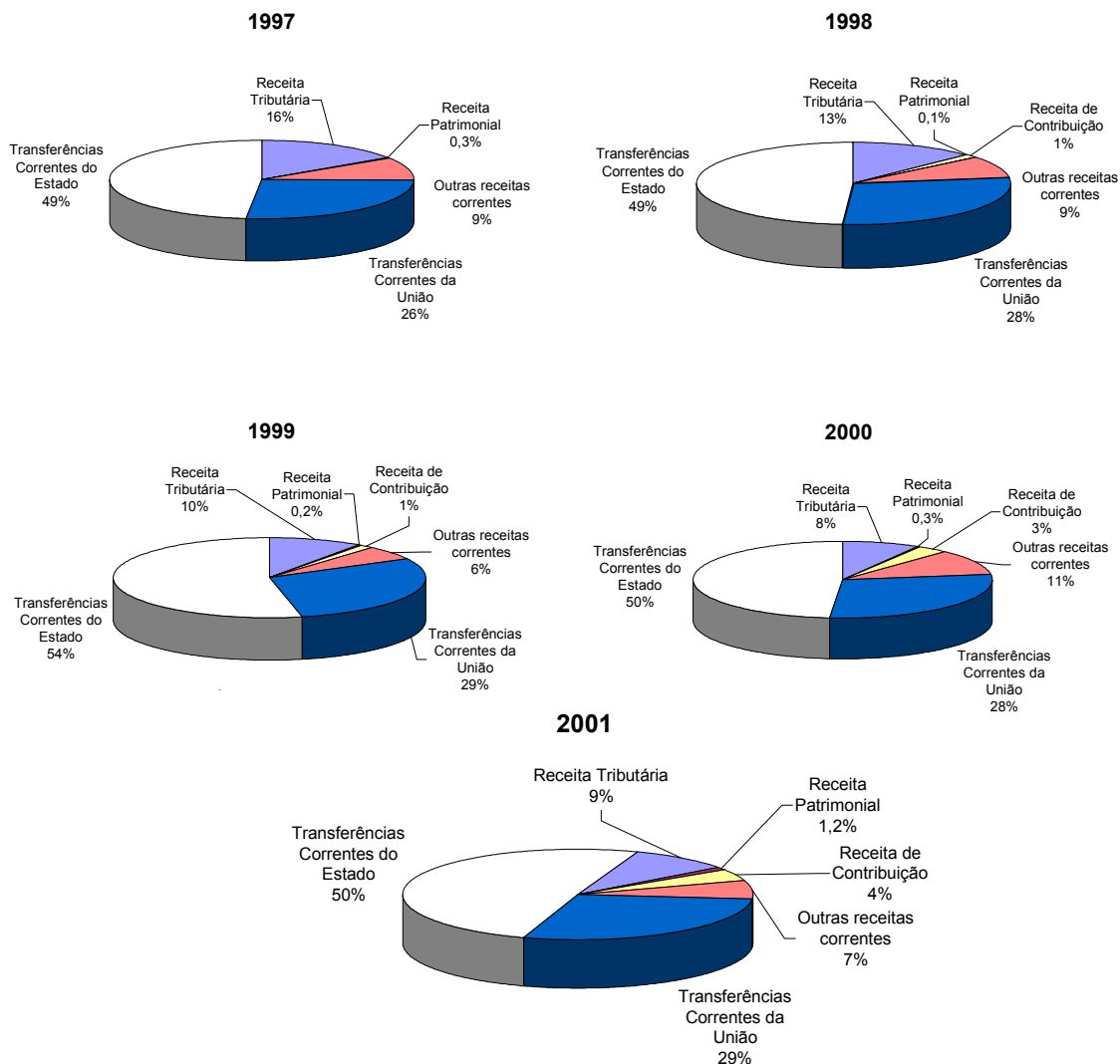
BARRA MANSA

Evolução da Despesa Realizada



A receita realizada aumentou 119%, enquanto a despesa cresceu 70% entre 1997 e 2001.

Com relação à composição das receitas correntes, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de 1997 a 2001:

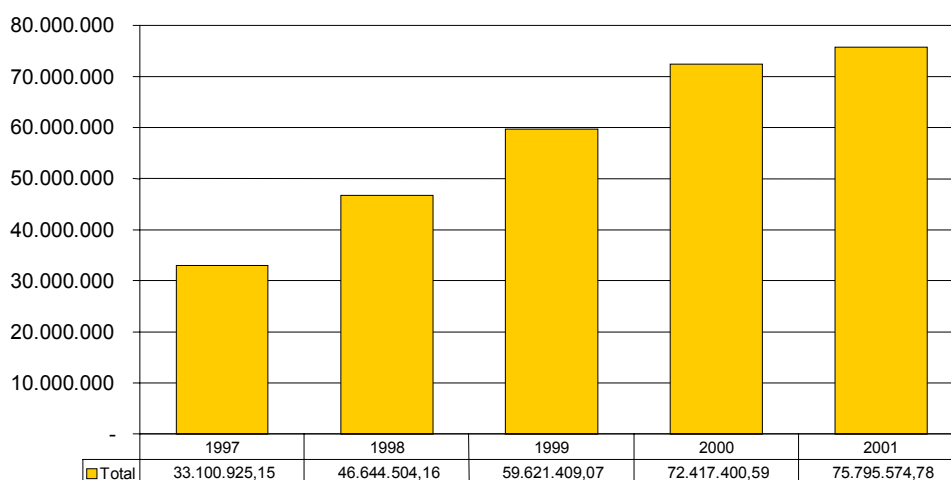


Cabe aqui fazer uma ressalva importante: as receitas de *royalties* estavam alocadas como Outras Receitas Correntes de 1997 a 1999; a partir de 2000, as alocamos como Receita de Contribuição, de acordo com a legislação vigente.

Pode-se observar predominância das transferências correntes e dos *royalties*, já que a receita tributária representa 9% do total no ano 2001.

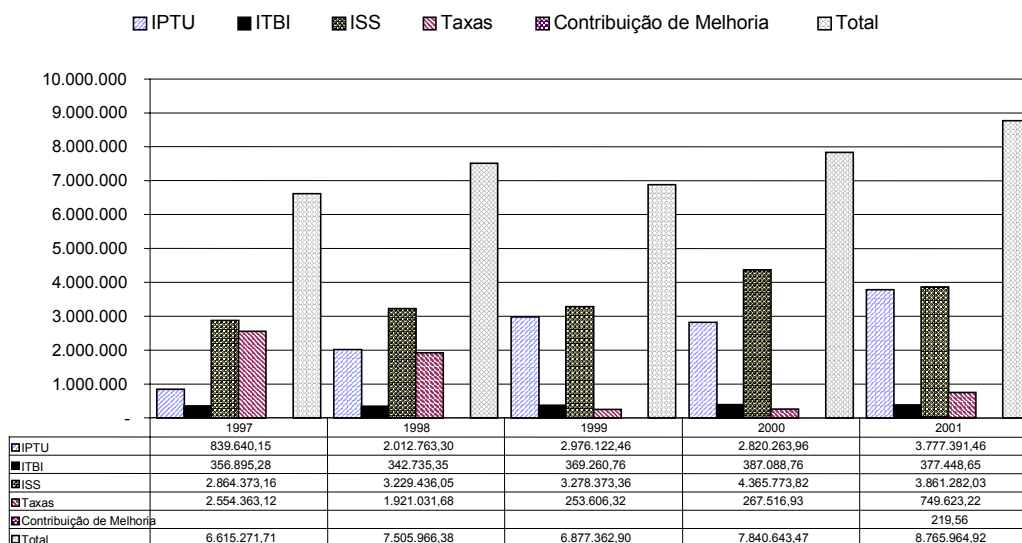
O montante transferido pela União e pelo Estado ao município observou a seguinte evolução:

Evolução das Transferências da União e do Estado



Na análise da evolução das transferências totais da União e do Estado para o município, verificamos um aumento de 129% no quinquênio 97/01, enquanto a receita tributária teve um aumento de 33% no mesmo período.

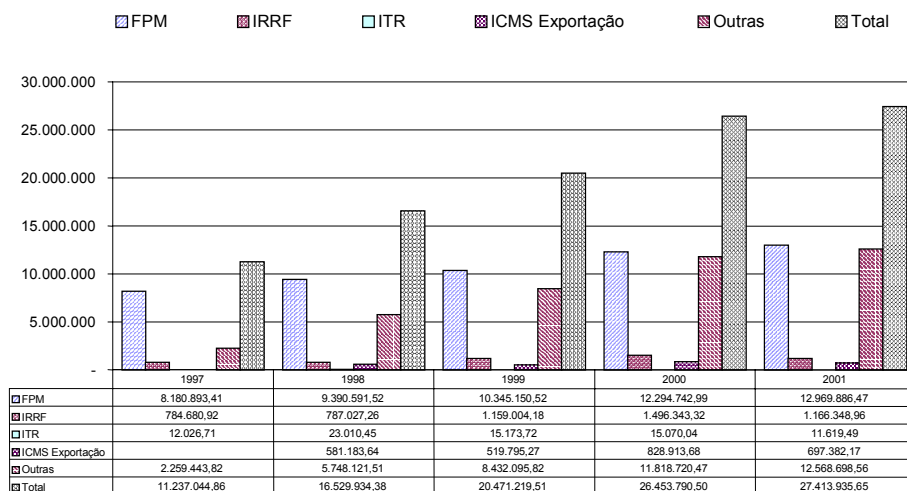
Evolução e Composição das Receitas Tributárias



De acordo com o gráfico acima, o município apresentou uma evolução na receita tributária fortemente beneficiada pelo aumento de 350% na arrecadação de IPTU. Também houve acréscimo de 35% na receita de ISS, apenas 6% de aumento no ITBI e uma queda de 71% nas taxas.

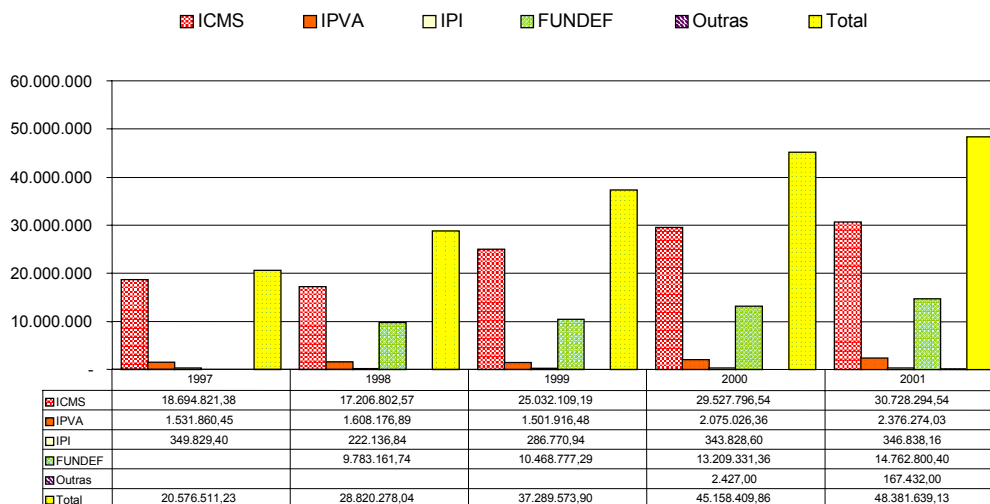
BARRA MANSA

Evolução e Composição das Transferências da União



As transferências correntes da União cresceram 144% no período, com aumento de 59% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e significativos ingressos de ICMS Exportação e Outras Transferências, notadamente o SUS.

Evolução e Composição das Transferências do Estado



A evolução das transferências correntes do Estado foi de 135% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 64% no repasse do ICMS e o ingresso recursos do FUNDEF a partir de 1998.

Composição dos Gastos por Função

As despesas tiveram um crescimento de 12% de 97 para 98, de 23% de 98 para 99, de 27% de 1999 para 2000, totalizando incremento de 70% no período, com ênfase para os aumentos nas despesas com Agricultura; Comunicações; Habitação e Urbanismo; Saúde e Saneamento; Trabalho; e Transportes.



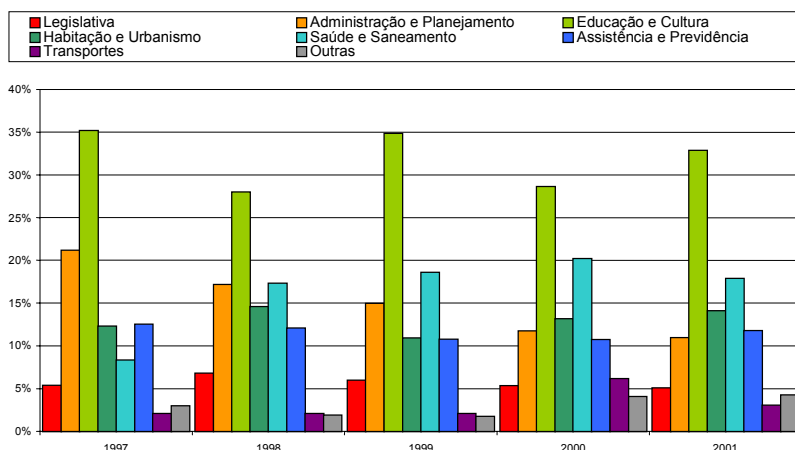
De 2000 para 2001, houve redução de 3% nas despesas.

Função	1997	1998	1999	2000	2001
Legislativa	2.750.000,00	3.887.951,75	4.231.000,00	4.750.000,00	4.395.927,69
Administração e Planejamento	10.843.672,56	9.822.761,54	10.565.548,58	10.504.507,16	9.530.019,22
Agricultura	168.407,60	249.672,60	258.918,96	298.149,20	471.660,67
Comunicações	2.550,00	-	-	1.110.917,92	762.373,13
Desenvolvimento Regional	-	-	-	-	-
Educação e Cultura	17.981.421,86	16.001.916,63	24.587.153,46	25.549.327,60	28.464.892,25
Habituação e Urbanismo	6.281.377,56	8.347.056,50	7.731.627,30	11.746.787,86	12.217.192,51
Indústria, Comércio e Serviços	192.502,07	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	4.269.444,41	9.910.501,00	13.125.159,96	18.041.334,19	15.501.012,11
Trabalho	1.161.419,30	843.840,00	999.044,10	2.218.174,00	2.469.742,90
Assistência e Previdência	6.396.723,53	6.913.496,93	7.604.331,14	9.590.575,52	10.243.715,26
Transportes	1.069.697,16	1.189.522,78	1.493.300,21	5.527.570,33	2.654.959,82
Outras	-	-	-	-	-
Total	51.117.216,05	57.166.719,73	70.596.083,71	89.337.343,78	86.711.495,56

Função	Varição 98/97	Varição 99/98	Varição 99/97	Varição 00/99	Varição 00/98	Varição 00/97	Varição 01/00	Varição 01/99	Varição 01/98	Varição 01/97
Legislativa	41%	9%	54%	12%	22%	73%	-7%	4%	13%	60%
Administração e Planejamento	-9%	8%	-3%	-1%	7%	-3%	-9%	-10%	-3%	-12%
Agricultura	48%	4%	54%	15%	19%	77%	58%	82%	89%	180%
Comunicações	-100%		-100%			43465%	-31%			29797%
Desenvolvimento Regional										
Educação e Cultura	-11%	54%	37%	4%	60%	42%	11%	16%	78%	58%
Habituação e Urbanismo	33%	-7%	23%	52%	41%	87%	4%	58%	46%	94%
Indústria, Comércio e Serviços	-100%		-100%			-100%				-100%
Saúde e Saneamento	132%	32%	207%	37%	82%	323%	-14%	18%	56%	263%
Trabalho	-27%	18%	-14%	122%	163%	91%	11%	147%	193%	113%
Assistência e Previdência	8%	10%	19%	26%	39%	50%	7%	35%	48%	60%
Transportes	11%	26%	40%	270%	365%	417%	-52%	78%	123%	148%
Outras										
Total	12%	23%	38%	27%	56%	75%	-3%	23%	52%	70%

Pode-se verificar as reduções, incrementos e constâncias na seqüência anual de composições de gastos das principais funções, apresentadas a seguir:

Evolução das Despesas em Funções de Governo



BARRA MANSA

Com o objetivo de complementar a análise dos demonstrativos objeto do presente trabalho, vamos apresentar algumas informações através dos indicadores a seguir, que serão úteis para interpretação das finanças públicas do município, bem como da capacidade de pagamento da municipalidade.

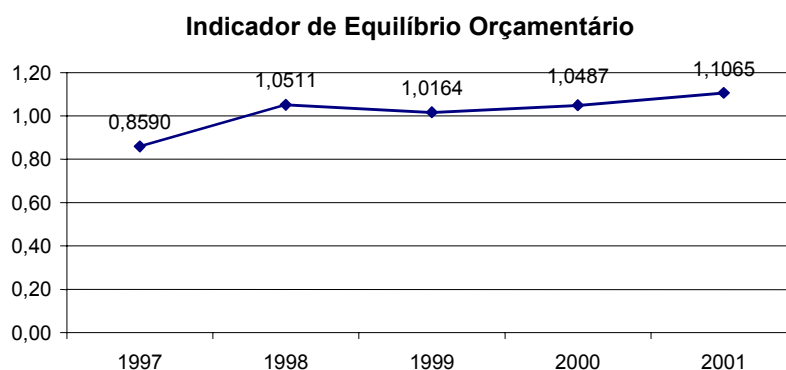
1) Indicador de equilíbrio orçamentário em 2001:

$$\frac{\text{receita realizada}}{\text{despesa executada}} = \frac{\text{R\$ } 95.949.468,13}{\text{R\$ } 86.711.444,96} = 1,1065$$

Este quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R\$ 110,65 para cada R\$ 100,00 de despesa executada, apresentando superávit de execução.

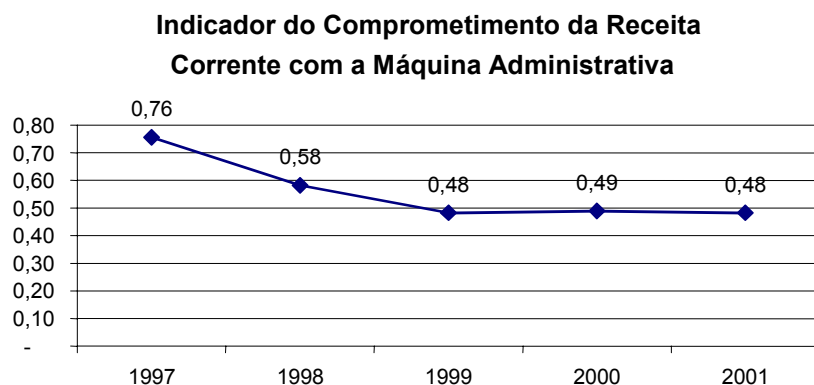
Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução, demonstrando equilíbrio orçamentário em quatro anos, nesses cinco em análise.



2) Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2001:

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{receitas correntes}} = \frac{\text{R\$ } 46.311.888,47}{\text{R\$ } 95.946.964,15} = 0,48$$

Este indicador mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes. Do total da receita corrente, 48% são comprometidos com a despesa de custeio. Em 1997, foram utilizados 76%; em 1998, 58%; em 1999, 48%; em 2000, 49%, configurando uma redução no outrora elevado comprometimento com as despesas de custeio.



As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 44% entre 1997 e 2001, enquanto as receitas correntes cresceram 125% no mesmo período.

É importante salientar que, na composição das despesas correntes, as transferências correntes têm experimentado forte crescimento, da ordem de 110% no período. De R\$ 17,6 milhões em 1997; R\$ 20,9 milhões em 1998; R\$ 35,1 milhões em 1999; R\$ 33,0 milhões em 2000; as mesmas alcançaram R\$ 37,1 milhões em 2001.

Não temos dados sobre o quanto desses montantes referem-se a transferências operacionais para custeio de entidades governamentais.

3) Indicador da autonomia financeira em 2001:

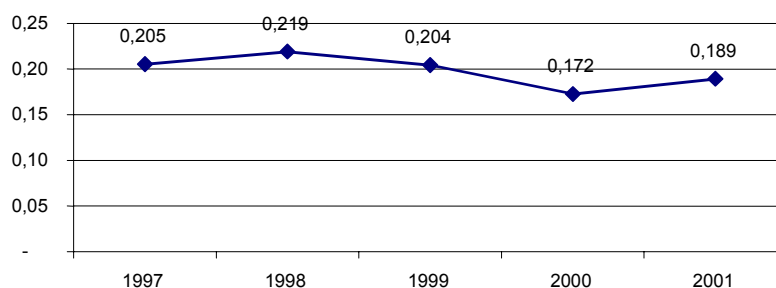
$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas de custeio}} = \frac{\text{R\$ 8.765.964,92}}{\text{R\$ 46.311.888,47}} = 0,19$$

Este indicador mede a contribuição da receita tributária própria do município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como podemos constatar, o município, no exercício de 2001, apresentou uma autonomia de 19%; enquanto, nos exercícios de 1997 a 2000, esta foi 21%, 22%, 20% e 17%, respectivamente.

Conclui-se que não houve capacitação do ente em manter as atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária, o que o torna mais dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

Indicador da Autonomia Financeira



4) Indicador do esforço tributário próprio em 2001:

$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{inscrição na dívida ativa}}{\text{receita arrecadada}} =$$

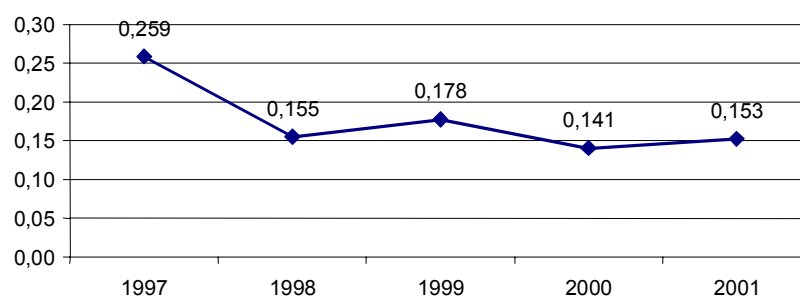
$$\frac{\text{R\$ 8.765.964,92} + \text{R\$ 5.877.735,59}}{\text{R\$ 95.949.468,13}} = 0,153$$

BARRA MANSA

Este indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário próprio que o município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

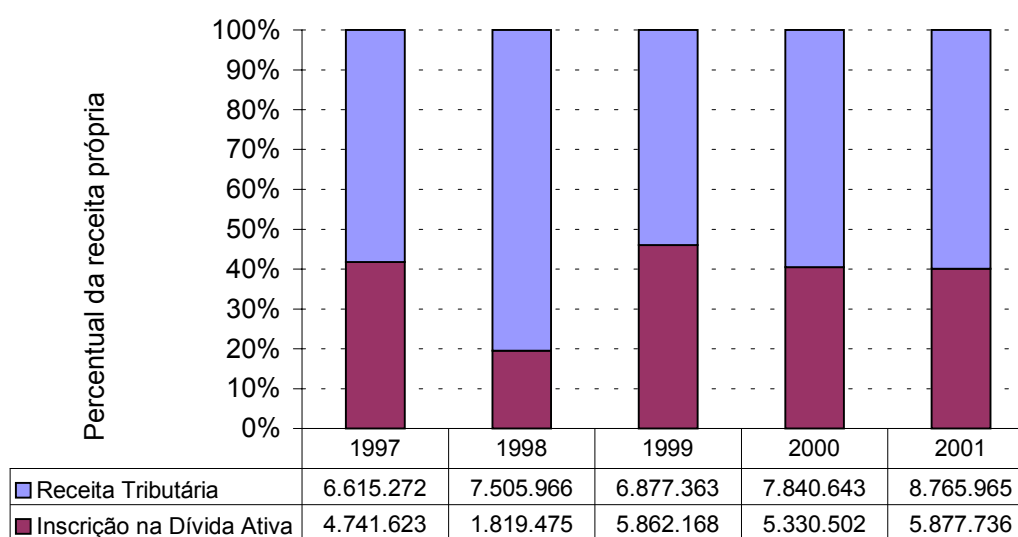
Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do município correspondem a 15% da receita total, enquanto no exercício de 1997 este percentual foi de 26%; em 1998, foi de 16%; em 1999, foi de 18% e, em 2000, foi de 14%.

Indicador do Esforço Tributário Próprio



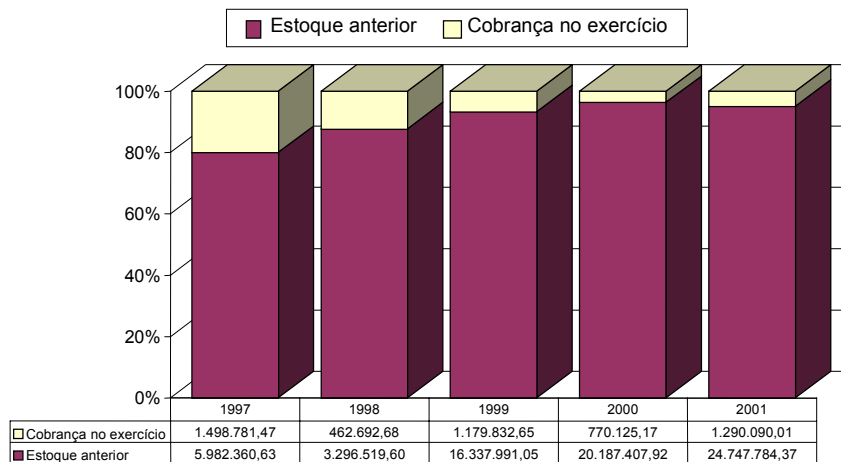
Não resta dúvida que toda a capacidade de investimento do município está atrelada ao comportamento da arrecadação de outros governos, federal e estadual, em função das transferências de recursos.

Há de se ressaltar, também, em nossa análise, os valores expressivos que vêm sendo inscritos em dívida ativa, se comparados com o total da receita tributária arrecadada nos respectivos exercícios. Nos demonstrativos contábeis, não foi possível segregar a dívida ativa em tributária e não tributária.



O gráfico a seguir apresenta a *performance* da cobrança da dívida ativa sobre o estoque preexistente, já que não é possível apurar a idade das cobranças recebidas no exercício.

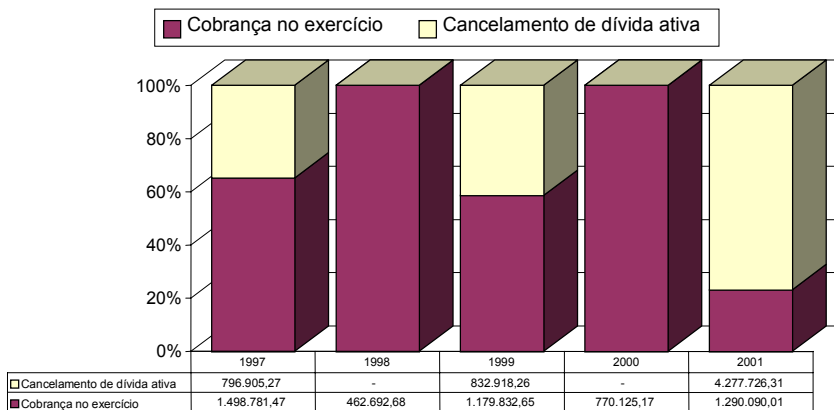
Eficácia da Cobrança da Dívida Ativa



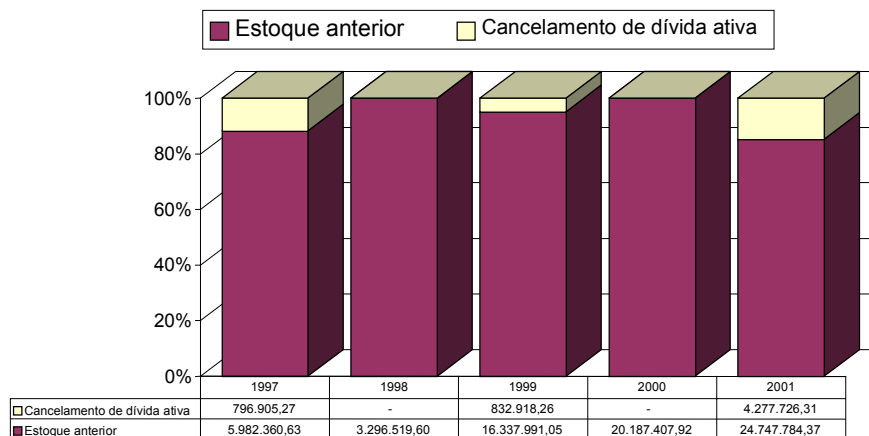
Pelo demonstrado, observa-se que não há esforço, por parte da administração, no recebimento da dívida ativa do município.

Cabe, ainda, salientar os elevados valores cancelados, como demonstram os gráficos a seguir.

Análise da Cobrança versus Cancelamento da Dívida Ativa



Análise do Estoque versus Cancelamento da Dívida Ativa



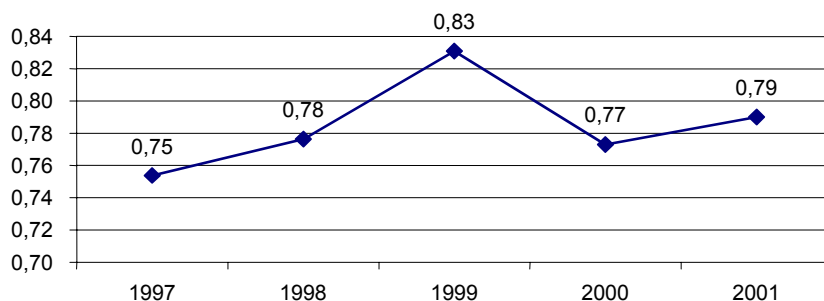
BARRA MANSA

5) Indicador da dependência de transferências de recursos em 2001:

$$\frac{\text{transferências correntes e de capital}}{\text{receita realizada}} = \frac{\text{R\$ } 75.795.574,78}{\text{R\$ } 95.949.468,13} = 0,79$$

Verifica-se que a receita de transferências representa 79% do total da receita do município, enquanto nos exercícios de 1997 a 2000 este percentual foi de 75%, 78%, 83% e 77%, respectivamente, apresentando uma aparente redução da dependência do repasse de outros entes da federação.

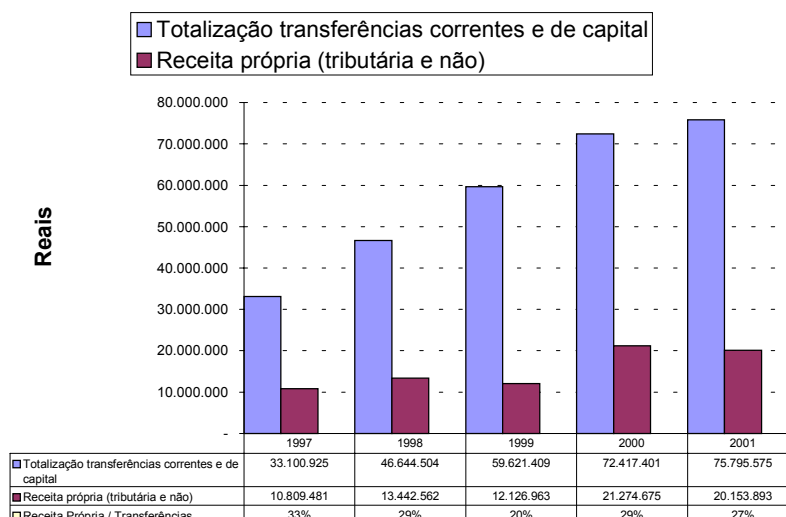
Indicador da Dependência de Transferências de Recursos



Caso somássemos as receitas de *royalties* ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2001, subiria para 83%, acima da marca dos 80% de 2000.

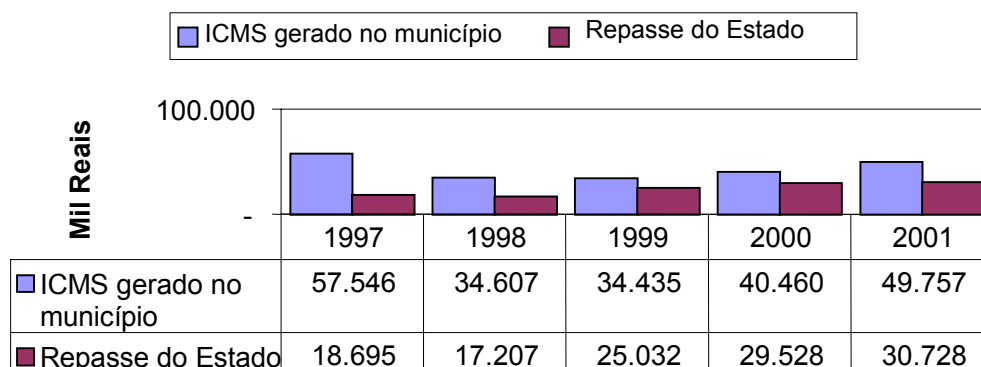
$$\frac{\text{transferências correntes, de capital e royalties}}{\text{receita realizada}} = \frac{\text{R\$ } 79.668.646,47}{\text{R\$ } 95.949.468,13} = 0,83$$

Este indicador reforça os prognósticos, já comentados, a respeito da autonomia financeira do município em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de *royalties* que, no gráfico abaixo, estão incluídos na receita própria e representaram R\$ 2,2 milhões em 2000 e R\$ 3,0 milhões em 2001.



Entretanto, tomemos o exemplo do ICMS, arrecadado pelo Governo do Estado, que transfere 25% aos municípios, sendo, no mínimo, $\frac{3}{4}$ distribuídos proporcionalmente ao valor adicionado aos produtos comercializados em cada municipalidade, e o quartil restante sujeito a critério estabelecido por lei estadual. O gráfico a seguir aponta a contribuição do ICMS arrecadado no município⁵⁰ contra o repasse (excluída a parcela do FUNDEF) feito pelo Estado, entre 1997 e 2001.

Análise do ICMS



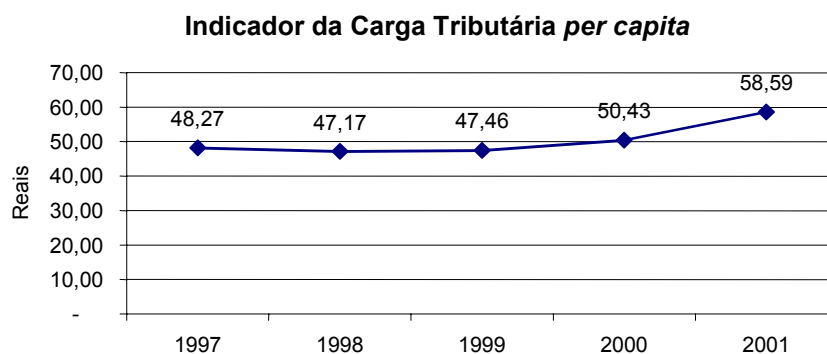
6) Indicador da carga tributária *per capita* em 2001:

$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{cobrança da dívida ativa}}{\text{população do município}}^{51}$$

$$\frac{\text{R\$ } 8.765.964,92 + \text{R\$ } 1.290.090,01}{171.622} = \text{R\$ } 58,59/\text{habitante}$$

Este indicador reflete a carga tributária que cada habitante do município tem em decorrência da sua contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria para os cofres municipais.

Verifica-se que, ao longo do exercício de 2001, cada habitante contribuiu para com o fisco municipal em aproximadamente R\$ 59; nos exercícios anteriores, tais contribuições foram de R\$ 48, R\$ 47, R\$ 47 e R\$ 50, respectivamente de 1997 a 2000, havendo um aumento de 21%.



50 - Fundação CIDE.

51 - Estimativa CIDE para população residente em cada ano. Dados retificados em função do Censo 2000. Pode haver pequenas diferenças com relação aos Estudos 1997-2000 em função disso para os indicadores 6, 7 e 8.

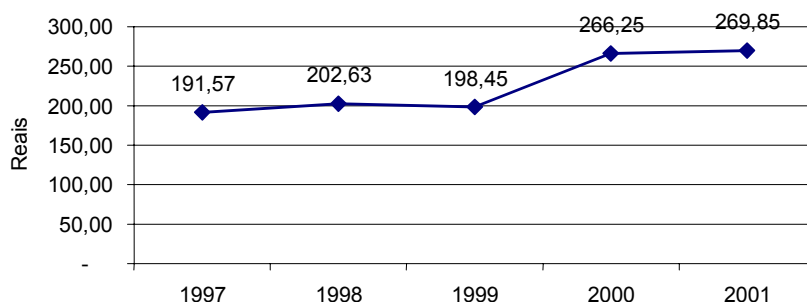
BARRA MANSA

7) Indicador do custeio *per capita* em 2001:

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ } 46.311.888,47}{171.622} = \text{R\$ } 269,85/\text{hab}$$

Este indicador objetiva demonstrar, em tese, o “quantum” com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso o município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos, contribuir com R\$ 270 em 2001; e, nos exercícios de 1997, 1998, 1999 e 2000, com R\$ 192, R\$ 203, R\$ 198 e R\$ 266, respectivamente, havendo um aumento de 41% no período de 1997 a 2001.

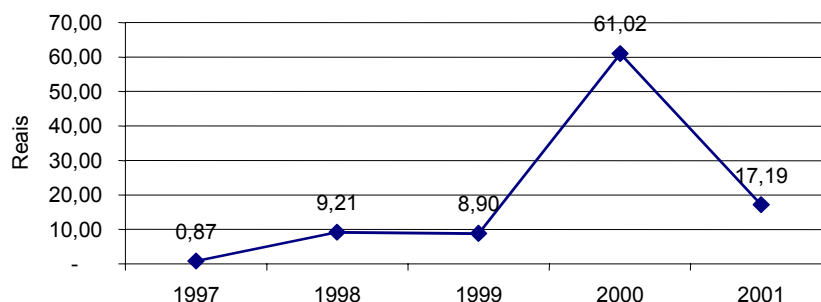
Indicador do Custeio *per capita***8) Indicador dos investimentos *per capita* em 2001:**

$$\frac{\text{investimentos}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ } 2.950.178,36}{171.622} = \text{R\$ } 17,19/\text{hab}$$

Este indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Desta forma cada cidadão recebeu da administração pública, no exercício de 2001, na forma de investimentos, o equivalente a R\$ 17 em benefícios diretos e indiretos; nos exercícios de 1997 a 2000, este valor foi de R\$ 1, R\$ 9, R\$ 9 e R\$ 61, respectivamente.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R\$ 59 (indicador 6 – carga tributária *per capita*), a quantia de R\$ 17 representaria praticamente que apenas 29% do valor dos tributos pagos pelos cidadãos a eles retornou como investimentos públicos.

Indicador dos Investimentos *per capita*

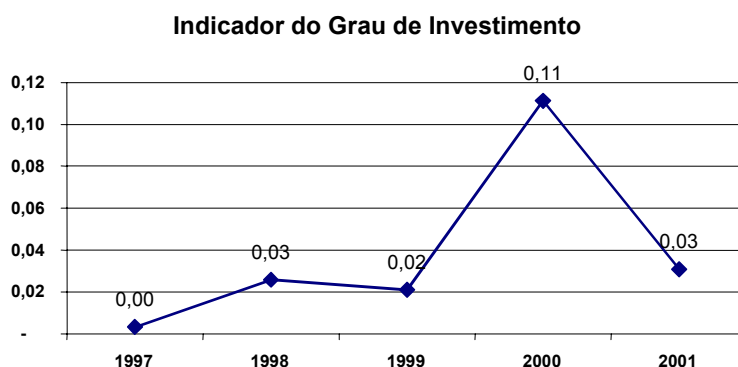
9) Indicador do grau de investimento em 2001:

$$\frac{\text{investimentos}}{\text{receita total}} = \frac{\text{R\$ 2.950.178,36}}{\text{R\$ 95.949.468,13}} = 0,03$$

Este indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

Os investimentos públicos correspondem, aproximadamente, a 3% da receita total do município. Este índice não deve indicar um percentual muito elevado, uma vez que, somente com despesas de custeio (indicador 2 – comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa) já se comprometem 48% das receitas correntes. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa.

Esse quociente vem se mantendo em níveis baixos, apresentando, desde 1997, os percentuais de 0%, 3%, 2% e 11%, evidenciando uma pequena parcela dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município.



10) Indicador da liquidez corrente em 2001:

$$\frac{\text{ativo financeiro}}{\text{passivo financeiro}} = \frac{\text{R\$ 8.699.639,55}}{\text{R\$ 12.597.434,74}} = 0,69$$

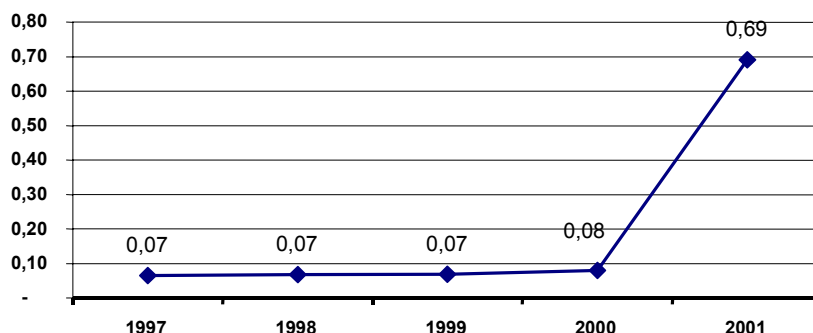
Este quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

O quociente acima revela perspectivas desfavoráveis à solvência imediata dos compromissos a curto prazo assumidos pela prefeitura, dificultando inclusive, ou até mesmo impossibilitando, a assunção de novos compromissos.

Como o gráfico a seguir aponta, a situação de liquidez do município melhorou no ano de 2001, porém, ainda encontra-se abaixo do indicador ideal.

BARRA MANSA

Indicador de Liquidez Corrente



VIII - CONCLUSÃO

A continuidade dos Estudos Socioeconômicos tem por objetivo identificar carências e potencialidades, levando o administrador à obtenção de uma visão global da situação social, econômica e financeira dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, gerando melhores decisões, de forma a atender às necessidades da população.

Na introdução deste trabalho, falamos da necessidade de planejamento sistemático, de monitoramento e avaliação continuados utilizando-se de indicadores. A nova agenda do Estado, a mudança da cultura organizacional e a profissionalização dos servidores públicos são elementos inovadores, em que os conceitos de gestão participativa e empoderamento (*empowerment*) mostram que o gestor competente é negociador, coordenador de conflitos e construtor do consenso, é mais um desenvolvedor de talentos do que um ordenador.

Salientamos a importância do turismo como fator de desenvolvimento e da implantação dos corredores florestais para recomposição de ecossistemas e manutenção da biodiversidade.

Dentre os indicadores sociais, destacam-se a gravidade das necessidades habitacionais e a falta de esgotamento sanitário adequado. Observamos a abrangência que as redes de educação e saúde públicas têm na formação de crianças, jovens e adultos e no amparo da população. As carências são expressivas, tanto no nível das necessidades básicas, quanto nos de oportunidades de ascensão social e de autodesenvolvimento e auto-satisfação.

Os indicadores econômicos mostraram o quadro de contração do PIB no Estado, com pontuais exceções em comunicações e na indústria do petróleo, e suas conseqüências na redução do emprego formal. Também vimos as potencialidades dos setores da economia local e oportunidades de programas do Estado para incentivar iniciativas privadas.

No capítulo dos indicadores de gestão, apresentamos a evolução da redistribuição da receita tributária em prol dos municípios e as linhas gerais de planejamento federal e estadual para o desenvolvimento local. Quem são os agentes fomentadores e quais são seus programas. Questões sobre consórcios intermunicipais, Plano Diretor, Estatuto da Cidade e conselhos gestores municipais também foram abordadas, dentre outras teses.

O capítulo dos indicadores financeiros mostrou as disparidades das receitas totais, com mais de 70% concentrados na Região Metropolitana. Vimos os benefícios que os *royalties* do petróleo estão proporcionando às Regiões Norte e das Baixadas Litorâneas. E também aos municípios menores que, devido a sua pequena economia, vêm alavancando sobremaneira suas receitas totais. Avaliamos que a redistribuição do Fundo de Participação dos Municípios premia os municípios me-

BARRA MANSA

nores, diferentemente do ICMS e do IPVA, que têm referência na produção real local. Observamos que os repasses do FUNDEF e do SUS contribuem para a consolidação da federalização dos encargos e responsabilidades na educação e na saúde.

O que mais nos chama a atenção, contudo, no que diz respeito às receitas próprias dos municípios, é a dispersão no indicador 6, da carga tributária *per capita*, entre municípios com a mesma faixa de população, como demonstram as tabelas a seguir, referentes a dados de 2001.

Entre os dez municípios com menos de 10 mil habitantes, Varre-Sai tem o indicador nove vezes menor que Rio das Flores:

Município	Região	População	Receita Tributária / Receita Total	Carga tributária per capita
Varre-Sai	Noroeste	7.941	0,7%	9,00
São Sebastião do Alto	Serrana	8.437	0,9%	13,07
Trajano de Moraes	Serrana	9.967	1,4%	18,57
Laje do Muriaé	Noroeste	7.962	1,4%	19,43
Aperibé	Noroeste	8.220	1,6%	20,75
São José de Ubá	Noroeste	6.455	2,2%	29,20
Macuco	Serrana	4.936	1,8%	31,84
Carapebus	Norte	8.835	1,0%	37,41
Comendador Levy Gasparian	Centro-Sul	8.026	3,6%	43,34
Rio das Flores	do Médio Paraíba	7.764	5,8%	80,62

Os vinte e três municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes apresentam dispersão ainda maior, sendo o indicador de Armação dos Búzios cinquenta vezes superior ao de Sumidouro:

Município	Região	População	Receita Tributária / Receita Total	Carga tributária per capita
Sumidouro	Serrana	14.318	0,8%	8,77
Carmo	Serrana	15.381	0,9%	14,82
Cambuci	Noroeste	14.636	1,0%	15,26
Conceição de Macabu	Norte	18.998	1,9%	19,56
Rio Claro	do Médio Paraíba	16.532	2,1%	21,88
Mendes	Centro-Sul	17.371	3,2%	23,91
Cardoso Moreira	Norte	12.568	1,5%	24,02
Natividade	Noroeste	15.182	2,4%	25,37
Duas Barras	Serrana	10.388	1,9%	25,44
Sapucaia	Centro-Sul	17.362	4,0%	27,72
Cordeiro	Serrana	18.871	4,3%	29,71
Engenheiro Paulo de Frontin	Centro-Sul	12.176	3,8%	29,83
Italva	Noroeste	12.604	3,0%	33,58
Porciúncula	Noroeste	16.117	3,9%	34,46
Santa Maria Madalena	Serrana	10.432	1,9%	35,23
Quatis	do Médio Paraíba	10.959	3,9%	36,70
São José do Vale do Rio Preto	Serrana	19.729	4,8%	40,02
Cantagalo	Serrana	19.854	2,6%	42,18
Quissamã	Norte	14.054	1,4%	75,49
Areal	Centro-Sul	10.097	8,9%	103,54
Porto Real	do Médio Paraíba	12.541	12,1%	128,94
Iguaba Grande	das Baixadas Litorâneas	15.920	18,6%	183,77
Armação dos Búzios	das Baixadas Litorâneas	19.341	17,5%	442,92

BARRA MANSA

São vinte e cinco os municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes e a dispersão apresentada é de quarenta vezes, entre Itatiaia e Miracema:

Município	Região	População	Receita	Carga
			Tributária / Receita Total	tributária per capita
Miracema	Noroeste	27.298	3,1%	16,76
São Francisco de Itabapoana	Norte	41.433	2,5%	17,46
Tanguá	Metropolitana	26.390	3,6%	26,74
Pinheiral	do Médio Paraíba	20.191	4,0%	27,54
Bom Jardim	Serrana	22.890	3,7%	27,93
Itaocara	Noroeste	23.011	3,6%	29,03
Paracambi	Metropolitana	40.955	7,2%	32,09
Silva Jardim	das Baixadas Litorâneas	21.635	3,1%	35,29
São Fidélis	Norte	37.051	3,7%	36,43
Cachoeiras de Macacu	das Baixadas Litorâneas	49.531	6,8%	38,12
Santo Antônio de Pádua	Noroeste	39.332	7,0%	40,72
São João da Barra	Norte	28.492	3,2%	47,88
Bom Jesus do Itabapoana	Noroeste	34.103	7,4%	49,98
Vassouras	Centro-Sul	31.783	7,5%	51,11
Paraíba do Sul	Centro-Sul	37.823	8,6%	53,73
Paty do Alferes	Centro-Sul	25.385	7,6%	61,26
Casimiro de Abreu	das Baixadas Litorâneas	22.922	2,7%	65,49
Miguel Pereira	Centro-Sul	24.430	10,5%	71,64
Guapimirim	Metropolitana	39.131	11,0%	74,78
Arraial do Cabo	das Baixadas Litorâneas	24.352	11,7%	88,33
Paraty	da Baía da Ilha Grande	30.209	17,2%	129,27
Pirai	do Médio Paraíba	22.334	6,9%	136,61
Rio das Ostras	das Baixadas Litorâneas	38.578	3,9%	173,07
Mangaratiba	Metropolitana	25.728	36,9%	557,13
Itatiaia	do Médio Paraíba	25.766	40,7%	680,46

Os doze municípios entre 50 e 100 mil habitantes apresentam dispersão menor, tendo Itaguaí um indicador quase seis vezes maior que Japeri:

Município	Região	População	Receita	Carga
			Tributária / Receita Total	tributária per capita
Japeri	Metropolitana	77.124	5,5%	26,83
Barra do Pirai	do Médio Paraíba	89.605	12,0%	44,67
Valença	do Médio Paraíba	66.960	11,2%	53,89
Itaperuna	Noroeste	87.753	11,9%	61,40
Três Rios	Centro-Sul	72.689	13,0%	61,50
São Pedro da Aldeia	das Baixadas Litorâneas	65.695	13,5%	69,11
Seropédica	Metropolitana	66.787	18,8%	86,15
Rio Bonito	das Baixadas Litorâneas	50.228	21,8%	115,41
Saquarema	das Baixadas Litorâneas	54.188	12,8%	127,02
Araruama	das Baixadas Litorâneas	85.620	19,8%	135,50
Maricá	Metropolitana	80.314	27,3%	148,56
Itaguaí	Metropolitana	84.528	21,4%	156,35

Os dezoito municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes apresentam dispersão de onze vezes, entre Niterói e Belford Roxo:



BARRA MANSA

Município	Região	População	Receita Tributária / Receita Total	Carga tributária per capita
Belford Roxo	Metropolitana	443.213	10,3%	30,58
Itaboraí	Metropolitana	193.164	8,9%	34,98
Magé	Metropolitana	210.818	10,9%	37,23
Queimados	Metropolitana	124.738	11,1%	37,78
Mesquita	Metropolitana	168.926	20,2%	40,74
Nilópolis	Metropolitana	153.193	14,9%	54,26
Barra Mansa	do Médio Paraíba	171.622	9,1%	58,59
Campos dos Goytacazes	Norte	410.626	5,5%	59,80
São João de Meriti	Metropolitana	452.284	18,2%	60,60
Nova Friburgo	Serrana	174.169	16,9%	82,88
Resende	do Médio Paraíba	107.051	11,5%	91,71
Cabo Frio	das Baixadas Litorâneas	132.813	14,1%	122,83
Teresópolis	Serrana	140.139	21,1%	149,42
Angra dos Reis	da Baía da Ilha Grande	123.237	12,1%	161,81
Petrópolis	Serrana	290.218	30,7%	182,23
Macaé	Norte	137.058	11,1%	196,99
Volta Redonda	do Médio Paraíba	244.641	20,8%	200,51
Niterói	Metropolitana	462.211	52,7%	339,60

Finalmente, os três maiores municípios apresentam distorção de apenas 50% entre Duque de Caxias e Nova Iguaçu:

Município	Região	População	Receita Tributária / Receita Total	Carga tributária per capita
Nova Iguaçu	Metropolitana	769.226	14,0%	52,59
São Gonçalo	Metropolitana	904.304	22,4%	64,93
Duque de Caxias	Metropolitana	788.208	14,5%	77,77

É certo que cada município tem suas especificidades e daí a proposta de apresentarmos estudos individualizados, nos quais buscamos apresentar o máximo número de dados sobre a realidade local. Para que os governos municipais conquistem condições de governabilidade, que permitam enfrentar seus desafios, eles precisam se articular horizontalmente e conquistar melhores condições de negociação com os governos estadual e federal: uma nova realidade que surge com as eleições de 2002.

BARRA MANSA

BIBLIOGRAFIA

- 1) AFONSO, José Roberto Rodrigues; Araújo, Érika Amorim. A Capacidade de Gasto dos Municípios Brasileiros: Arrecadação Própria e Receita Disponível, Junho 2001 (Mimeo).
- 2) ALÉM, Ana Cláudia de; GIAMBIAGI, Fábio. As Finanças Municipais na Década de 90: O Caso da Cidade do Rio de Janeiro – Retrospecto 1993/1996 e Simulações para 1997/2000, Dezembro 1996 (Mimeo).
- 3) ARAÚJO, Érika; OLIVEIRA, Paulo André de. Receita Municipal: A Importância das Transferências do FPM e do SUS, Rio de Janeiro: BNDES, Junho 2001 (INFORME-SE, 28).
- 4) —; e SILVEIRA, Ricardo Figueiró. Carga Tributária Global: Estimativa para 2001, Rio de Janeiro: BNDES, Maio 2002 (INFORME-SE, 40).
- 5) BREMAEKER, François E.J. de. Os Conselhos Municipais Existentes no Brasil, IBAM/APMC/NAPI/IBAMCO, 2001.
- 6) CAMPAGNONE, Marcos Camargo. Gerente Municipal: Um Profissional da Gestão Local; in O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP., 1999.
- 7) CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO, Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: CIDE 1987/ .
- 8) COSTA FILHO, L.M. da & LOPES PORTO, L.F. & MURTA, M.M. & NAZARETH, P.A.. Finanças Públicas do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro – Dezembro/99, TCE/RJ, 1999.
- 9) ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO MUNICIPAL. Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, FIDERJ, 1978.
- 10) ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Rio de Janeiro, 1959.
- 11) FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO, IQM: Índice de Qualidade dos Municípios, Rio de Janeiro, CIDE, 1998.
- 12) — . Índice de Qualidade dos Municípios - Carências, Rio de Janeiro, CIDE, 2001.
- 13) — . Índice de Qualidade dos Municípios: Necessidades Habitacionais, Rio de Janeiro, CIDE, 2001.
- 14) — . Índice de Qualidade dos Municípios – Verde, Rio de Janeiro, CIDE, 2000.
- 15) — . SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES, 1, 2000, Rio de Janeiro, Caderno de Textos, CIDE, 2000.
- 16) — . SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES, 2, 2001, Rio de Janeiro, Caderno de Textos, CIDE, 2001.
- 17) GARCIA, Ronaldo Coutinho. A Reorganização do Processo de Planejamento do Governo Federal: O PPA 2000-2003, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Maio 2000 (Texto para Discussão nº 726).
- 18) —. Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Janeiro 2001 (Texto para Discussão nº 776).
- 19) INFORMATIVO CEPAM. Conselhos Municipais das Áreas Sociais, 2 ED. VER. ATUAL. AMP., São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Unidade de Políticas Públicas – UPP, V.1, N.3, 2001.



20) —. Consórcio: Uma Forma de Cooperação Intermunicipal, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Unidade de Políticas Públicas – UPP, V.1, N.2, 2001.

21) MESQUITA, Ronaldo S. de. Novo Enfoque do Exame das Contas Públicas, in ENSAIO: AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO, Rio de Janeiro, V.9, N.32, Jul./Set. 2001.

22) MOISÉS, Hélvio Nicolau. Município-Rede: Planejamento, Desenvolvimento Político e Sustentabilidade; in O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP., 1999.

23) MURTA, Marcelo Martinelli. Finanças Públicas do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro – Fevereiro/2001, TCE/RJ, 2001.

24) NADER, José Leite. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 1999, TCE/RJ, 2000.

25) NAZARETH, P.A. & LOPES PORTO, L.F.. Finanças Públicas do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro – Janeiro/99, TCE/RJ, 1999.

26) —. As Finanças dos Municípios Brasileiros: O Caso do Rio de Janeiro, TCE/RJ, Janeiro 2002.

27) PACHECO, Regina Sílvia. Administração Pública Gerencial: Desafios e Oportunidades para os Municípios Brasileiros; in O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP., 1999.

28) PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS 1999, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro, IBGE, 2001.

29) POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E COMPETITIVIDADE DAS REGIÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ, Abril/Maio – 1998.

30) PREFEITURA MUNICIPAL, Prestações de Contas dos Exercícios de 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001. Prefeitura.

31) QUINTELLA, Sergio F. (orientador). Os Royalties de Petróleo e a Economia do Estado do Rio de Janeiro – Efeitos dos Royalties e Participações Especiais na Economia Fluminense, TCE/RJ, 2000.

32) SEN, A. Desigualdade Reexaminada, Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

33) SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Diretrizes para o Desenvolvimento da Região Noroeste Fluminense, Rio de Janeiro, Maio 2002.